

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA
HELENA ANTIPOFF – CDPHA

Secretaria: Rua do Ouro, 1.900 – Belo Horizonte

COLETÂNEA DAS OBRAS ESCRITAS
DE HELENA ANTIPOFF

EDUCAÇÃO RURAL

VOLUME IV

BELO HORIZONTE
1992

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

HELENA ANTIPOFF - CDPHA

COLETÂNEA DAS OBRAS ESCRITAS DE
HELENA ANTIPOFF

EDUCAÇÃO RURAL

COLETÂNEA DAS OBRAS ESCRITAS DE HELENA ANTIPOFF

EDUCAÇÃO RURAL

VOLUME IV

BELO HORIZONTE

1992

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elab. Atividade de Biblioteconomia da Imprensa Oficial)

A633c Antipoff, Helena
Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff. — Org. pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, CDPHA. — Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.

4v.

Conteúdo. — V.I. Psicologia Experimental. V.II. Fundamentos da Educação. V.III. Educação do Excepcional. V.IV. Educação Rural.

1. Psicologia Educacional. 2. Educação — Fundamentos. 3. Ensino Especial. I. Título.

CDD: 370.15
371.9

Imprensa Oficial de Minas Gerais
Av. Augusto de Lima, 270
30190 — Belo Horizonte — MG

**COLETÂNEA DAS OBRAS ESCRITAS DE
HELENA ANTIPOFF**

VOLUME IV

EDUCAÇÃO RURAL

SUMÁRIO

Introdução	7
Institutos de Organização Rural (1947)	9
Estudo de Algumas Instituições	25
Dos Cursos de Treinamento	29
A vida no Internato da Escola Rural	41
O Diário na Escola Rural	45
O Diário do Curso Rural está melhorando	47
A Música na Escola Rural	49
O Diário do Curso Rural	53
Estudo do Aluno	55
Trabalhos Elementares na Fazenda do Rosário	63
Curso Normal Regional da Fazenda do Rosário	65

DÉCADA DE 1950

Ensino Normal e Treinamento dos Dirigentes	71
Carta de Araxá	87
Aos Dirigentes dos Clubes Agrícolas	89
Museu Escolar Rural	91
Ferramentas para o Clube Agrícola	93
O 4.º Curso para Professores Rurais	95
Diplomandos da 1.ª Turma do Curso Normal Regional	99

Uma Granja Escolar	103
6.º Curso de Treinamento de Educadores do CNER	105
A Fazenda do Rosário como Experiência Pedagógica	113
A Escola e as Atividades Artesanais	117
A 4.º Turma de Regentes de Classe do Curso Normal ..	121

DÉCADA DE 1960

O Rosário e seu nascimento	128
Às Diplomandas	131
Corporação Artesanal	137
Granja Escolar — Recomendações	141
A Fundação Educacional do Rosário	153
A Festa do Milho	157
Desenvolvimento Rural	159
A Arte da Cerâmica	163
Carta à Presidente da AGRIFAR	166
A Fazenda do Rosário, sua filosofia	169
Mutirão da Primavera	175
Cadernos da Fazenda do Rosário	177
PRO DOMO SUO	179
TOTEM (Poema comemorativo dos 20 anos de CR)	183
Uma Carta aos Amigos do Rosário	185
Bilhete ao Dr. Hélio Alkmim	189
Bilhete à Artista Arlinda Correa Lima	191

DÉCADA DE 1970

→ ACORDA	193
Encontro comemorativo dos 15 anos do ISER	195
A Casa do Zezinho	199
Tema: Vida Rural	201
Tema: Fazenda do Rosário	203
Tema: Artes e Artesanato	205
Tema: Ecologia	207
Tema: o Brasil	209

COLETÂNEA DAS OBRAS ESCRITAS POR HELENA ANTIPOFF

Introdução

Ao ensejo do centenário de nascimento de Helena Antipoff em 25 de março de 1992, o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff — CDPHA, representando várias centenas de associados, quer prestar à grande educadora russo-brasileira uma muito merecida homenagem póstuma: a publicação de suas obras, ou melhor, a reedição de muitos de seus escritos, já esgotados ou, quando não, espalhados em artigos, revistas científicas, jornais de épocas passadas.

É o pensamento e a filosofia de Helena Antipoff que se quer divulgar junto às novas gerações, porque até o presente momento revelam-se de grande atualidade. Desde a década de 1920, quando ela se dedicava à pesquisa psicológica, passando pelas décadas de 30 e 40, quando já se encontrava no Brasil, e até a década de 70, legou-nos idéias de grande profundidade relativas à educação em geral, Educação Rural, Educação do Excepcional e Educação do Bem-Dotado. São estudos que merecem ser conhecidos pelos jovens, pois resultam de uma verdadeira e longa experiência pessoal.

Helena Antipoff, em sua ânsia de deixar algo concreto e mais palpável para as populações em geral, tão carentes de tudo, preferiu agir, organizar, construir, fazer demonstrações através de cursos e seminários, enfim, inculcar hábitos de ação construtiva, mais do que simplesmente escrever para uma minoria e daí, talvez, somente manter-se num plano de teoricismo.

Julgava que, no Brasil, o que seria mais útil seria a visão, o próprio exemplo, a ação pragmática daquilo que ela considerava prioritário.

Num País onde a educação nunca mereceu uma posição de maior destaque, levando-se em conta as infimas verbas governamentais dedicadas à cultura e à escola em geral, Helena An-

tipoff muito fez para sensibilizar os governantes, quanto à necessidade de insistir mais na aprendizagem, no preparo do homem do campo, visando a sua elevação para a condição de cidadão trabalhador e honesto.

Eis por que tanto empenho fazemos hoje para que uma coletânea das obras escritas de Helena Antipoff possa ser reeditada. São quatro volumes acompanhando cronologicamente as áreas em que, sucessivamente, passou a dedicar toda a sua capacidade e entusiasmo. São obras publicadas sob os auspícios governamentais, com a presunção de que uma coletânea desta natureza possa ser útil, quando distribuída para cada universidade brasileira e grande número de escolas oficiais onde é ministrado o curso de magistério para a formação do nosso professorado.

Com os nossos agradecimentos, pois, pela colaboração recebida tanto na coleta dos dados quanto para o trabalho de impressão tipográfico desses preciosos livros, fazemos votos para que o pensamento e o entusiasmo dessa educadora possam contribuir para melhorar o sistema educacional do País e propiciar a elevação do cidadão brasileiro.

Daniel Antipoff

EDUCAÇÃO RURAL — DÉCADA 1940

INSTITUTOS DE ORGANIZAÇÃO RURAL OU CENTROS DE URBANIZAÇÃO DOS MEIOS RURAIS

PALESTRA PROFERIDA POR HELENA ANTIPOFF

EM 1947

I — *A urgência de sua criação no Brasil* — Num País onde 70% da população se empenha direta ou indiretamente em atividades rurais, o melhoramento do meio rural constitui um tema de interesse capital para todos os que desejam o bem-estar e a prosperidade do seu povo.

O problema se torna de inadiável solução ao constatar o progressivo empobrecimento das zonas rurais e o crescente movimento em abandoná-las à procura de uma vida melhor.

O escoamento de massas humanas para as cidades e, com isso, o desproporcional aumento das populações urbanas, provocam, nos grandes centros, uma congestão demográfica deveras assustadora. Faltam ali, cada dia mais, meios para suprir a população com teto, água, alimentos, combustível, energia elétrica, transporte, assistência médica e escolar, empregos e meios de ganha-pão honrado por maiores esforços que se fizessem ultimamente em cada um dos setores da vida econômica e cultural.

Resultam desse movimento centrípeto para zonas urbanas dois fenômenos extremamente significativos para a economia e a saúde tanto física quanto moral do povo. Com a diminuição da produção agropecuária, devida em grande parte à carência de mão-de-obra, além de outros fatores que afetam a zona rural, a grande massa do povo brasileiro vive em regime crônico de subalimentação.

Escreve Josué de Castro, no seu notável estudo: "O Brasil é um dos países de fome no mundo atual. Tanto em seus quadros regionais como em seu conjunto unitário sofre o Brasil as duras conseqüências dessa condição biológica aviltante de sua raça e de sua organização social". Josué de Castro, "A Geografia de fome", 1946 — pág. 291 (Prêmio Valentim Bouças).

Ao lado disso, com a desorganização das cidades invadidas, o aumento de doenças ditas sociais, da mortalidade infantil, (apesar de progressos notáveis de medicina), da dissolução dos costumes, como a criminalidade, principalmente entre jovens.

No desespero da situação econômica insustentável, regredem as formas normais da vida familiar, e mais uma chaga se abre no coração das cidades: crianças sem lar, menores abandonados, transviados, em quadrilhas ou individualmente, entregam-se a uma miséria sem nome, desperdiçando seus anos de formação na rua, à margem da vida civilizada. "Encurralados" em abrigos, internados em massa nos asilos e orfanatos, perdem também seu precioso tempo, pois poucos saem dali preparados para uma vida independente.

E, então, espera o mundo a salvação dos "serviços sociais" — forma moderna de assistência aos necessitados. Procura-se ajustar os infelizes da maneira mais racional possível. Mas os recursos são limitados e esse auxílio se esgota rapidamente. Os paliativos são de pouca valia.

A estratégia deve ser outra. Urge atender às formas comuns da vida e garantir à população normas mínimas da existência, tanto material como cultural.

Urge focalizar a atenção naqueles dois terços da população que no Brasil acham-se quase inteiramente deixados ao seu próprio destino, isso é, o roceiro, o homem do campo, auxiliando-o, com meios modernos, a permanecer ali onde nasceu, ou a fixar-se em climas e terras melhores para a lavoura.

Urge levantar seu padrão de vida de modo a tornar desnecessário o êxodo do campo. Dar assistência ao meio rural de tal forma que os campos, por sua vez, se tornem centros de atração e que o proletariado urbano e os descontentes com as privações e o tumulto das cidades encontrem ali casa, trabalho e meios de educar filhos sadios e felizes.

É claro que a tarefa da "ruralização" é das mais árduas. Enquanto a aspiração para a vida citadina obedece à lei comodista do menor esforço, a permanência no campo, ao contrário, exige esforços redobrados. A vida na roça, em condições atuais, significa luta perpétua, o aguçamento rijo dos músculos e dos sentidos para precaver-se contra perigos constantes, para resistir às calamidades imprevistas e guardar a fé inquebrantável no seu esforço após tantos e tantos fracassos sofridos.

E mais ainda: enquanto o conforto do homem da cidade, mesmo defeituoso hoje, é sempre efeito duma ação coletiva de grande valia, o homem do campo luta por sua própria conta,

perdido na solidão dos espaços sem fim, milhões de brasileiros não vivem propriamente: vegetam melancolicamente, em humilde resignação com seu destino de párias. Não há alegria no campo brasileiro adormecido como a Bela do Bosque, na rotina de cem anos passados. Decadência das pequenas cidades, ausência quase completa de aldeias que salpicam os mapas das nações bem-organizadas e que constituem os primeiros elementos estimulantes da "civilização do interior". (Em observador econômico e financeiro, Rio, novembro de 1946).

Como ajudar a população rural tão desprotegida e tão isolada

Muitos são os meios. Não pouca coisa atualmente está se projetando e alguma coisa se realizando no Brasil em prol da população rural: saneamento das zonas endêmicas, desenvolvimento das vias de comunicação, penetrando no interior afastado, divisão de terras devolutas entre lavradores, concessão de créditos financeiros, fomento agrícola, modernização dos processos da lavoura e da criação do gado, treinamento dos operários agrícolas, pelos centros de disseminação do ensino agrícola de todos os graus, formação de técnicos competentes. Enfim, temos também a remodelação das escolas rurais e dos cursos normais regionais...

Urge pôr em prática todas essas medidas e outras tantas para levantar mais rapidamente possível o *standard* de vida da zona rural e modificar radicalmente a fisionomia do interior do País.

II — *Esclarecimento da opinião pública* — É de toda a evidência que nada se conseguira de realmente sólido na transformação do meio rural se não se modificar a opinião e não conquistar a simpatia do povo e dos dirigentes a tese ruralista no Brasil. Precisa preparar os jovens e despertar neles, desde cedo, o interesse pelo País, pelas questões sociais e econômicas, suscitar sentimentos de solidariedade com homens que, isolados, labutam para nutrir este povo subalimentado com esforços excessivos, porém insuficientes.

A "mentalidade ruralista", que no Brasil sempre teve e continua a ter paladinos convictos desde a figura de Mariano Procópio, Alberto Torres, João Pinheiro, Assis Brasil e outros, no passado, até Teixeira de Freitas, Sud Menucci, Alberto Torres Filho, dirigentes das sociedades agrícolas, propagandistas dos clubes agrícolas etc., no presente — exige uma cultura sistemática.

Talvez a Universidade Nacional Rural, recentemente inaugurada, desempenhe este importante papel ideológico e, no pre-

paro dos seus engenheiros e técnicos, insuflará a chama apostólica que terão de espalhar, em atividades benfazejas pelo País afora, junto com outros, formados pelas grandes escolas de agronomia de São Paulo, Minas, Pernambuco etc., e dando, assim, a entender, que a época dos "agrônomos de asfalto" já desapareceu definitivamente do rosto da terra brasileira.

Talvez as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, recém-nascidas no Brasil, em vários estados, infelizmente no começo impregnadas da rotina acadêmica, amanhã, com o desenvolvimento nelas dos laboratórios e de institutos de pesquisa científica no campo de Biologia, de Geografia Humana, de Sociologia e Psicologia — despertarão na mocidade a curiosidade intrínseca pelos fenômenos naturais, pela vida do homem, pelas formas do seu comportamento em meios variados e trarão conhecimentos objetivos, em substituição a uma ciência de palpite que pouco auxílio poderá trazer na reconstrução do País.

Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com razão, esperam-se valiosas contribuições neste sentido: de todos os recantos do País seus competentes e dedicados colaboradores colhem e apuram dados preciosos de primeira mão sobre o meio geográfico, a população e as condições de sua existência, suas indústrias, suas culturais suas necessidades.

Os médicos, por sua parte, em missões perigosas penetram no seio dos grandes infernos, onde grassam a miséria e doenças devastadoras, e ao instar de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e tantos outros, com pesquisas e descobertas genias no campo de Biologia e Medicina, enriquecem os arquivos dos estudos rurais, ao mesmo tempo em que suscitam no público das cidades o interesse pelo morador do interior, que clama pelo auxílio urgente.

A imprensa, radiodifusão e cinema prestam serviços inestimáveis: seus agentes, repórteres e fotógrafos, hoje em dia, percorrem com espantosa rapidez regiões mais afastadas para divulgar, sem demora, coisas desconhecidas, fatos assombrosos do interior brasileiro, por mais longínquo que seja.

Também artistas de grande talento, filhos desta ou daquela região, traçam com letras de fogo depoimentos terríveis sobre a existência de milhares de homens, de mulheres e de crianças brasileiras. Monteiro Lobato, Jorge Amado, Greciliano Ramos e outros, na Literatura; Portinari, Lula Cardoso, Tarsila, na pintura, unânimes nos seus quadros de sofrimento, testemunham que há um desperdício absurdo de valores humanos, nesta terra já tão despovoada.

Não seriam apelos que a arte lança aos cidadãos adormecidos para acordá-los do sono despreocupado e sacudir para a ação os mais sensíveis, pelo menos?

Urge agir, e, com processos racionais, encaminhar a evolução econômica e social do País para progressos seguros.

Neste trabalho inadiável da hora presente, não nos esqueçamos de acender a chama viva do entusiasmo que nos iluminará o caminho, longo, árido e de obstáculos mil. Lembremos que sem entusiasmo nada se realiza de verdadeiramente sólido, e é provavelmente por isso que no vocabulário do grande Pasteur a palavra *entusiasmo* era uma das mais freqüentemente empregadas. Sem ele a sua ciência não seria nem tão perspicaz, nem tão útil à humanidade.

III — *O papel da escola* — Nesta remodelação do País através da formação de uma nova mentalidade, cabe à Educação, sem dúvida, um importante papel. Até hoje, infelizmente, a influência da escola foi nula, senão negativa, para a tendência ruralista. O ensino secundário ignorava totalmente os problemas da realidade brasileira.

O diploma de normalista não habilitava o seu portador nem à compreensão do homem do campo e das suas necessidades, nem tampouco preparava-o para viver na roça, mesmo quando se tratava do professor rural. Estranho ao meio, inadaptado, o mestre citadino distilava nas suas aulas uma ciência de superfície, e o tênue verniz que deixava nos alunos mais capazes era sempre mais um convite para a vida de maior conforto nas cidades que sua adaptação melhor na luta contra as dificuldades que lhe oferecia seu próprio torrão. E não é sem razão que consideram a escola rural como um dos fatores do êxodo do homem do campo para centros urbanos.

Está-se realizando atualmente no Brasil um extenso movimento em prol do ensino rural. Em convênios com os poderes estaduais o Ministério de Educação e Saúde distribui verbas elevadas para a disseminação de escolas rurais pelos municípios e para a criação de escolas normais regionais. Fornece plantas dos prédios para tais escolas e orienta o ensino primário e normal através de Leis Orgânicas e de programas, em constantes estudos e revisões por técnicos competentes.

É sumamente auspiciosa esta boa vontade dos poderes públicos para com o meio rural. E como não se regozijar que, pelo citado convênio recentemente firmado com o Ministério da Educação, vários estados já se achem com verbas depositadas nos bancos para a construção de prédios escolares e, portanto, mais breve realização do plano traçado pelo ministério?

Essa contribuição federal financeira há de proporcionar o progresso no meio rural, com a condição, entretanto, de lhe dar uma orientação segura, com guias de nova formação.

Escrevia há muito Sud Mennucci: "O professor rural que não seja capaz de revelar experimentalmente aos seus alunos o traço dos métodos usados pelos pais, e que não seja capaz, pela sua ação pessoal, de provocar-lhes a melhoria, será sempre, por bom funcionário que seja, um professor que nega a função de sua escola".

A educação do povo precisa menos de mestres-escolas, confinados na sua tarefa de ensinar as primeiras letras e transmitir conhecimentos escolares pelos graus de curso, que de construtores de uma civilização.

De visão larga e preparo sólido, esses agentes do progresso social devem ser capazes de alterar o meio em que trabalham, desde a hora presente, sem deixar, na espera platônica, como geralmente o faz o mestre, que as modificações se operem no futuro, pelos alunos seus, chegados à idade madura.

É preciso que o *slogan* pedagógico "educar para a vida pela vida" desça das cátedras de Filosofia de Educação na rua e se encarne em obras de caráter imediato, já servindo o futuro o mestre formado em escolas pedagógicas.

Não nos parece plausível, entretanto, que as escolas normais atuais e que os institutos de educação, que ornaram a seu modo as capitais dos Estados e do Distrito Federal, com seu ensino ainda tão fortemente impregnado de academismo artificial, possam formar guias esclarecidos e dinâmicos para as gerações em broto. E ficamos deveras estarecidos ao tomar contato com algumas escolas ditas dos cursos normal e regional, já funcionando sob o novo regime da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, e entretanto continuando seu trabalho pedagógico numa rotina desesperadora, com métodos preguiçosos da escola nada ativa, sem ciência, sem vida, sem alegria. Não será destes institutos de educação e destas escolas normais, mais estufas para plantas decorativas que viveiros de madeira sólida, que se deverá esperar a contribuição imprescindível da educação na formação da *mentalidade ruralista* e no progresso econômico e cultural do povo, a partir das zonas rurais.

De pouca valia também serão os decretos, programas e toda a espécie de dispositivos oficiais, traçados nas secretarias e no ministério, que permanecerão letras mortas sem atingir o cerne da instrução, sem modificar o ambiente.

Abrimos aqui um parêntese. Referindo-se particularmente ao ensino público em Minas Gerais, lembremos que a reforma escolar de 1927, que, sem dúvida alguma, pelas suas escolas primárias renovadas, contribui bastante para o progresso do Estado — teve por base não somente a renovação então dos métodos de ensino nas escolas normais, como a criação de um órgão pedagógico *ad hoc*. Criada em 1929 (dois anos após a publicação dos regulamentos e programas de ensino primário) e dotada de um corpo docente idôneo, capaz de garantir a *autonomia da cátedra e a liberdade de adaptar os programas e os métodos de seu ensino segundo os resultados obtidos através da experiência*, este órgão, ou seja, a Escola de Aperfeiçoamento da Secretaria de Educação desempenhou um importantíssimo papel nesta reforma do ensino que hoje data de 20 anos.

A incorporação da Escola de Aperfeiçoamento ao Instituto de Educação de Minas Gerais, com a conseqüente mutilação de seu patrimônio material e desaparecimento de quase todas as suas instituições escolares, como a Biblioteca Infantil, por exemplo, diminuiu grandemente a sua vitalidade e sua influência como órgão de constante renovação dos processos do ensino primário, à vista dos resultados experimentalmente obtidos. Essa renovação tinha a vantagem de não se fazer através de portarias oficiais, mas de maneira infinitamente mais direta e eficiente — através dos emissários escolares: professoras-alunas que vinham do Estado inteiro fazer o curso de dois anos na referida escola de aperfeiçoamento.

Ou a escola de aperfeiçoamento renasce das cinzas e toma seu estilo de independência administrativa e de autonomia científica e de cátedra (embora incluída no esquema oficial de instituições estaduais de preparo pedagógico) e o ensino primário, que ela orientava nas cidades do interior e na Capital do Estado, prosseguirá nos seus progressos contínuos, ou esta escola, reduzida a uma dependência de pouca importância, nada mais fará que estabilizar a rotina e burocratizar o meio escolar do ensino público de Minas.

A NECESSIDADE DE ÓRGÃOS ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

A disseminação das *escolas rurais*, resultado da imposição da União ou da convicção espontânea dos dirigentes estaduais, ou municipais, exige sem demora a criação de órgãos adequados para a orientação do seu progresso vital.

Reina ainda hoje nas escolas rurais o mais absoluto empirismo: tanto no aparelhamento material como na escolha de mestres manda é o acaso.

Fundam-se escolas, numa época, como cogumelos após a chuva, para desaparecerem bom número delas, em pleno ano letivo com a matrícula cheia, sem razões evidentes para tal interrupção. Mas sem professores convenientemente formados, as escolas rurais não podem fazer trabalho eficiente e por conseguinte manter a freqüência. "Aqui... (localidade) tais escolas são verdadeiros fracassos. Quase nada apresentam à administração em favor do escolar" — eis o que lemos num relatório redigido por um esforçado técnico de educação e dirigentes do serviço de educação num dos territórios.

A falta de orientação pedagógica e de preparo do pessoal faz-se sentir de uma maneira alarmante nos *educandários*, *abrigos e patronatos* para menores desamparados e transviados, já localizados nas zonas rurais e outros tantos a serem criados pelos poderes públicos ou particulares, no campo.

A rotina secular de um lado, do outro o diletantismo leviano de um outro "reformador" em matéria de assistência a menores, a baixa qualidade moral e profissional do bom número de educadores improvisados culminam, de vez em quando, em enormes escândalos, fazendo estremecer de indignação a imprensa e a opinião pública.

Urge acabar com o "curandeirismo" antipedagógico e proceder com medidas planejadas e humanitárias à assistência educacional à criança desvalida. Sem um pessoal devidamente preparado e selecionado neste campo árduo de trabalho social nada de positivo pode-se esperar dos educandários que absorvem, entretanto, não poucas verbas públicas e desperdiçam enormes contribuições de particulares.

Escolas agrícolas elementares, também em franco crescimento no País, destinadas a filhos de lavradores e fazendeiros, além do ensino técnico que ali recebem, ou receberão, por parte das secretarias ou Ministério de Agricultura, exigem, para o seu melhor aproveitamento, a orientação educacional de um órgão ruralista especializado.

Convém lembrar as *colônias de férias* para escolares de cidades, que hão de surgir, necessariamente, em prol da higiene física e mental da população urbana.

Merecem igualmente a atenção os jovens trabalhadores da indústria, comércio etc. da zona urbana, cujo descanso anual, garantido pelas leis trabalhistas, poderia ser levado, com imenso

proveito, a ambientes rurais, e sob a orientação de um pessoal entendido em educação de adolescentes.

A crescente imigração de núcleos coloniais agrícolas, provenientes do estrangeiro ou do interior do País, reclama também uma assistência especial. A colonização será tanto mais eficiente e sua integração no novo ambiente mais fértil quanto mais trabalho educacional for realizado junto à sua população tanto adulta como infantil.

Beneficiar-se-á desses órgãos orientadores da educação no meio rural toda a população já enraizada no País. Deles ainda terão grande procura as próprias administrações municipais, cujo trabalho se ressentia precisamente da carência de auxiliares idôneos no campo cultural, junto à população rural.

A esses órgãos de influência cultural no meio rural daremos o nome de *Institutos de Organização Rural*, (IOR), nome sugerido, aliás, pelo digno secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dr. J. Teixeira de Freitas, ao qual submetemos, a tempo, nosso plano em gérmen.

Vejam as finalidades e suas características gerais: os institutos de organização rural, ou centros de urbanização do meio rural, têm por finalidade a formação de indivíduos capazes de agir no meio rural como educadores e orientadores de atividades úteis ao progresso econômico e social desse meio.

Será uma das suas funções mais diretas o "aldeamento" da população em núcleos demográficos mais densos e mesmo a fundação de povoados. Concentrando em localidades de clima e solo propícios à saúde e à prosperidade econômica diversas instituições de caráter médico, educacional, assistencial, e atraindo para tais centros da zona rural moradores das vizinhanças ou de lugares mais afastados que não têm oportunidades de desenvolver per si atividades agropecuárias lucrativas — de nível cultural suficientemente elevado, os institutos de organização rural realizarão um papel civilizador no meio rural e o levantamento do *standard* de vida do mesmo.

De estrutura variada, os Institutos de Organização Rural (que doravante designaremos, para abreviação, com as maiúsculas IOR) constituir-se-ão sempre a partir de um núcleo de habitantes, seja radicados na localidade, seja estranhos a ela e trazidos de fora. Com o aumento da densidade demográfica das localidades escolhidas os IOR poderão com maiores recursos e resultados, preparar seus alunos, colaboradores e agentes da urbanização do meio rural.

Longos anos passarão, sem dúvida, antes que os IOR, tais bandeiras do século XX no Brasil, possam percorrer seu vasto espaço e deixar vestígios apreciáveis no progresso do País. Mas na igualdade de condições, isso é, com verbas aproximadamente as mesmas, essa atuação concêntrica e sincrônica de várias instituições de caráter cultural e assistencial em zonas rurais expressamente escolhidas trará frutos mais maduros e de melhor qualidade em menor prazo ao mesmo tempo que beneficiará maior número de pessoas dela dependentes.

A idéia matriz dos Institutos de Organização Rural tem por base a cooperação entre maior número possível de órgãos e de obras que visam o bem-estar do meio rural, e *pari passu* do País. Sua criação e desenvolvimento serão provas tangíveis contra a *disseminação esporádica* de instituições fundadas isoladamente, ou seja educandários, escolas normais, postos médicos, estações experimentais de agricultura etc...

Limitam-se a uma existência intramuros, sem contatos e serviços suficientemente desenvolvidos "para fora"; para se manter como órgãos culturais ou de assistência de certo nível de perfeição, exigem verbas enormes, injustificáveis em vista dos limites do seu raio de ação; quando vivem sob regime de verbas modestas, não passam de obras rotineiras e degeneram rapidamente incapazes de prestar os serviços para os quais foram criadas.

Para garantir a continuidade dessa obra de longo alento, convém que os IOR não aspirem à sua oficialização. Ao contrário, devem procurar a indispensável autonomia por meio de associações de iniciativa particular, constituindo-se juridicamente em fundações ou órgãos autárquicos, com fundos garantidos economicamente, sua administração própria e fiscalização a mais ampla, pública e oficial.

Para a realização dos seus patrióticos objetivos devem contar com o franco apoio dos poderes municipais, estaduais e federais, obtendo, desse último, o reconhecimento de sua utilidade pública.

Outrossim é indispensável que as instituições pedagógicas criadas pelos IOR estejam equiparadas nos direitos aos congêneres do País, outorgando diplomas válidos a seus alunos e colaboradores.

Esse requisito visa tanto os interesses dos matriculados como o crescente desenvolvimento da "ruralização", através da participação, em serviços particulares e oficiais, dos diplomados

dos cursos gerais, pedagógicos, agrícolas e outros incorporados aos IOR.

Certo é que, guardando a necessária autonomia ao bom andamento da obra vital, os IOR procurarão contatos mais estreitos, informações mais diretas dos órgãos oficiais e obras particulares afins no País e fora dele, para garantir-lhes a sua mais profunda integração na vida do povo e no progresso científico e social do mundo civilizado.

DA ESTRUTURA DOS IOR E DOS SEUS SERVIÇOS

Ficou suficientemente patenteado, em exposição anterior, que o IOR é uma *reunião de instituições*, de caráter privado, educacional, cultural, científico, sanitário, agroindustrial, recreativo e de assistência social, que, localizado na zona rural, especialmente para tal fim procurado, funciona como um todo. Três são os seus principais objetivos:

a) — atuando no meio rural, a que pertence, visa levantar o *standard* de vida do mesmo;

b) — por meio de suas instituições pedagógicas, educar cidadãos para uma vida melhor, desde a tenra infância;

c) — preparar colaboradores e orientadores para serviços e instituições ruralistas.

Eis a tríplice finalidade preestabelecida de um lado, a criação de uma série de serviços úteis à população do outro, uma rede escolar para educação, estudos, estágios necessários à formação sólida e dinâmica dos seus alunos.

Os serviços e as instituições assim incorporados num órgão de conjunto e funcionando, a maior parte deles, na mesma localidade rural, lucram tanto do ponto de vista técnico como econômico, pois havendo o máximo aproveitamento dos meios materiais podem ser estes sempre renovados, assim como podem ter o luxo de contar com um pessoal idôneo de nível superior, para superintender uma obra de grande vulto.

Dos serviços à população — Os IOR, localizados em propriedade rural — que contará com uma área mínima de 100 a 150 ha de terras relativamente boas, águas abundantes, num clima salubre, de acesso fácil, manterão um número de serviços assim discriminados:

- a) — um educandário para menores desamparados (internato);
- b) — uma escola de ensino primário com aulas diurnas e noturnas;
- c) — um ambulatório médico e uma enfermaria de emergência;
- d) — um gabinete dentário;
- e) — laboratório de pesquisas químicas e biológicas;
- f) — um posto de puericultura e de assistência à maternidade, funcionando nele uma cozinha dietética e uma sala de costura para a orientação das mães, noivas e adolescentes do sexo feminino;
- g) — uma biblioteca com serviços culturais;
- h) — um cinema e teatro para gêneros variados (inclusive teatro de bonecas);
- i) — praça de jogos esportivos;
- j) — clube agrícola desenvolvido e cooperativa de consumo para artigos relacionados com agricultura, criação de pequenos animais etc.;
- k) — serviços de transportes para alunos e membros do clube e outros serviços;
- l) — um centro de informação e comunicação com telefone, rádio, jornais etc.

Os serviços prestados à população pelo IOR não são de caráter caritativo e exclusivos à assistência a indigentes. Pagar-se-ão taxas de acordo com as posses de cada um. Em vários serviços haverá inscrições e pagamentos mensais (clube esportivo, agrícola, bibliotecas etc.). Essas medidas visam a prevenção contra o parasitismo social que inferioriza o homem.

É óbvio que todo ser necessitado e enfermo será socorrido. Em todos esses casos, uma *agência de serviço social* desempenhará um papel importante junto aos IOR.

DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS PROPRIAMENTE DITAS — Vejamos a rede de instituições pedagógicas que se desenvolverá progressivamente na área suficientemente extensa do patrimônio rural do IOR. Degraus e gêneros diversos permitirão estudos e estágios variados e preparo prático intensivo.

Além de escolas do curso primário, que será precedido pelo pré-primário, ou seja, jardim de infância e escola maternal,

haverá para os menores uma creche e um berçário (estes dois últimos ficarão a cargo do Posto de Puericultura).

Contará com uma *escola agrícola prática*, com cursos de especialização para ambos os sexos;

— uma escola do curso normal regional;

— organizará cursos de treinamento para o pessoal pedagógico e subalterno dos educandários para menores desamparados e excepcionais;

— cursos de treinamento para regentes de escolas rurais;

— cursos de especialização para administradores e orientadores do ensino rural (primário e normal);

— cursos avulsos e pesquisas em Ciências Naturais, Geografia Humana, Sociologia Rural, Economia Doméstica, Artes Regionais e Folclore para interessados em tais estudos.

Os mencionados cursos e os que porventura poderão ser criados terão um caráter dinâmico e experimental. As matérias serão ensinadas sob forma de problemas a resolver, em cuja solução o aluno, como o próprio IOR, serão interessados intelectual e praticamente. Embora de graus elementares e médios, a maioria dos alunos participará ativamente da pesquisa. Esta, anos após anos de estudos, melhorada e controlada pelos resultados posteriores, constituir-se-á em uma ciência viva, que os alunos conhecerão e manusearão como um instrumento familiar para a sua atividade profissional.

Outrossim, participarão eles da vida doméstica e rural da maneira mais direta e habilitar-se-ão, segundo aptidões reveladas, em grande número dos serviços da comunidade rural mantidos pelo IOR.

Serão intensamente treinados nas virtudes necessárias à vida construtiva da coletividade, educando-se neles, com especial cuidado, a cooperação, o respeito mútuo, a responsabilidade pessoal e outros caracteres da liderança.

A grande maioria dos alunos residirá no IOR.

— serão mantidos pelo IOR a título gratuito;

— bolsistas mantidos por outras instituições ou pessoas;

— alunos que pagarão suas taxas.

Todas as três categorias receberão igual tratamento no IOR, dependendo as variações, quando houver, apenas das diferenças individuais dos alunos (idade, sexo, estado de saúde, aptidões especiais etc.).

DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO DESENVOLVIMENTO POSTERIOR — Iniciando as atividades com um fundo financeiro que lhes garanta a instalação dos seus serviços, os IOR procurarão desenvolver, segundo melhores oportunidades, empresas agroindustriais, comerciais ou culturais que lhe convierem.

Os lucros auferidos visarão a manutenção independente dos IOR, a ampliação e o aperfeiçoamento dos seus serviços e instituições. Melhorando sempre, procurarão estender sua atuação a outras localidades, para ali iniciar novos núcleos de urbanização do meio rural, por meio dos alunos formados e comissionando para ali alguns colaboradores mais eficientes.

Um Instituto de Organização Rural Central poderá ter tantas filiais quanto lhe for possível criar, sendo que todas elas em conjunto com ele formarão uma federação dirigida pelo conselho diretor central, com representação de cada um dos institutos por menor e mais insignificante que for.

DA DIREÇÃO — Os IOR serão dirigidos, internamente, por um conselho, cujos membros natos serão os diretores e encarregados dos diversos serviços, escolas, cursos etc.

O conselho elegerá a diretoria de tantos membros quantos julgar necessário para o bom andamento do trabalho, e que formará o órgão executivo do IOR durante o prazo de seu mandato, podendo ser reeleita.

Para garantir ao IOR seu caráter eminentemente democrático, participarão do conselho diretor, e possivelmente da própria diretoria, os representantes dos alunos adultos dos cursos como dos empregados dos diversos serviços.

O Instituto de Organização Rural, dirigido por um conselho, nos primeiros anos de seu funcionamento (previsto especialmente para o IOR da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, já em formação), terá a seguinte diretoria:

Além do *diretor-geral* que será indicado, no início, pela diretoria da associação mantenedora e, mais tarde com melhor conhecimento mútuo, eleito pelos diretores internos encarregados dos principais serviços do IOR, haverá:

1) — *Diretor dos educandários e internatos* — Caberá a este zelar pelo bem-estar de toda a população residente no IOR, crianças e adultos, assim como pela educação dos alunos dos internatos, orientando, ao mesmo tempo, o pessoal nesta educação familiar; estudar os alunos para melhor distribuí-los pelos núcleos residenciais pelos cursos escolares, pelos trabalhos e ocupações;

organizar a vida dos alunos nos lares, fora de aulas e serviços, ocupando-os nos seus lazeres e principalmente, durante o período de férias escolares, em atividades recreativas e instrutivas.

Estarão sob a sua imediata supervisão: os internatos, as oficinas de trabalhos manuais (*creative art*) e de consertos. Superintenderá a cozinha central e o restaurante, a lavanderia, rouparia; fará o inventário periódico dos móveis, roupas, vasilhas etc.

Terá uma parte proeminente na organização dos cursos de treinamento do pessoal dos educandários e de monitores. Dirigirá a Escola Doméstica.

Gozará das férias no meio do ano, uma vez organizado o trabalho do período anual, antes ou depois da realização dos cursos de treinamento do pessoal dos educandários.

2) — *Diretor do Ensino Geral e Normal* — Superintenderá o ensino da escola normal rural, do grupo escolar, das escolas rurais isoladas e o jardim de infância. Orientará o ensino de matérias de caráter cultural geral da escola agrícola. Dirigirá os cursos de treinamento dos regentes de escolas rurais, os cursos e estágios para orientadores e administradores do ensino rural etc. Superintenderá a Biblioteca Geral, o Teatro Popular e Cinema Educativo, o Estúdio de Pintura e Modelagem. Caberá ao diretor do ensino a orientação das escolas rurais da vizinhança ou de todas aquelas que pedirem a orientação aos IOR.

Zelará pela cultura geral, artística e cívica da população vizinha e, em viagens pelo interior, com os alunos e colaboradores do IOR, estenderá essa tão longe quanto for possível.

A esse diretor caberá igualmente a organização de pesquisas científicas, que se realizarão sob a direção de um pessoal idôneo.

3 — *Diretor da Fazenda e do Ensino Agrícola* — Compete a esse diretor zelar pela propriedade rural do IOR, no sentido de aumentar a produção e a qualidade da mesma, e *pari passu* aumentar o seu valor econômico e o bem-estar material dos colaboradores e alunos do IOR. Estenderá os benefícios técnicos e, quando possível, materiais à população vizinha, atraindo-a para o progresso através da escola agrícola, dos clubes agrícolas, das cooperativas.

Organizará exposições, concursos, semanas de lavradores etc.

Dirigirá a escola agrícola elementar e o ensino agrícola de todos os cursos do IOR.

Superintenderá os trabalhos da lavoura, criação, pomi-flori-horticultura etc. Terão sob a sua direção toda a indústria

derivada, como a fábrica de conservas e de laticínios, assim como a olaria e cerâmica, oficinas de madeira, de fio folha, eletricidade etc.

Estarão sob a sua supervisão o almoxarifado geral do IOR, a cooperativa do consumo, compras e vendas da fazenda, o serviço de transporte e a escrituração pormenorizada relativa à produção econômica, do movimento financeiro e o inventário geral da fazenda.

4) — *Diretor do Serviço Médico* — Cabe a esse zelar pela saúde dos alunos, dos empregados, agregados e da população vizinha do IOR, num raio de ação cada vez mais extenso.

Organizará pesquisas sobre o estado de saúde, condições higiênicas da localidade e causas de doenças (clima, água, solos, germes mórbidos e endemias, moradia, alimentação, sono, trabalho etc., da população).

Cabe-lhe o ensinamento de higiene em todos os cursos do IOR e propaganda profilática em todos os serviços de assistência social; a direção da parte dietética do IOR com a inspeção da cozinha central, do restaurante, lavanderia, etc., direção do posto de puericultura.

Fará um exame periódico dos alunos, empregados e agregados do IOR.

Superintenderá a Educação Física e a Praça de Esportes.

Fará a direção do Posto Médico da Enfermaria e do Laboratório de Pesquisas Bioquímicas.

Ao diretor-geral, que eventualmente poderá ser um dos diretores dos serviços acima discriminados, caberá ainda a direção da *Secretaria Geral*, com o serviço anexo de datilografia e de imprensa, por modesta que seja essa última, no início.

Quanto à parte financeira do IOR, fará as despesas o diretor da fazenda e do ensino agrícola, havendo em todos os documentos o visto do diretor-geral.

NOTA — O êxito da obra educacional e civilizadora do IOR dependerá, em grande parte, da competência, da idoneidade moral e da capacidade realizadora dos referidos diretores, entre os quais deverá reinar a maior harmonia possível, fruto de uma sábia e diligente cooperação e profundo respeito mútuo. Será assim a preocupação máxima dos dirigentes da sociedade mantenedora do IOR procurar estes homens e mulheres animados de uma fé ardente num futuro melhor para o Brasil e capazes de pôr ao serviço desse ideal patriótico e humanitário o melhor de suas capacidades e o mais puro dos seus sentimentos.

ESTUDO DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES DO IOR E DO ESPÍRITO QUE AS ANIMA

Vejamos com mais detalhes alguns dos serviços e instituições pedagógicas do IOR e o espírito que os anima.

Todos eles indistintamente terão um duplo papel: garantir o bem-estar presente, com vistas voltadas para o bem-estar futuro. Nada se fará, ou pelo menos será levada ao extremo a preocupação de selecionar somente aquelas atividades, ou aquelas matérias de ensino, ou aquelas formas de recreio que possam responder ao escrito acima. Assim, com o tempo e experiência serão eliminados elementos transitórios precários, inúteis, que tanto enchem os programas escolares, como a vida de todo dia, com sua carga parasitária, e impedem que outros elementos de real valor social fertilizem e enobreçam a vida humana.

Começaremos pelos educandários para menores desamparados — Figuram no esquema do IOR como um dos núcleos demográficos iniciais no desenvolvimento de suas atividades em prol da valorização do elemento humano no Brasil: proveniente a maioria dos meios urbanos proletários, estas crianças, subnutridas, doentes não rara vez, de péssimos hábitos higiênicos e costumes, necessitam, para a recuperação de sua saúde e caráter, de ambiente solícito, de alimentação substancial e de um pessoal médico e pedagógico capaz de auxiliar cada uma a se tornar um ser robusto, feliz e útil à coletividade. A tarefa está longe de ser fácil, pois os traumas de toda espécie de que foram vítimas desde a tenra idade, as revoltas profundas contra a maldade humana, a injustiça, a saudade dos pais e dos irmãos infringida pela ida para o estabelecimento, como a saudade da vida anárquica e de vadiagem — tudo isto não pode ser ignorado pelos seus novos guias. Pensar que a recuperação moral far-se-á pela disciplina externa, em tratamento coletivo, sob férrula ameaçadora do trabalho imposto e vigiado por olhos duros de um “guarda”, dum “inspetor de alunos” — é iludir-se redondamente. Amanhã essas crianças, quando não reeducadas, aparecerão novamente nas listas da assistência social e, já adultos, parasitarão

à custa dos cofres públicos ou particulares de maneira crônica e não rara vez perigosa.

Precisamos encarar o problema de menores abandonados com seriedade. Devemos lhes dar ambientes propícios à sua formação e um pessoal idôneo, animado de um ideal social, imprescindível à educação.

Incorporados aos IOR, os educandários para menores, mesmo que alojados em habitações rústicas, encontrarão no campo esse ambiente tão ao sabor dos gostos infantis e nas suas atividades — riquíssimas oportunidades para o seu desenvolvimento físico e mental, assim como um preparo para a vida independente, sob a orientação de um pessoal médico, pedagógico e técnico na altura de sua missão.

Beneficiados pelos serviços do IOR, esses menores, transportados das cidades para o campo, por sua vez beneficiarão o campo através da obra ruralista dos IOR. A partir de 10-12 anos esses menores, após alguma permanência nos IOR, começam a prestar apreciáveis serviços na lavoura e em demais atividades agrícolas. Excetuando-se os anormais profundos e os degenerados, a mão-de-obra da criança no meio rural é das mais úteis. Precisa apenas que seu trabalho seja bem-orientado, dosado e que não ultrapasse três-quatro horas por dia, no campo.

A melhor maneira de utilizar os menores em trabalhos agrícolas é sempre através de instituições escolares, como os clubes agrícolas. Evita-se com isso a demasiada monotonia de trabalhos e a exploração da criança para fins apenas mercantis. Quando integrado no serviço dos clubes agrícolas, todas as suas atividades são previamente estudadas, planejadas e, ao terminar, são contraladas por medidas e observações da qualidade. Assim formam-se hábitos conscientes de trabalho agrícola, e torna-se possível seu progresso, enquanto o trabalho rotineiro obrigatório de faxina e sem a devida compreensão de fenômenos naturais repete infinitamente os erros mais grosseiros.

Os educandários para menores desamparados e excepcionais dos IOR receberão crianças de ambos os sexos, órfãos de preferência.

As crianças de até 2 anos de idade serão mantidas sob cuidados do posto de puericultura, e, quando for possível, será feita a sua colocação familiar em lares de vizinhos idôneos para esse fim.

Os maiores serão distribuídos em núcleos residenciais, de 20 a 30 crianças cada um. Guiados por adultos preparados e de índole compreensiva, terão uma vida mais natural e familiar

possível, sem disciplina rígida, porém de ordem e de respeito mútuo.

Durante o dia, os alunos freqüentarão o tipo e o grau escolar que convier a cada um, desde o jardim de infância até o curso secundário e técnico mais adiantado do IOR.

Participarão das atividades domésticas, agroindustriais, artísticas, recreativas, de acordo com as inclinações e aptidões de cada um e também de acordo com as necessidades de comunidade, sem sacrifício do indivíduo em plena fase do seu desenvolvimento.

Tanto o agrupamento em núcleos residenciais como a freqüência aos cursos, à escola e a dosagem das atividades da comunidade rural ficarão a cargo dos conselheiros pedagógicos. Em colaboração com os médicos, examinarão as crianças e acompanharão os alunos durante toda a sua estada no IOR.

Ao alcançar a idade adulta, ou quando terminar os cursos apropriados às suas capacidades, o aluno poderá ser desligado do IOR para a vida independente ou continuar estudos alhures. Como ex-aluno continuará a receber auxílios, quando for isso necessário, e orientação moral.

Sempre que possível, os ex-alunos dos educandários do IOR serão encaminhados para serviços em zonas rurais, respeitada naturalmente a vontade de cada um.

Poderão continuar na própria comunidade do IOR, já em qualidade dos seus empregados ou colonos, garantindo-se-lhes nesse caso uma gleba de terra para cultivar e materiais para construção da moradia.

Os alunos *débeis mentais* dos educandários e os que sofrerem de leves distúrbios psíquicos, chegados à idade madura ficarão asilados numa parte reservada da colônia, caso as famílias não possam encarregar-se de sua manutenção. Na medida de suas possibilidades físicas e mentais continuarão a participar das atividades rurais, sob a orientação e vigilância do serviço especialmente organizado para esse fim. Dando a estes seres dependentes um ambiente agradável e cercando-os de pessoas amáveis, ao mesmo tempo que capazes de exercitar a necessária ascendência moral sobre eles, esses ex-alunos continuarão, por sua vez, prestando os possíveis serviços à obra rural dos IOR, visto que muitos *débeis mentais* são bons trabalhadores rurais e auxiliares eficientes nas chácaras e fazendas.

Não será demasiado frisar que os menores dos educandários para desamparados incorporados nos IOR nunca serão segregados do convívio com crianças do meio familiar. Na escola terão

contatos diários com os companheiros, filhos dos empregados e de famílias vizinhas, tanto nas aulas como em serviços e recreios. Os educadores favorecerão esse contato através de intercâmbios mais freqüentes, aproveitando-se das festas tradicionais, dos aniversários, datas cívicas etc. para aproximar as crianças sem lar das demais. Serão criadas inúmeras oportunidades para os menores cultivarem a sua independência e responsabilidade, dentro e fora do estabelecimento, encarregando-os de compras, viagens, visitas a outros estabelecimentos, participação em times esportivos enfrentando outros, etc.

Será dada bastante atenção à formação de hábitos de economia, ao mesmo tempo que a familiarização com o dinheiro, que os alunos terão para seu uso próprio, sob forma de pecúlio, ou de somas que lhe serão entregues para compras do estabelecimento.

Desde cedo os menores serão habituados ao regime de liberdade e de responsabilidade pessoal, tanto no trabalho como no recreio.

DOS CURSOS DE TREINAMENTO PARA EDUCADORES E PESSOAL SUBALTERNO DOS EDUCANDÁRIOS PARA MENORES DESAMPARADOS E EXCEPCIONAIS

Os educandários do IOR, planejados e mantidos com especial carinho para com a criança sem lar, visam também o estudo dessa criança e dos meios pedagógicos e de melhor assistência individual e coletiva aos desamparados e excepcionais. Tais estudos, sistematicamente levados nos IOR por psicólogos, médicos e sociólogos, trarão, dados objetivos no tratamento desse doloroso problema no Brasil, que assume cada dia um caráter mais assustador.

O melhor conhecimento do assunto permitirá ao IOR manter recursos e estágios para a orientação de educadores e do pessoal subalterno de instituições assistenciais para menores desamparados.

Na atual situação, em que a maioria desse pessoal para reeducação dos desvalidos e delinqüentes é arregimentado da maneira mais fortuita possível, não se exigindo geralmente nem certificados escolares, pouca coisa poderá se esperar dos cursos de treinamento por faltarem aos seus candidatos base de formação moral e educacional. No futuro, sem preparo regular, deverá ter um mínimo do Curso Normal Regional, devidamente renovado, com especialização em Educação Integral (dos internatos) e estágios em instituições assistenciais.

Enquanto essa formação não se fizer, os cursos de treinamento para o pessoal pedagógico, inspetores de alunos e "guardas" desempenharão uma função paliativa de algum valor. Pelo menos despertarão interesse maior pelo trabalho e darão melhor compreensão de sua missão social, junto ao menor sem lar e transviado.

Os cursos de treinamento procurarão sanar dois males que dominam geralmente os estabelecimentos para menores: de um lado a má fé, por parte do pessoal, considerando a criança definitivamente perdida, "imprestável", viciada, sem remédio; do

outro a *ociosidade* em que permanecem grande parte do seu horário, e muito especialmente durante as férias escolares.

Haverá nos cursos estudos práticos dos casos (*case-studies*, aos quais os norte-americanos dão um particular valor), observando-se de perto a conduta da criança, ao mesmo tempo que estudando atentamente o seu anamnese, os fatores do seu abandono e os meios de sua recuperação social.

Dar-se-á bastante atenção também ao estudo do próprio educador e à reeducação do seu caráter.

Para sanar a ociosidade acima referida os alunos do curso serão treinados em trabalhos manuais e atividades recreativas com que mais tarde poderão ocupar o espírito e as mãos dos internados.

Estes trabalhos manuais ("creative art") feitos com material e aparelhamento rústicos, serão ensinados com profusão. Futuramente poderão ser organizados, entre estabelecimentos para menores, intercâmbios de objetos e brinquedos assim fabricados.

Diremos ainda que uma sábia orientação desses trabalhos na rede dos estabelecimentos destinados a menores poderá chegar ao desenvolvimento de uma indústria original, artística e lucrativa, quebrando as formas rotineiras do trabalho e monótonas ao infinito que geralmente se observam tanto nos internatos masculinos como femininos, e ao mesmo tempo estimulará as aptidões técnicas e artísticas dos menores, muitas vezes inteiramente ignorados, por falta de oportunidade para sua eclosão.

Os cursos de treinamento para o pessoal pedagógico e subalterno dos educandários realizar-se-ão em prazos variáveis de poucas semanas de um *full time* intensivo, de vários meses, incluindo-se estágios pedagógicos. Os cursos poderão ser periódicos, chamando a eles os mesmos educadores-alunos durante dois-três anos consecutivos, ou em anos alternados, a fim de melhor controlar os frutos que se conseguirem nos estabelecimentos. Serão realizados tais cursos em épocas mais convenientes para os estabelecimentos, e estágios — durante o ano todo, facilitando assim aos educandários a matrícula do seu pessoal. Serão facultadas as inscrições para o pessoal dos estabelecimentos particulares e oficiais, havendo uma taxa determinada para sua matrícula e outra para manutenção, em regime de internato.

TREINAMENTO DE MONITORES — O treinamento do pessoal para educandários poderá incluir também o de monitores, ou seja, de menores mais capazes, inteligentes e revelando tendência à liderança.

Devidamente escolhidos e orientados, constituem esses meninos um grupo de auxiliares de grande utilidade nos estabelecimentos, principalmente quando esses contam com um grupo limitado de colaboradores adultos.

Caberá a indicação desses alunos, ao curso de treinamento, aos diretores dos respectivos estabelecimentos, que mandarão os nomes dos candidatos junto às fichas individuais distribuídas pelos IOR. Tais fichas visam uma melhor orientação dos estabelecimentos na indicação dos seus candidatos, pois a atuação pedagógica de monitores é tão complexa quanto delicada.

Futuramente, esses monitores poderão se candidatar aos cursos normais regionais, como alunos regulares, e é possível que seja um bom caminho na seleção profissional, pois terão dado provas de suas qualidades já em estágios anteriores, como auxiliares pedagógicos, revelando, provavelmente alguns, vocação para carreiras pedagógicas.

DO CURSO NORMAL REGIONAL — Se os educandários para menores desamparados é o ponto de partida na organização do IOR, o curso normal regional forma o centro irradiador de suas atividades pedagógicas.

Segundo a lei orgânica do ensino normal de 1946, que possivelmente manter-se-á na legislação do ensino, os cursos normais regionais destinam-se ao preparo de regentes do ensino primário e dessa maneira o curso fornecerá a grande massa de mestres das escolas rurais no País, e *pari passu*, das escolas primárias dos educandários para desamparados que funcionam no meio rural. Como o diploma provavelmente será válido em todo o País, a repercussão dos cursos normais incorporados aos IOR poderá ser apreciável na disseminação do ruralismo sadio e dinâmico no Brasil.

Em que é que este curso normal regional distinguir-se-á das escolas normais comuns, que linhas atrás condenamos como organismos impróprios e incapazes em corroborar na reforma social do País?

Integrados na obra do IOR tais cursos, diremos logo, diferenciar-se-ão pela atmosfera moral, pelo entusiasmo com que processar-se-á a formação dos jovens mestres, agentes do progresso preconizado pelos IOR.

Localizados na zona rural, em sítios e fazendas em pleno funcionamento agroindustrial, residindo seus alunos no campo durante toda a duração do curso, tais cursos oferecerão oportunidades práticas de caráter rural indispensáveis ao seu preparo e à formação de hábitos de trabalhos mais úteis.

Participando dos serviços assistenciais e escolares de tipos e graus diversos dos IOR, os alunos do curso normal regional terão amplas possibilidades para uma prática e estágios demorados sob a direção de especialistas competentes. Estudos da criança excepcional, do menor desamparado, criado fora do lar, dos alunos-problemas — habilitarão a uma atuação pedagógica mais apurada e segura.

À formação científica, artística e social dar-se-á uma atenção de igual importância e de maior relevo que nas escolas normais comuns, pois os recursos dos IOR de caráter social, técnico, científico e artístico são necessariamente maiores e os que poderão oferecer aos alunos através de um corpo docente e de orientadores pedagógicos de comprovada capacidade. Os colaboradores, trabalhando sob regime do *full time*, darão uma parte do seu tempo aos serviços de que são encarregados, enquanto outra parte será reservada ao ensino em diversos cursos, inclusive o do ensino normal regional.

Enfim, o próprio ensino será fortemente impregnado de caráter dinâmico e ativo, permitindo, assim, aprender os processos pedagógicos e assimilar os seus princípios não através de aulas de metodologia do curso pedagógico nas últimas séries, e sim, através do trabalho escolar e de toda a vida que viverão os alunos dentro dos IOR.

Esse contato mais estreito com os alunos e maiores oportunidades para agir em sentidos múltiplos permitirão aos dirigentes melhor conhecer seus alunos e melhor selecionar os elementos deveras eficientes para obras de maior responsabilidade. “O sistema de seleção será rigoroso: preparação cultural boa, interesse real e evidente pela reabilitação do homem rural e de temperamento de líder social” — fazemos nossas essas palavras de Rafael Ramirez, antigo chefe do Departamento de Educação Rural do Ministério de Agricultura do México, referindo-se aos mestres da escola rural renovada.

Para terminar este capítulo, acrescentaremos que o curso normal regional dos IOR não somente admitirá alunos do sexo masculino, como fará uma tenaz propaganda junto aos filhos de fazendeiros, aos moços de condição humilde do interior do País, para atraí-los para o magistério e conseguir que o trabalho de civilização do meio rural, por intermédio de escolas, bem-remunerado, conte também com o pessoal masculino, pois nas mãos de mulher, exclusivamente, ele nunca poderá dar frutos que desse trabalho importante espera o País. Bem o compreendem os dirigentes do Estado de São Paulo, onde a proporção de homens no magistério é muito mais significativa do que se

observa em outros estados, e particularmente em Minas, onde a predominância feminina é quase exclusiva.

CURSO DE TREINAMENTO PARA MESTRES DO ENSINO RURAL — Praticamente o ano escolar do ensino na roça termina em meados de outubro, quando trabalhos agrícolas urgentes exigem da população todo o seu esforço, inclusive o dos menores em idade escolar. As escolas ficam desertas no último mês, e não sofreriam com a ausência do mestre durante algumas semanas (até o fim do ano), deixando-o se matricular num curso de treinamento, que anualmente realizar-se-á nos Institutos de Organização Rural.

Tais cursos são indispensáveis para o levantamento do padrão cultural do professorado rural, assim como para sua orientação para novos rumos desse ensino ao serviço da maioria do povo brasileiro. Ultimamente os governos têm facultado os treinos técnicos, organizando-se para isso semanas ou quinzenas ruralistas nas escolas agrícolas ou de agronomia, federais ou estaduais. Geralmente estes certames são bastante concorridos e de agrado aos seus participantes. Ensinam-se os elementos da técnica agrícola, da criação de pequenos animais, prática de economia doméstica, etc. É sumamente útil tal empreendimento, que deverá ser mais freqüente e generalizado para todas as zonas do País.

Ao lado desses ensinamentos mais ligados à agricultura, o mestre da escola rural deve receber ensinamentos em matérias pedagógicas, ficando mais familiarizado com processos eficientes de ensino de diversas matérias. Não se deve esquecer de dar bastante atenção ao treino de trabalhos manuais.

Assim, em colaboração com a escola agrícola, o curso normal regional dos IOR organizará tais cursos de extensão, com duração de 2-3 meses por ano, recebendo os candidatos ao curso em regime de internato, e poderá ampliar bastante seu programa com treinos em matéria de recreio infantil e popular, tão necessário no meio fechado dos camponeses.

Sugerimos que os mestres que tivessem de fazer o curso de treinamento nas férias (novembro, dezembro, janeiro) iniciassem o ano letivo nas suas aulas em março, ficando o mês de fevereiro mês de férias regulamentares para eles. As chuvas copiosas do mês de fevereiro da zona central, principalmente, reduzem grandemente a freqüência dos alunos, que tende a se normalizar a partir do mês de março ou abril.

A convivência do mestre-escola do ensino rural com seus colegas, a participação nos trabalhos variados dos IOR, os estágios

que poderá fazer nos educandários, o material que poderá confeccionar e levar para suas escolas, enfim, a vida num ambiente tônico do IOR e os laços que contrairá com esse centro orientador serão sumamente auspiciosos para o melhoramento de sua atividade profissional, na sua escola. Como no curso precedente, o mesmo aluno-educador poderá voltar mais de uma vez ao IOR, e resolver melhor suas dificuldades pedagógicas à vista da experiência adquirida nos cursos anteriores.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA SUPERINTENDENTES DO ENSINO RURAL E SEUS ORIENTADORES — O artigo 10 da Lei Orgânica do ensino normal prevê uma série de cursos de especialização. Limitando-se porém a cinco (educação pré-primárias, cursos complementares, ensino supletivo, didática especial de desenho e artes aplicadas, e idem da música e canto), não incluiu o ensino no meio rural, embora este requeira do mestre atitudes e processos de trabalho escolar *sui generis*.

Seria de toda conveniência que esse ramo constituísse por sua vez, uma especialidade, pois, assim, a renovação dos processos didáticos e a compreensão dos problemas ruralistas serão conseguidos com maior eficiência.

Tratando-se dos estados que têm tido escolas de aperfeiçoamento pedagógico do tipo de Minas Gerais, conviria que as primeiras turmas de superintendentes fossem constituídas pelos alunos que já fizeram o curso geral de dois anos da dita escola. Possuidores de conhecimentos pedagógicos superiores, de ordem geral, o curso de especialização para administradores e orientadores do ensino rural de mais de um ano e dois, para estes e aqueles, habilitará grandemente no prosseguimento pelos novos caminhos da escola rural.

Evidentemente que o elemento masculino aqui como no curso anterior será de grande valia.

O curso de especialização para superintendente e orientadores do ensino rural terá um caráter essencialmente experimental. Será grandemente baseado em pesquisas originais, de Sociologia Rural, de Geografia Humana, de Psicologia da Criança, do Adolescente e do Adulto dos Meios Rurais, assim como de estudos do Folclore Regional, das formas do Trabalho Industrial, Caseiro etc.

As pesquisas serão dirigidas por professores e estudiosos de comprovado valor científico, a fim de que esse trabalho constitua um patrimônio intelectual seguro e uma base sólida para trabalhos ruralistas do IOR. Mais tarde, os administradores e orientadores do ensino rural, longe de se confinar na rotina do trabalho

conquistado no IOR, continuarão as pesquisas junto ao meio rural, junto às escolas rurais que terão de modificar para torná-las mais adaptáveis ao gênero de vida, às necessidades e ao nível de cultura dos seus alunos e do seu meio familiar.

Tais pesquisas realizar-se-ão em estreita colaboração com o Instituto de Pesquisas Pedagógicas, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, com Associações Pedagógicas de Caráter Científico, cujo propósito é a valorização do homem no Brasil, como a Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, a Associação Brasileira de Educação e talvez mesmo com algumas associações estrangeiras no gênero da Rockefeller Foundation, por exemplo etc.

Os alunos-professores dos Cursos de Administração e de Orientação do ensino rural nunca formarão grandes turmas, a fim de não prejudicar a sua formação mais sólida e individual possível

Enquanto não se constituir um corpo docente adequado aos cursos normais regionais, os alunos-professores do curso de especialização poderão destinar uma parte de seu horário ao ensino de diversas matérias daqueles cursos, principalmente nas primeiras séries.

Tal divisão do trabalho será duplamente útil; não somente lucrará o curso normal regional como os próprios alunos do curso de especialização, que terão uma prática de responsabilidade e uma melhor familiarização com os métodos e processos renovados do ensino normal. Evidentemente haverá diretores competentes para orientar este trabalho pedagógico, que se fará igualmente sob regime de experimentação, à procura de métodos sempre mais valiosos e interessantes.

Os cursos de especialização para administradores do ensino rural fornecerão, assim, aos institutos de organização rural, assistentes e colaboradores de formação científica e prática, e esses órgãos, uma vez constituído seu quadro completo de colaboradores, poderão espalhar sua influência a outras localidades, em que, por sua vez, criar-se-ão novos institutos de organização rural.

ESCOLA RURAL — O ensino primário ministrado dentro dos IOR será de vários moldes e tipos escolares. É natural que na sede da organização, lá onde a população infantil é concentrada de maneira mais densa, como seja nas proximidades dos educandários, o ensino primário se realize no grupo escolar de 10-15 cadeiras, com a divisão de classes e mesmo com certa homogeneização dos níveis mentais, quando houver mais de uma classe da mesma série.

Como a função dos IOR é tanto atender aos agregados como à população vizinha, cada um deve contar com mais de uma unidade escolar, distribuindo-as, além do centro de sua propriedade, em diversos pontos da periferia. Serão escolas isoladas e mesmo singulares, podendo assim servir de excelente campo de estudo e de prática para normalistas do curso regional do IOR.

Para garantir uma boa freqüência, o IOR manterá um serviço de transportes, em combinação com os pais dos alunos, principalmente os de menor idade, que dificilmente poderão caminhar mais de dois quilômetros sem prejuízo para sua saúde. Assim, a escola poderá prestar seus serviços num raio de 10-15 quilômetros de distância.

Aos moradores mais afastados e aos que residem fora do trajeto dos ônibus, será facultado, a preços módicos, o internamento em núcleos residenciais do IOR, permitindo que passem os domingos e feriados em casa, com os pais.

Para cada região serão estabelecidas épocas mais apropriadas ao início das aulas e ao período de férias, dependerá isso das temporadas de grandes chuvas, de plantio e de colheitas.



Tem-se derramado muita tinta em torno da escola rural primária, mas não tem-se chegado a uma conclusão suficientemente sólida e universalmente apoiada, a não ser na crítica às escolas rurais atuais como organismos sem eficiência.

Será pois o grande empenho dos IOR experimentar tudo que dita o bom senso, tanto valendo-se de exemplos alheios (estrangeiros ou nacionais) como procurando formas próprias mais adequadas aos objetivos desses órgãos de urbanização do meio rural e de cultura a uma voz.

Entre opiniões opostas, considerando uma escola rural radicalmente diferente da escola primária urbana, e outra — achando-a de tal forma igual nas suas finalidades principais que julgam inútil dar formação diferente aos regentes duma e doutra escola, colocamo-nos em posição intermediária.

Pouca diferença de fato observaremos nos objetos e nos métodos de trabalho escolar nas duas primeiras séries de estudo. Enquanto a criança é pequena, contando apenas 7-8 anos de idade, seu espírito infantil e suas forças físicas não permitem atividades além daquelas que preconizam comumente os modernos programas do ensino primário. Evidentemente o ensino deve ser adaptado às condições locais, mas isso se faz em

qualquer escola, seja urbana ou rural, quando devem procurar o necessário ajustamento à região (cidade marítima, cidade industrial, bairro comercial ou residencial, etc.). Nada é mais normal que revestir, com o conteúdo concreto, as indicações gerais do programa, ilustrando-o com exemplos vivos e realizações ao alcance da escola dessa ou daquela localidade.

Com maior idade dos alunos, e uma vez vencidas as dificuldades da leitura e da escrita, ali é que a escola do campo pode dar aos seus educandos de 10-12 anos uma orientação diferente da do meio urbano, infinitamente mais prática em relação às necessidades do meio rural. Isso será mais possível e oportuno, porquanto a criança desta idade do meio rural já representa um valor apreciável como membro do grupo trabalhador. Em certos lugares de Minas (em Caeté, por exemplo) vimos crianças desta alugarem roças aos pais ou parentes, e trabalharem a terra por sua própria conta e iniciativa, pagando pelo empréstimo da terra após o tempo da colheita. Revelam nesse trabalho o espírito prático do adulto, a capacidade de calcular a futura seara, discutir a qualidade das terras, a chegada das chuvas, etc.

É evidente que para tais alunos os ensinamentos práticos de processos de cultura mais eficientes serão aceitos com interesse e o treino prático em inovações dessa natureza recebido com proveito (emprego de adubos químicos, irrigação dos campos, introdução de novas espécies vegetais, preparo das sementeiras, emprego de vacinas em animais, etc.) coisas muitas vezes ignoradas pelos pais dos alunos. Mas tem razão Carbonell y Migal dizendo: "A agricultura nas escolas rurais não deve ser pretensiosa, nenhum mestre há de anunciar que vai acabar com as rotinas dos lavradores; é muito possível que o mestre com muita teoria fracassasse onde o roceiro obtenha resultado"; e mais longe: "Sem dúvida, os mestres, com boa preparação, hão de obter rendimentos superiores e então a obra escolar será mais ampla porque desbordará os muros da escola; precisa combater as rotinas com habilidade, não ir contra elas de frente, os resultados são os que devem falar mais alto e são também os que mais convencem", p. 309 (Metodologia de la enseñanza primaria — Montevideo 1916).

Para tal método de resultados — e de auxílios reais tende a obra dos IOR, com a sua sede — propriedade rural modernamente cultivada — com suas escolas e serviços.

A própria escola rural, por mais modesta que seja, deve antes de mais nada servir de modelo vivo de higiene, de estética e de aproveitamento mais racional possível do terreno disponível.

Com alguns hectares apenas (4-5 ha) aproveita a escola para mostrar como podem ser valorizados em relativamente pouco tempo, cercando-os com cuidado com essências florestais irrigando-os pelos processos diversos, enchendo-os numa parte com arvoredos frutíferos enxertados, reservando outra para hortaliças, etc.

Torna-se imprescindível, na escola rural, a mão-de-obra adulta, dum homem, de preferência, para execução de tarefas mais brutas e monótonas, a fim de permitir que a professora ensine aos alunos técnicas novas e pouco usadas na região, de *horti-pomi apiculturas* e outras que porventura poderão ser introduzidas.

Todo este trabalho agrícola a partir do terceiro ano primário poderá formar o grande *centro de interesse escolar*, em torno do qual se agrupariam as outras matérias do curso. Seu proveito pedagógico será tanto maior quando ele puder ser realizado através de fecunda organização dos *clubes agrícolas*. Hoje em dia os clubes agrícolas e escolares prestigiados pelo Ministério de Agricultura recebem deles importantes auxílios materiais e orientação valiosa. Na Escola Rural dos IOR esses auxílios serão ainda maiores, pois a Escola de Agricultura dos mesmos prestarão à escola rural uma assistência contínua. Há quem duvida que os pais lavradores não se conformem em mandar seus filhos para a escola ao constatarem que boa parte do tempo esses passam cultivando terra ao invés de se esmerarem em caligrafia e contas. Tudo dependerá da mestra, de sua competência e de sua habilidade de tratar os homens, para que o clube agrícola domine o ensino da escola rural. A oposição durará enquanto os pais não se convencerem de que esse é o melhor serviço que a escola pública pode prestar aos seus alunos, pois ajuda-os a viver melhor. Porque os torna realmente menos ignorantes em coisas de sua verdadeira alçada.

Compreenderão isso ainda melhor quando a mesma escola rural abrir suas portas também aos adolescentes e adultos. O ensino supletivo ministrado à noite três vezes na semana (somos de opinião que as aulas *diárias* no curso supletivo são excessivas e prejudicam a saúde dos adolescentes que, obrigados a se deitarem tarde para acompanhar as aulas noturnas e levantar cedo, para trabalhar, sacrificam seu sono — elemento biológico dos mais preciosos para seu desenvolvimento) trará benefícios enormes à população rural. Quando ao lado da mestra seus alunos ouvirem a voz autorizada de algum técnico agrícola bem-experimentado que, orientando os trabalhos do clube agrícola do curso diurno explicará, de noite, aos pais e irmãos mais velhos, o significado dos processos usados e a necessidade de os aprenderem desde a infância para sua melhor habilitação, a influência da escola rural será ainda mais incisiva e benéfica.

Há quem pensa ainda que a escola rural deve ocupar um lugar intermediário entre a escola primária comum e a escola profissional. Essa escola intermediária é a *escola primária útil*, e escola primária *profissionalizada* e preconizada “como medida passageira, até o entendimento do nosso homem do sertão comportar a visão da utilidade oportuna da escola fundada sobre o princípio do trabalho, mas sem caráter profissional” — Leoni Kaseff — Problemas de Educação moderna — 1933. Para esse autor a escola primária semiprofissional é que permitirá à maioria dos alunos a freqüência integral do curso. Celso Kelly é de opinião ainda mais radical: “toda e qualquer escola rural há de incluir o ensino profissional, de conformidade com as aptidões da criança e as necessidades do meio”. (Educação Social — p. 160).

Não é fácil privar o lavrador pobre do braço valioso dos seus filhos nem é fácil às vezes convencer o próprio aluno de que ele precisa ainda freqüentar a escola, enquanto lhe parece que já é homem feito e pode utilizar de sua independência, sem ter mestres a lhe apontar como deve sentar, andar e responder. Para prender o aluno ao curso magro de quatro anos (mínimo necessário para formação de hábitos de leitura, de cálculo, higiene, de sociabilidade) a escola rural, como toda escola primária, aliás, tem de desenvolver atrativos mil: descobrir meios para prender a criança do meio indigente, com formas assistenciais, principalmente, fornecendo-lhe um suplemento alimentar — a merenda escolar e mais a consulta médica e o necessário: remédio, livros e cadernos, mudas de hortaliças e de frutas, sementes, ovos e pintos para criar, etc. Para crianças de famílias mais abastadas do meio rural, talvez nem isso segura-a na escola. Precisam atrativos de outra natureza: esses eles encontrarão nos jogos com colegas (geralmente a criança da roça vive isolada dos companheiros da mesma idade e, só contando com membros da sua família, não têm oportunidade de brincar em grupos maiores). É curioso constatar a que ponto apreciam estes jogos coletivos: bem cedo, antes de a aula começar, vindos de longe, saem com o raiar do sol, para não perder o jogo livre antes das aulas. Outros atrativos para maiores serão festas, torneios, espetáculos, cinema etc. Toda escola rural deve se esforçar para organizar programas recreativos e certamente encontrará para isso colaboradores entusiastas e espectadores assíduos. Consideramos a arte dramática, musical, ou qualquer que seja, como elemento poderoso e indispensável na consolidação dos núcleos rurais e na educação do povo.

Quanto mais a escola rural tomar feitiço de casa do povo, de centro de comunidade, tanto mais resultados culturais e sociais

trará ela ao País. Crianças, adolescentes e adultos devem encontrar na escola rural o que a cidade tem esforçado para dar aos seus habitantes, e se isso não for possível no dia de hoje, o será amanhã, através das escolas rurais dos IOR, centros de cultura e de urbanização para essa população hoje ainda tão abandonada.

Para terminar diremos que a escola rural dependerá grandemente do mestre, de sua personalidade, de suas qualidades morais, principalmente do idealismo, da persistência na luta e fé em dias melhores para o Brasil.

Que considere a sua tarefa diária como um serviço dos mais importantes no País, de repercussão infinita no meio dos seus alunos, junto ao meio físico ainda tão hostil e desconfortável, mas que um dia mudará de aspecto porque tal é a finalidade de sua escola.

Sua missão principal é manter a fé no progresso humano e animar com seu próprio exemplo de todos os dias o homem rural e seus filhos.

Certamente que a sociedade culta, os governos não deixarão esse lutador na solidão de sua peleja e que hão de surgir esforços valiosos para dar ao mestre da escola rural maior conforto possível e estímulos para que persevere no seu mister patriótico e permaneça no campo a fim de torná-lo deveras habitável e próspero.

Ao terminar o *Projeto do Instituto de Organização Rural*, que seu autor ora entrega à atenção de algumas poucas pessoas, tenciona ele fazer a sua revisão mais apurada e dando-lhe maior precisão em alguns pontos por demais vagos e sujeitos a uma interpretação menos objetiva de que desejaria. Todo ele foi escrito durante o período de doença e convalescença, quando o autor não pôde consultar nem obras, nem publicações que esclareceriam melhor algumas de suas dúvidas.

Espera que já em sua forma atual o projeto possa suscitar algum interesse e merecer uma crítica construtiva em pessoas que estão se preocupando seriamente com o problema de melhorar a vida no País, através de uma atuação conjugada dos esforços no meio dos quais caberia à *educação das massas rurais* um papel preponderante.

Com agradecimentos antecipados,

Belo Horizonte, 30 de outubro de 1947.

(As.) Helena Antipoff, técnico especializado da
Divisão de Proteção à Infância do Departamento Nacional da Criança.

NOTA: O projeto aqui publicado já foi apresentado aos poderes públicos nacionais.

A VIDA NO INTERNATO (xx)

*Por Carlota Freire (da Comissão de Alojamento)
e Helena Antipoff*

Nosso internato fica alojado no 2.º Pavilhão da Fazenda do Rosário da Sociedade Pestalozzi, em Ibirité, Município de Betim.

Fazem parte do internato 23 professoras-alunas do curso de Aperfeiçoamento para professores rurais. Duas são casadas e as demais solteiras. O ambiente do internato é agradável. Ocupa o mesmo, dois grandes salões, uma saleta, instalações sanitárias e rouparia, isso num prédio de construção nova, inaugurado com o atual curso. É bem arejado, porque além de alto possui janelas suficientes e não tem forro.

O internato tem água encanada, porém escassa, faltando muitas vezes para os chuveiros. Felizmente acha-se em perfuração um poço artesiano que deverá fornecer à Fazenda do Rosário 2.400 litros d'água por hora, pura e fresca.

Ocupa o dormitório um grande salão e é composto de 18 camas-beliches, permitindo assim economia de espaço. Entre as camas, há mesinhas para objetos pessoais e dois cabides para vestidos de lado. Os calçados são guardados em sacolas de aniagem, amarradas às camas, costuradas e bordadas. Uma ampla estante ocupa a parede do fundo. Vêm-se nela livros, revistas, brochuras e também objetos de cerâmica, fabricados pelos próprios alunos do curso. Aliás, a estante também foi construída, lixada e encerada pelos alunos nas aulas de carpintaria.

Nas paredes há, além dos quadros-negros, mapas de Minas, do município de Betim e da Fazenda do Rosário. Num armário

(xx) Artigo transcrito de ESCOLA RURAL — N.º 1 — Julho/Set. 1948 (ANO I)

guarda-se grande quantidade de material para aulas de Ciências Naturais, Teatro de Bonecos, Pintura, etc. Nem sempre é fácil mantê-lo em ordem.

A iluminação é boa, tanto de dia, como de noite. A eletricidade é fornecida à Fazenda pela Usina do Gafanhoto, da Cidade Industrial, e a luz é excelente, o que é muito importante, porque os alunos do curso têm muito trabalho para fazer. Após o jantar, redigem relatórios, escrevem diários, passam a limpo os apontamentos das aulas.

Uma grande varanda na frente do pavilhão está ocupada por uma mesinha, numa das extremidades, sempre florida e quatro cadeiras em volta. É a "sala de visitas". É lá que as alunas recebem os parentes e pessoas que as visitam nos domingos.

Grande parte da varanda, entretanto, desempenha o papel de oficina, com um grande banco de carpintaria, e tábuas no chão. É lá também que os alunos modelam as peças em argila, para fazê-las queimar no forninho de cerâmica, recentemente construído por um técnico norte-americano, nos fundos do pavilhão.

Quanto às refeições, somente a merenda e o chá das 21 horas são tomados no pavilhão: o café da manhã, o almoço e o jantar são servidos no prédio da Casa de Repouso, distante uns 200 metros, o que obriga a subir e descer muitas vezes por dia. O refeitório é pequeno para 30 pessoas entre alunos e professores, que tomam as refeições em comum. A alimentação é farta e saborosa. Três professoras-alunas diariamente auxiliam a copeira a servir a mesa. Entre os pratos preferidos figuram o melado com queijo e o doce de leite. A salada de tomate é servida quase diariamente, mas nem todos a apreciam, apesar de ser aconselhada por nutricionistas.

As refeições se realizam em atmosfera de camaradagem e alegria. Os lugares à mesa são trocados cada vez, segundo o lugar marcado pelos guardanapos respectivos, que ao puro acaso são distribuídos pela copeira. A diretoria, os professores e os alunos, cada um por sua vez, ocupam tanto a cabeceira da mesa, como qualquer um dos lugares do fundo. Isso não deixa de ter vantagens, pois permite conhecer melhor uns aos outros, entre vizinhos da mesa e do outro lado e serve também para a formação de hábitos mais democráticos, coisa que interessa muito no curso de educação rural.

No fim do jantar, ouve-se a leitura do diário, redigido cada dia por um professor-aluno. O diário exprime a vida quoti-

diana do curso, o que se passa em aulas, trabalhos agrícolas, palestras, excursões, trabalhos domésticos e manuais, treinamento no Teatro de Bonecos, etc... Não rara vez, usam os diaristas, nas suas narrativas, linguagem pitoresca e humorística, cuja leitura aumenta a alegria da mesa.

Após um dia cheio, que começa às 6 horas da manhã e termina às 22 horas, quando é recomendado o silêncio, o sono restaurador de uma noite calma e fresca, como costumam ser as noites da Fazenda do Rosário, permite recomeçar o dia seguinte com ânimo e alegria.

O DIÁRIO NA ESCOLA RURAL

Helena Antipoff

A escola rural começa a chamar a atenção para si, despertando nos órgãos públicos, como nos particulares, o justo interesse pelas suas atividades. Como tudo que tem valor social, a escola rural merece um estudo através de documentação objetiva e apanhada ao vivo.

Como conhecer, porém, esta escola, perdida nas fazendas, escondida atrás dos morros, sem estradas, sem condução direta, sem pessoas que as visitem? Como ter conhecimento das escolhinhas isoladas, das quais mal chegam notícias de sua existência, através de uma estatística precária e abstrata?

Entretanto, neste colmeal anônimo, quanta coisa valiosa às vezes produz a professora esforçada com seus alunos, improvisando processos originais de trabalho escolar e de vida em comum que merecem divulgação.

Parece-nos haver um meio nada difícil e que certamente toda escola rural pode pôr em prática: fazer apontamentos diários sobre os fatos que interessam tanto aos alunos como à mestra. O diário da escola rural pode constituir precisamente o documentário para estudiosos deste aspecto já tão importante na vida social do País. Mas o diário é um excelente instrumento pedagógico para a própria escola. Nada mais útil ao mestre que conhecer bem os seus alunos e, portanto, as impressões que irão trazer-lhe os meninos sobre as coisas que os rodeiam e os interessam constituirão cabedal precioso para as aulas.

O diário para o qual se reservam 10 a 15 minutos por dia registrará as coisas interessantes que a criança viu no caminho para a escola, as novidades que a natureza estampou no reino vegetal ou animal, em épocas determinadas do seu calendário, e que a criança observou, porque tais fatos lhe despertaram atenção e a entusiasmarão mais que outros.

Saberá a mestra do interesse das meninas para com as flores e dos meninos para com os frutos e coqueiros. Poderá recomendar mais prudência aos meninos que, de pouca coisa tem receio, à luz do dia. Partindo de experiências vividas e narradas pelo aluno e que a mestra registrará no diário, com o auxílio dos mais adiantados, as suas aulas serão mais ligadas ao meio da criança e ao espírito da infância, ambos geralmente pouco conhecidos do mestre. Por que não pedir ainda ao aluno suas impressões acerca da própria escola, assim como sugestões sobre coisas que ele gostaria de ter nela, estudar, conhecer, fabricar?

Verá a mestra como mais íntima se tornará a vida escolar, porque mais iniciativa terá a criança e com maior confiança dará opinião sobre assuntos que lhe tocam de perto. O diário ganhará se for ilustrado por desenhos espontâneos dos alunos, geralmente tão expressivos como ingênuos.

Anotando assim, dia a dia, as observações dos meninos e as suas, registrando acontecimentos de maior importância, irá a mestra tecendo a trama da vida de sua escola, historiando-a para a posteridade.

Transcrito da Revista "Escola Rural", Ano I — n.º I (1948)

O DIÁRIO DO CURSO RURAL ESTÁ MELHORANDO...

Helena Antipoff

O diário está melhorando dia a dia. Os “escribas”, incumbidos de refletir nele as vinte e quatro horas da existência humana, incorporada numa escola de trabalho, dentro do ambiente rural, vem perceber, com interesse dilatado, o mundo de coisas que se passam ao redor de si.

Já não se limitam a marcar horas do “levantar”, do “comer”, do “estudar”, do “brincar”, do “repousar” da turma barulhenta desse primeiro curso da Educação Rural, presa na Fazenda do Rosário. Suas anotações abrangem campos mais vastos de observação e os olhos alcançam coisas pouco visíveis até então. O espírito, mesmo passivo, já procura penetrar o sentido do percebido, e cada narrador começa a revelar seu próprio jeito de dizer as coisas.

Já não é mai a linguagem trivial, fria e impessoal. As narrações tornam-se mais plásticas e pitorescas. Menos “bajulação” e maior simplicidade em se referir às “autoridades” e ao *magister dixit*. Em troca, maior dignidade em falar dos assuntos mesmo difíceis e bem-delicados e por que devem ser escritos. Maior coragem cívica testemunham por parte dos seus redatores.

Assim, os diários refletem os “diaristas”, com a cultura e preparo escolar que cada um recebeu anteriormente. Que sejam eles de grau primário, secundário ou superior — isso pouco importa. Menos devem incomodar-nos os erros gramaticais e as frases mal-talhadas do diário, que as frivolidades e os erros na maneira de ver e de apresentar as coisas.

O que vale muito mais para a coletividade é que dentro de cada nível de preparo, haja progresso e capacidade de aumentar dia a dia o cabedal de bons hábitos no pensar, no sentir e no agir. Assim, certamente, no passar das semanas, irão melhorando os conhecimentos de gramática, como também a cultura

geral e o próprio comportamento social. Isso é que tem uma importância vital para a escola e para cursos como o nosso.

Para ver esse desenvolver interno, que cada um que escreve no diário, o faça por sua própria conta. Que não se peça a outros, mais cultos ou mais habilidosos, que introduzam idéias emprestadas, ou corrijam erros. Ao pensamento rústico convém um estilo menos polido, porque exprime maior sinceridade da narração. As frases muito pilidas tornarão a leitura até enfadonha.

Que os "diaristas" se preocupem mais com o fundo do que com a forma. Que cuidem de trazer à tona coisas deveras interessantes e realmente sentidas, e o diário tornar-se-á para seus leitores infinitamente mais precioso, instrutivo e comovente. Mais amoldado à personalidade de cada um, sem empréstimos e disfarces, ele refletirá melhor também os verdadeiros progressos que realizarão os professores-alunos do Curso Rural, chamados não somente para o aperfeiçoamento nas técnicas do trabalho escolar como para a formação mais sólida de toda a sua maneira de ser. Por isso mesmo, pediremos a todos a maior autenticidade possível nas palavras de cada um que assina as páginas desste diário.

Fazenda do Rosário, 8-8-1948

Transcrito da Revista Escola Rural (Ano I — n.º 2)



A MÚSICA NA ESCOLA RURAL

Por Helena Antipoff

É difícil pensar que a escola rural no Brasil possa contar em breve com um aparelhamento musical, por mais barato que possam ser os instrumentos de música, adquiridos no comércio. Raríssimamente veremos um pífano, um violino; talvez, com mais facilidade, uma sanfona, um violão, uma gaita, um cavaquinho, estímulos ao desabrochar das aptidões musicais.

Entretanto, cabe à escola rural esse último objetivo, pois no meio rural encontram-se talentos musicais latentes, perdidos para a Nação, por faltarem tais estímulos desde a infância.

O canto, que a escola rural pode cultivar, representa, para o mestre atento às aptidões dos seus alunos, uma das oportunidades que tem a criança para revelar aos outros seus dons naturais. Isso não basta, entretanto, para a criança, bem-dotada e que necessite de outras oportunidades, outros instrumentos, sem ser a sua própria voz, para a expressão musical. Para a criação musical parece também ser mais apropriado um instrumento.

Quais seriam os instrumentos musicais que a escola rural poderá fornecer a seus alunos? Os mais simples seriam instrumentos de percussão e de fricção, com os quais se fará o acompanhamento do canto. Chocalhos de toda espécie, reco-reco, cuícas, pauzinhos de madeira de lei, colheres de pau, ou de metal, meias-esferas de coco da Bahia, pandeiros etc., quando bem “orquestrados” produzem efeitos bastante agradáveis, e, nas mãos das crianças dotadas de ritmo e sentido musical, podem chegar a constituir verdadeiras “charangas”, uma vez que o “maestro” entenda algo de música.

Quando há um instrumento que possa executar a melodia, como o violão, a clarineta, a flauta etc., o conjunto se torna mais interessante. Provam isso os conjuntos que Rubem Carambola, em Montevideu, tem dirigido entre os escolares uruguaiois com os seus interessantes instrumentos musicais de percussão e

no meio dos quais o "tonette," instrumento de matéria plástica que ultimamente apareceu no mercado, realizava a melodia.

Também na Sociedade Pestalozzi do Brasil (Rua Gustavo Sampaio, Leme), no Rio de Janeiro, d. Ogarita Sá e Silva tem conseguido com crianças proletárias dos morros, interessantes efeitos musicais, ela mesma tocando o piano e a meninada acompanhando com os mais variados "instrumentos", imaginados e fabricados nas oficinas da Sociedade. D. Ogarita chegou a "instrumentar" várias peças como a "Jaboticaba Mineira", "O Cavalindo", "O trem de ferro", já hectografadas e à venda e que agradam grandemente à criança por seu lado onomatopico, principalmente.

Assim também, não faltando no meio rural recursos para fazer instrumentos de percussão, com quantidade de elementos que a generosa natureza brasileira possa ter, resta-nos ver que instrumentos podemos obter nesse mesmo meio para o desempenho da melodia.

Além da voz infantil, podemos nos utilizar dos pentes, sobre os quais se coloca uma folha de papel de seda, soprando-a. Quando bem-tocados, lembram violinos.

Hoje, daremos maior atenção a um instrumento conhecido desde os primórdios da humanidade e geralmente encontrado nas mãos dos pastores de rebanhos. Feito de um canudo qualquer de junco ou de taquara, o instrumento de sopro pode produzir sons bem-melodiosos. Não poucas crianças do meio rural de todos os tempos têm deliciado com eles os seus ouvidos de artistas natos.

Assim também no Brasil encontram-se inúmeras amostras desses instrumentos de sopro, fabricados com o bambu pelas mãos habilidosas de algum legítimo "músico".

Para que esses instrumentos de sopro possam entrar em conjuntos musicais escolares, basta dar-lhes uma determinada afinação e exercitar neles os meninos de ouvido apurado.

Quando nas mãos de uma mestra com vocação para a música e com algum conhecimento do solfejo, esses "canudos" podem transformar-se em verdadeiros instrumentos, capazes de servir à escola na "iniciação musical" de qualquer criança.

FLAUTIM OU PIFANO DE BAMBU

As páginas que se seguem serão dedicadas à descrição de um método, já muito em uso na Europa, de fabricação manual de uns instrumentos de sopro, feitos de bambu. Conhe-

cidos na Inglaterra, onde Margert James introduziu se um método sob a denominação de "Piples Music", tomam eles o nome de "pipeaux" nos países de língua francesa, seja na França, na Bélgica ou na Suíça romana.

Tomamos conhecimento do instrumento e de sua fabricação em Paris, em 1937, quando freqüentávamos alguns dias "La Guilde Française des Jouers de Pipeaux" para aprender o método. É para nós um grande prazer lembrar aqueles dias. Introduzidos pelo caro mestre Edouardo Claparède, que tinha por esses instrumentos um especial interesse (por ser um dos prediletos de seu filho já falecido então), aprendemos o método, com a idéia de que pudesse ele, um dia, servir à criança brasileira. De fato, de volta ao Brasil introduzimo-lo no Instituto Pestalozzi, em Belo Horizonte, e conseguimos entre professores e alunos do mesmo um conjunto de mais de uma dúzia de instrumentos, tocados simultaneamente. Ensinamos sua fabricação e seu uso em cursos de orientação psico-pedagógica que a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro tem realizado desde 1945, sob os auspícios do Departamento Nacional da Criança. Enfim, foi no Curso de Especialização para Professores Rurais, realizado em 1948, na Fazenda do Rosário, que mais uma vez o ensinamos a alguns mestres e amadores da música rústica desejosos de introduzi-la em suas escolinhas.

Que nome dar a esses instrumentos de bambu?

Chamemo-los, incorretamente, de flautim. Incorretamente, por ser ele tocado não de lado, como a flauta, e sim na frente e para baixo, como a clarineta. Talvez conviesse chamá-lo pí-fano ou pífaro, mas esse nome, por ser menos eufônico, talvez não tenha pegado e continuamos a designar o instrumento por flautim de bambu, até encontrar um nome adequado.

Como a afinação se faz por determinado tom, precisa haver um instrumento qualquer para verificação do som. Toda afinação é feita pelo ouvido e, naturalmente, existe um ouvido apurado para a boa afinação dos instrumentos. Os flautins preconizados por Margaret James são afinados em ré maior, havendo outros em lá e em ré, oitava mais baixa que o primeiro.

Os primeiros que se vão fabricar serão os em "ré maior", embora na França tenhamos visto alguns iniciados em "dó maior".

COMO FAZER FLAUTINS DE BAMBU

Não é muito fácil, pensamos, construir tais flautins obedecendo às regras impostas por sua técnica. Muita coisa deve ser ensinada diretamente, guiando o aluno para que evite erros, e consiga instrumentos de som agradável e puro.

Futuramente, como em outros países, teremos por certo no Brasil um centro ou corporação de tocadores de flautins de bambu — que poderá encarregar-se de ensinar e de fiscalizar a fabricação dos instrumentos, a fim de se conseguirem conjuntos deveras à altura do gosto musical apurado.

Desde já devemos prevenir que a feitura exige bastante habilidade, muita precisão, baseada em medidas milimétricas, devendo-se usar a régua milimetrada. Toda ferramenta deve ser manuseada com cuidado, porque o bambu, da natureza frágil, se racha com facilidade e o trabalho, às vezes longo, pode ser num instante inutilizado, por um golpe desajeitado do canivete ou do furador.

Material — Todo ele consiste, para um flautim em ré maior, em um pedaço de bambu, bem maduro e seco, de uns 30 cm de comprimento e de 19 a 22mm de diâmetro interno. As paredes do bambu não devem ser muito grossas e ao escolher o bambu procura-se logo um que dê um ruído agradável à percussão.

Além do bambu, precisa-se de uma rolha cilíndrica, de 50 milímetros de comprimento e de diâmetro igual ao do bambu. Quando a rolha for de diâmetro maior, diminui-se limando o percussão.

A rolha deve ser de boa qualidade e não é fácil encontrá-la no comércio. É geralmente de importação portuguesa e serve para garrafas de vinho. Na ausência de rolhas, pode-se utilizar madeira macia.

*Transcrito da Revista ESCOLA RURAL — ANO I — N.º 2
(1948)*

O DIÁRIO DO CURSO RURAL

Helena Antipoff

O curso de especialização para professores rurais, o primeiro a realizar-se na Fazenda do Rosário, mantém um diário.

Sob forma singela duma narração, reflete o passatempo de um grupo de alunos e professores que ali estudam, pesquisam a natureza e seus segredos, aprendem coisas úteis ao homem do campo, pelem e se divertem, formando hábitos sadios de trabalho e de vida em comum. Assim preparados, poderão melhor responder às necessidades da população, através da escola mantida pelo município ou Estado na zona rural.

Diariamente, uma professora-aluna, escalada para esse fim segundo a lista mensal afixada no quadro geral dos avisos, incumbe-se da tarefa, observando e registrando os fatos da maneira mais objetiva possível: anota o tempo, a temperatura dos dias e das noites, a direção e a força dos ventos, as chuvas e a nebulosidade do céu e outros dados meteorológicos, percebidos diretamente, ainda sem o auxílio de qualquer espécie de aparelhos. Mais tarde, possuindo a Fazenda do Rosário um pequeno posto meteorológico, como é de desejar-se numa escola dentro de uma fazenda, as observações serão mais exatas e de melhor eficiência para o conhecimento do clima da região.

Refletirá cada vez melhor as mudanças que a natureza apresenta no mundo vegetal: na cor das folhas, no aparecimento de flores, no amadurecimento dos frutos; no mundo animal: no vôo dos pássaros e insetos e também as mudanças que a mão humana faz no aspecto das hortas e pomares, dos campos da pastagem, da lavoura, das capoeiras...

Morando num sítio, observará a vida dos seus habitantes, crianças e adultos, e refletirá no diário seus trabalhos e diversões, para melhor conhecimento da vida rural.

Meditará sobretudo que a natureza, o homem, a escola comunicam ao seu espírito atento, curioso e solícito, para fazer surgir pensamentos que possam dirigir uma ação certa e útil ao meio observado. Anotará as sugestões e convidará companheiros à realização daquelas que poderão tornar imediatamente a vida mais confortável, alegre e nobre.

Eis o que um simples diário, mantido a bordo de uma viagem pela Fazenda do Rosário, durante os meses de cursos repetidos de educação rural, poderá alcançar através de singelas narrações, fiéis às coisas observadas e geradas pelo coração sensível à vida do campo.

(Fazenda do Rosário, 11-8-1948)

Transcrito da Revista ESCOLA RURAL — ANO I — N.º 2

ESTUDO DO ALUNO

Helena Antipoff

É difícil, se não impossível, realizar a educação sem se conhecer bem o aluno, matéria-prima do trabalho pedagógico. Por isso o estudo das diferenças individuais dos educandos é tido como um dos critérios da escola ativa, que consideramos a mais eficiente para o desenvolvimento da criança e para a educação do adulto.

Uma escola que ignore os interesses, o nível intelectual, o estado de saúde e as necessidades biológicas de seus alunos, ou que deixe de considerar e atender as aptidões especiais de cada um deles, dando ensinamento uniforme a todos, robustos ou enfraquecidos, de inteligência lerda ou viva, com a curiosidade voltada para um ou outro ramo de atividades, dotados ou não de habilidades e talentos tão diversamente repartidos — esta escola, insensível a diversificados matizes de sua variada “flora humana”, prejudicará sua seara e produzirá poucos frutos, verdadeiramente maduros e aproveitáveis.

Para melhorar os cursos sucessivos de aperfeiçoamento para professores rurais, que se realizam desde 1948, na Fazenda do Rosário pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, foi uma de nossas preocupações estudar convenientemente o próprio aluno, a fim de ter uma base mais firme para o planejamento dos programas e métodos pedagógicos, como do regime de internato.

I — Exame somato-clínico — Um dos primeiros objetivos a realizar na escola é conhecer o desenvolvimento físico e o estado de saúde; nenhum trabalho poderá ser introduzido sem o estudo de sua repercussão sobre o estado de saúde e físico do aluno. Nenhuma atividade física de certa intensidade poderia ser exigida do aluno sem que, de antemão, lhe conhecesse e a escola o organismo e principalmente algumas das insuficiências ou distúrbios fisiológicos.

Assim, o exame médico ocupa lugar importante nos cursos rurais da Fazenda do Rosário, à disposição dos quais estão um médico e uma enfermeira.

Cuidadosamente, as alunas-mestras, nas primeiras semanas do curso, formaram numerosas fichas, verdadeiras guias práticas para uma série de medidas, tanto de ordem médica propriamente dita quanto pedagógica. As professoras-alunas são submetidas imediatamente a tratamentos que porventura possam ser realizados na Fazenda ou então são indicados tratamentos posteriores, quando não urgentes.

Uma papeleta dirigida à direção dos cursos, pelo médico, indica as restrições para as alunas que por um ou outro motivo não podem fazer trabalhos pesados na horta ou na carpintaria, nem se sujeitam a caminhadas longas e altas subidas. Algumas ficam proibidas de certos alimentos, que devem ser substituídos por outros de determinada equivalência nutritiva.

Durante o curso, ficam em observação médica todos os casos suspeitos; no fim do mesmo, em novo exame, faz-se o confronto entre o estado inicial e atual do organismo, dentro do intervalo de 2 a 3 meses letivos, de todas as professoras-alunas.

Semanalmente, em dia e hora determinados e em jejum, as alunas são pesadas e seus pesos sucessivos marcados em gráficos individuais que, num relance de olhos, permitem verificar quais os alunos que se acham com queda de peso, quais os que estacionam e ainda quais os que aumentam e em que grau.

Entre 56 alunas do 2.º curso houve apenas 3 que acusaram uma perda, de 300 g, 2.000 e 3.200 g, respectivamente. A maior perda foi motivada por tratamento apropriado de obesidade, pois com estatura de 1,55 m pesava a aluna 76 quilos. Quanto às outras, uma apenas manteve seu peso igual, enquanto outras aumentaram entre 400 g a 5.950 g (suase 6 quilos!) no intervalo de 10 semanas. O aumento do peso, em média, foi de 1.900 g (quase 2 quilos). O peso mediano foi de 1.900 (quase 2 quilos), com a variação provável de 700 g. Esse aumento do peso normal, para a maioria das alunas-mestras, dependia do regime alimentar com regularidade, dos horários para refeições, trabalhos suficientes ao ar livre, bom sono e descanso de uma hora durante o dia.

Tendo verificado o médico alguns distúrbios que em parte poderiam provir de alimentação pobre e insuficientemente balanceada, foram tomadas as devidas precauções para o terceiro curso: com a colaboração da especialista em nutrição da Secretaria de Saúde e Assistência, foram elaborados cardápios racionais e variados, de que será feita oportunamente uma descrição.

Voltando ao exame médico das alunas-mestras do 2.º curso, 10 sobre 56 foram dispensadas de trabalhos agrícolas mais pesados e de dispêndio maior de energia, sendo que duas eram gestantes.

Quanto ao estado geral de saúde, pode-se dizer que apenas 20 nada de anormal apresentaram durante as 10 semanas, enquanto a maioria (36) manifestou algum distúrbio; 6, amenorréia; 7, sinais de anemia; 22, verminose; 4, crises de apendicite; 6, pressão baixa; 7, gripe; 7, amigdalite; 4, pielite, em estados brandos.

Interessante referir-se à menarca, entre as moças do meio rural de Minas. Os dados colhidos entre 56 pessoas demonstram que não há uma precocidade neste sentido, comparando-se com dados europeus (países latinos), pois a freqüência obedece ao seguinte quadro:

11 anos	6 casos	Sendo a média 13 anos e meio (13;6 — 19)
12 "	7 "	
13 "	13 "	Mediano e modo — 14 anos
14 "	16 "	
15 "	9 "	Mínimo — 11 anos
16 "	4 "	
17 "	1 "	Máximo — 17 anos
	56	

CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS, FAMILIARES E ESCOLARES

Submetidas as professoras-alunas a um questionário, nos primeiros dias de aulas, deixaram transparecer, em suas respostas, dados muito interessantes para o conhecimento do mestre da zona rural de Minas.

Nascidos entre 1901 e 1931, são as mais idosas e as mais jovens, com 11 e 25 anos respectivamente, sendo a idade mais freqüente a de 22 anos.

As professoras-alunas dos cursos de aperfeiçoamento são, em sua grande maioria, solteiras, havendo, entre 130, apenas 17 casadas, ou seja, 22%. Destas, 12 têm filhos menores. Entre 130 que passaram pela Fazenda do Rosário, 5 vieram em estado de gestação, o que não deixa de preocupar os organizadores do curso, pois não podem cercá-las do conforto necessário ao seu estado.

A maioria provém de ambientes rurais, filhas de fazendeiros e lavradores, familiarizadas, portanto, com a vida do campo e seus interesses.

Necessidades de ordem econômica obrigam muitas professoras a deixar suas famílias, esperando que o certificado do curso lhes dê privilégios na carreira do magistério e melhores vencimentos. Os ordenados variam bastante de município para município: enquanto a média recebe 250 a 300 cruzeiros mensais, há algumas que recebem até 800.000, enquanto outras, menos favorecidas, apenas Cr\$ 130,00.

Muitas são obrigadas a gastar do seu magro ordenado, a fim de beneficiar um pouco as suas escolas com material escolar, livros de leitura, ou merenda para alunos pobres, porquanto as condições materiais das escolas e das crianças que ali estudam são verdadeiramente lamentáveis. Em um artigo separado, daremos a idéia mais pormenorizada do que são estas escolas rurais municipais, às quais, em boa hora, a Secretaria da Educação e o Ministério da Educação, através do I. N. E. P., começam a dar atenção e assistência material e técnica.

Dos 130 professores rurais que passaram pelo curso de aperfeiçoamento, apenas 41 eram normalistas, ou seja, 31,5%. Tinham curso secundário (1.º ciclo) 4,5%, sendo que a maioria, 64%, possuía preparo escolar de grau elementar, com 4 ou mesmo 3 anos do curso primário.

Verificamos, assim, um preparo deficiente para a carreira do magistério. Na maioria, são professores improvisados. O conhecimento de muitos é tão fraco que é comum, nas provas de português, encontrarem-se erros graves de grafia e concordância; em matéria de aritmética, apresentam falhas profundas, desconhecendo a maioria frações decimais, completamente, e achando dificuldade em divisão de números inteiros.

Tornam-se, assim, indispensáveis, não só os cursos de aperfeiçoamento pedagógico, a serem ministrados aos melhores elementos do magistério primário da zona rural, como cursos intensivos para todo o magistério das escolas municipais, que têm por objetivo principal o levantamento do nível cultural e social dos regentes de escolas da zona rural. Dessa medida, pela primeira vez realizada pela Secretaria da Educação em janeiro de 1948, resultaram cursos intensivos em 134 municípios. Certamente irão se multiplicando em todas as comunas mineiras e repetindo-se periodicamente, de ano em ano, para os mesmos grupos de professores, até que seu nível cultural atinja um grau mínimo, compatível com a carreira de mestre-escola.

INTERESSES, INCLINAÇÕES, PREFERÊNCIAS

Desejando conhecer os interesses e inclinações das alunas-mestras dos cursos rurais, aplicando-lhe vários questionários, entre os quais o questionário abreviado de Strong, de 166 questões datilografadas.

Trata-se de um questionário norte-americano para fins vocacionais, principalmente, a fim de conhecer-se a maior ou menor afinidade com uma série de trabalhos profissionais. As respostas podem ser dadas por um *sim*, um *não* e por um *ponto interrogativo* em caso de interesse positivo, de repulsa ou antipatia e de dúvida, respectivamente.

Damos as respostas das questões que obtiveram maior freqüência, sendo que a primeira coluna de números representa os resultados de 50 professoras-alunas do 2.º curso, a segunda, os das alunas do 3.º curso (também 50) e a 3.ª coluna agrupa os resultados de ambas, exprimindo-os em porcentagens;

Respostas positivas	50 prof. 50 prof.		Total
	2.º Curso	3.º Curso	
Gostam de arrumar a casa	49	49	98%
Ajudar pessoas em dificuldades	49	49	98%
Trabalhar em salas de aula	48	48	96%
Ensinar	48	48	96%
Ler histórias	47	46	93%
Ler biografias	47	45	92%
Brincar com as crianças	47	44	91%
Cozinhar	47	47	94%
Fazer trabalho social	46	47	93%
Ter horas regulares para o trabalho	46	45	91%
Fazer trabalhos manuais	45	45	90%
Trabalhar para a Igreja	45	48	93%
Trabalhar no lar	45	44	89%
Trabalhar nos restaurantes	42	34	76%
Assumir responsabilidades pelos atos de outros	41	46	87%
Tomar emprestado dinheiro	41	44	85%
Trabalhar nos hotéis	42	46	88%
Ser criticado	22	47	69%

Tomar responsabilidade da propriedade de outrem	37	46	83%
Fazer coisas que exigem muita atividade e movimento	37	45	82%
Entrar numa sala cheia de gente estranha	30	45	75%
Arriscar em dinheiro	37	44	81%
Trabalhar nas ruas da cidade	39	43	82%
Trabalhar com judeus	31	42	73%
Trabalhar nas salas de júris	39	41	80%
Ser dirigente de um grêmio, de uma associação	23	41	64%
Falar com pessoas que discordam de você	32	41	73%

As duas filas de respostas evidenciam bastante concórdia na maneira de ver as coisas, nos dois grupos de alunos, sendo que um fez o questionário em maio e o outro em outubro do mesmo ano. Podemos assim considerar o Questionário de Strong como instrumento sensível na revelação dos interesses (positivos ou negativos) de nosso grupo profissional (mestras rurais mineiras, na maioria não-normalistas).

Servindo-nos dos resultados dos questionários e procurando caracterizar estas professoras, diremos que:

- a) São bastante ligados seus interesses à *Vida Rural* (gostam de trabalhar com plantas, com animais, andar a cavalo, trabalhar ao ar livre, tratar com lavradores e fazendeiros);
- b) *Preferem Vida Mais Tranqüila* (gostam do trabalho regular, não gostam de grande movimento e agitação);
- c) revelam hábitos de uma vida doméstica laboriosa (gostam de trabalho no lar, arrumar a casa e fazer trabalhos manuais, costurar, cozinhar e ter o dia bem-cheio);
- d) *Têm Amor à Infância* (gostam de tomar conta de crianças, brincar com elas e tratar de crianças pequenas);
- e) *Têm Inclinação Para Magistério* (gostam de ensinar, de trabalhar na sala de aula, nos colégios, gostam de ler livros de textos, histórias, biografias, desejando bastante aprender elas mesmas e sacrificar prazeres;

Respostas positivas	50 prof.	50 prof.	Total
	2.º Curso	3.º Curso	
Tratar com gente pobre	45	50	95%
Sacrificar prazeres para realizar lições	44	42	86%
Ter dia bem cheio	44	42	86%
Trabalhar com plantas como jar- dineiras	44	45	89%
Ler poesias	43	47	90%
Modelar o barro	42	43	85%
Anotar suas despesas	42	45	87%
Datilografar	42	49	91%
Tratar de crianças bem-pequenas ..	42	40	82%
Tratar com padres e religiosas ..	41	48	89%
Ler livros de textos	41	37	78%
Tomar conta de crianças	41	45	86%
Andar a cavalo	41	39	80%
Tratar com fazendeiros	41	44	85%
Arquivar, classificar papéis	40	39	79%
Estar bem-vestida	39	48	87%
Tratar com gente velha	38	45	83%
Trabalhar em igrejas	37	42	79%
Fazer trabalhos para vender	31	45	86%
Fazer trabalhos, sossegadamente	34	44	68%
Passar anos, preparando-se	39	42	81%
Tocar algum instrumento	39	43	82%
Tratar com doutores	39	43	82%
Tratar com lavradores	38	44	82%
Trabalhar com animais	36	43	79%
Pintar e desenhar	35	44	79%
Trabalhar em colégios	35	43	78%
Trabalhar sossegado	34	44	78%
Ser pessoa conhecida	34	43	77%
Fazer trabalhos para vender	31	45	76%
Inventar novos processos	34	42	76%
Tratar com negros	32	41	73%
Trabalhar ao ar livre	31	45	73%
Ver seu nome em letras de imprensa	28	40	68%

Não gostam de	50 prof. 50 prof.		Total
	2.º Curso	3.º Curso	
Fazer coisas irregularmente	44	41	85%
Trabalhar nos trens de ferro	44	42	86%
Dirigir grupos de viajantes, ser chefe de embaixadas, de caravanas, etc.	43	46	80%
Ser gerente de hotel	42	41	83%
Trabalhar num salão de beleza	42	36	78%
Ser jogador profissional	42	42	84%
Trabalhar em minas	42	34	76%

f) denotam *aspirações* para a arte (gostariam de tocar instrumento de música, desenhar e pintar, modelar o barro, ler poesias);

g) revelam *interesses religiosos* pronunciados (gostando de trabalhar nas igrejas e para as igrejas, tratar com padres e religiosas);

h) revelam *atitudes altruistas* (gostam de tratar com pobre, gente idosa e ajudar as pessoas em dificuldade);

i) em matéria de dinheiro são inclinadas para a *economia* (gostam de anotar suas despesas, trabalhar para vender, denotando repulsa em arriscar em dinheiro, contrair dívidas, tomando dinheiro emprestado);

j) quanto à parte social, revelam certo *sentimento de inferioridade* (timidez, sentem mal-estar ao enfrentar pessoas estranhas, receiam crítica alheia), mas, ao mesmo tempo, ambicionam ser conhecidas e gostariam até mesmo de ler seus nomes em letras de imprensa;

k) enfim, *não revelam características de liderança*, pois não gostam de assumir responsabilidade pelos outros, não querem dirigir grupos de pessoas, nem ser dirigentes de grêmios, e associações.

Eis, em resumo, a característica que se depreende do Questionário de Strong, respondido por 100 professores rurais de Minas, quando chegam à Fazenda do Rosário para o Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico.

Interessante seria repetir o Questionário um ano depois, quando, de volta às suas escolas, estiverem em pleno trabalho profissional, que ainda tanta dificuldade e obstáculos representa mesmo para seus dedicados mestres, nas zonas rurais de Minas, *Transcrito da Revista Escola Rural (Ano II — n.º 1950)*

TRABALHOS ELEMENTARES NA FAZENDA DO ROSÁRIO

SENTADO (Trabalho Manual)

- a) Rasgar a palha de milho para colchões e travesseiros;
(inconveniente — poeira e alergia do cabelo do milho para certos indivíduos);
- b) debulhar milho;
(inconveniente: idem e alguma dor, alguma força);
- c) selecionar milho — para plantio — o melhor
para moinho — médio
para animais — pior
- d) debulhar ervilha, feijão;
" amendoim (inconveniente — comem muito);
- e) trançar tranças de palha de milho;
- f) preparar papel para palha de cigarro — com máquina de laminar.

ORIENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NO CURSO NORMAL REGIONAL DA FAZENDA DO ROSÁRIO

Helena Antipoff, 1949

Aproveitamento de todas as atividades para fins pedagógicos, isso é, formação de bons hábitos de vida, visando saúde, desenvolvimento da inteligência, da responsabilidade pessoal, da cooperação, da iniciativa em empreendimentos úteis à coletividade e ao progresso, e, de modo geral, visando a instituição de um padrão de existência mais próspero, economicamente falando, e de mais elevada espiritualidade, para cada um dos membros em particular, e para a escola, no seu conjunto.

A escola, longe de constituir uma torre de marfim de caráter privilegiado, ao contrário terá o máximo empenho de irradiar a sua influência, atuando generosamente em torno de si e prestando maior número de serviços úteis à comunidade de que faz parte geográfica ou socialmente falando.

O corpo docente, discente e auxiliares formarão uma unidade harmônica entre cada membro da qual serão equitativamente repartidas as funções e serviços julgados úteis, necessários, desejáveis.

O respeito mútuo e a compreensão serão elementos particularmente preciosos na manutenção de uma atmosfera moral, de confiança e de amizade, indispensáveis ao êxito da casa.

Serão consideradas as diferenças individuais dos alunos, quanto ao nível de desenvolvimento físico, mental, escolar e social.

O primeiro semestre do funcionamento escolar será dedicado mui especialmente ao estudo dessas diferenças individuais, permitindo que no fim do corrente ano haja possibilidades objetivas de pronunciar julgamento sobre as características vocacionais dos candidatos.

Para evitar que jovens sofram fracassos escolares e que esses venham a criar neles atitudes negativas para com o estudo, o trabalho e a vida, convém que os candidatos inaptos para continuação na escola sejam encaminhados para outras escolas ou serviços, que poderiam ser escolas agrícolas, de grau elementar, escolas de prendas domésticas para moças, etc.

Para facilitar o ensino e a educação prática, os alunos da escola no primeiro ano de seu funcionamento (ou semestre apenas) serão divididos em dois grupos: o grupo mais adiantado, do ponto de vista escolar, e o grupo menos desenvolvido.

Os dois grupos serão divididos em dois horários para a maior parte de trabalhos e estudos, ao mesmo tempo que reunidos para algumas atividades, comuns a todos, a fim de guardar a unidade da escola e criar nela, desde os primórdios de sua vida, o "espírito de corpo".

Enquanto o grupo mais adiantado estudará em aulas de cultura geral, aprofundando seus conhecimentos, o grupo mais atrasado procurará alcançar o nível mínimo do curso de admissão, ou mesmo do curso final do 4.º ano primário.

Estudarão com afinco o Português, Matemática, História e Geografia, Ciências Naturais, consolidando a base para próximos estudos. Que o lema seja: pouca matéria, porém ótima assimilação.

Que os métodos e processos usados se valham principalmente da intuição, da experimentação, da verificação, sempre que possível individual, dos resultados apurados e da meditação mais aprofundada de sua significação para o conhecimento do mundo físico e social. Sempre que possível usar da pesquisa, motivada por um interesse patente ou uma necessidade premente de resolver problemas de vida ou de ciência. Que todos os passos importantes da pesquisa sejam devidamente registrados, a fim de constituir uma documentação pedagógica para trabalhos posteriores e o controle de sua eficiência.

Aos diários da escola, no seu conjunto, aos diários de trabalhos esporádicos e aos diários individuais dar-se-á uma atenção especial, por constituírem, cada um em si, fontes de fértil influência pedagógica. Acostumam os jovens a prestar atenção à quantidade de fatos, selecionando-os na sua maior ou menor importância, a meditar sobre as relações que ligam uns aos outros, facilitando assim a formação de bons hábitos de observação, de testemunho de pensamento lógico disciplinado.

Serão três horas diárias, ou seja, dezoito horas por semana de estudos de cultura geral, reservando-se, no primeiro semestre, uma hora diária ao Português, uma hora à Matemática, podendo ser modificado o horário de acordo com a experiência do primeiro mês de estudos.

Aos estudos individuais serão reservadas cerca de duas horas por dia, no horário após o jantar, provavelmente, enquanto os estudos com professores dar-se-ão para uma turma entre 7,30 e 10,30 horas, e para outra entre 13 e 15 horas. No período mais quente do ano, o segundo período dos estudos, consequentemente os trabalhos práticos (da outra turma) deverão ser uma hora mais tarde, para evitar mais calor.

Os trabalhos práticos efetuar-se-ão em equipes ou turmas pouco numerosas — 4 a 7 alunos. As turmas terão uma estruturação — havendo o *responsável* pela turma, seu *auxiliar*, o *responsável pela parte material* (ferramentas, outros materiais), *responsável* pela escrita e registros das atividades e seu auxiliar, (um se dedicando a traçar o registro dos planejamentos, enquanto outro registrará as realizações). A essas figuras da turma poder-se-á dar as seguintes designações, respectivamente: o guia, subguia, zelador, subzelador, primeiro escrivão, segundo escrivão. Assim sendo, poderá ser de seis o número comum de membros de cada turma.

Cada turma fará trabalhos seguidos durante uma quinzena (ou semana, de acordo com as observações). Receberá o plano de trabalho em primeiro contato com o mestre que orienta os determinados trabalhos e os necessários e breves esclarecimentos de caráter geral (sem muita teoria). A turma realizará durante o prazo estipulado uma tarefa, esforçando-se a dá-la por terminada, naturalmente, no fim do prazo.

O trabalho da turma em seu conjunto, e para cada um de seus membros, receberá por parte do mestre uma nota de apreciação dos trabalhos e do comportamento, numa escala de 10 pontos.

A própria turma, por sua vez, fará a apreciação dos trabalhos e do comportamento, e dará a nota média, segundo sua própria opinião.

Será conveniente que os indivíduos também se iniciem no autojulgamento, comparando-se com os dos demais companheiros, e em relação a cada um. Esses processos, embora um tanto demorados, são de boa valia na formação de senso crítico construtivo, e do conhecimento mais exato de suas qualidades, positi-

vas e negativas, passo importante na formação do espírito e de atitudes objetivas e eqüitativas, a uma vez.

A terminação da tarefa e a conclusão da quinzena devem se revestir de um caráter não digo festivo mas marcante, porque uma etapa foi vencida e o esforço de cada um merece atenção individual.

As conclusões de tarefas outorgam aos seus responsáveis e autores o direito de receber certificados de trabalhos práticos, quando a nota recebida atinge 5 ou mais de 5. As notas inferiores figuram apenas nos registros individuais, em caderneta possuída por cada aluno da escola.

Os alunos que fizerem os trabalhos com os resultados merecendo a nota 8, 9 ou 10 poderão usar o distintivo da especialidade que constitui, em geral, cada tarefa. Esses distintivos à semelhança dos "badges", escoteiros, poderão ser usados sob forma de botões feitos de madeira, na cerâmica, em osso, etc.

Tais insígnias servem para distinguir, rapidamente, os alunos mais habilidosos e experimentados e, portanto, aqueles aos quais será solicitado em primeiro lugar qualquer serviço, em suas respectivas especialidades.

O número de trabalhos e tarefas é tão ilimitado quanto o são as variadas formas da atividade humana, produtiva e socialmente útil.

Desde já discriminamos para os primeiros meses de funcionamento os seguintes serviços, podendo ser divididos em maior número de tarefas:

I — Serviços domésticos (arrumação, limpeza, arranjo dos dormitórios, etc.);

II — Serviços de cozinha e de copa;

III — Horta, jardim e pomar;

IV — Carpintaria;

V — Construção;

VI — Cerâmica;

VII — Máquinas, eletricidade, automóvel;

VIII — Costuras.

É importante para a educação integral dos normalistas a formação de hábitos relativos ao uso do dinheiro, conhecimentos de preços de materiais, artigos de consumo, mão-de-obra, etc.

Para permitir a formação dos complicados hábitos relativos ao uso de dinheiro, digo, necessários ao desenvolvimento de um próspero empreendimento industrial, ou comercial, os jovens devem receber na escola um ensinamento prático e contínuo disso, começando com o estudo dos preços de cada objeto adquirido na escola, ou produzido na Fazenda, inventariando-os com método e ordem, em registros "ad-hoc" para diversos campos e serviços. Os alunos serão chamados à mais ativa participação nesse aspecto econômico da vida de uma instituição.

Como um dos passos na educação econômica do normalista, podemos introduzir o pecúlio, remunerador dos trabalhos úteis fornecidos pelos alunos à escola, à comunidade.

Valendo-se de notas de apreciação das tarefas feitas, as notas 5 e mais de 5 poderão merecer uma remuneração progressiva, indo de Cr\$ 0,50 para nota 5 e de Cr\$ 1,00 para nota máxima de 10, por hora do serviço executado, ou outra maneira mais prática e que será estudada pelos responsáveis da escola.

EDUCAÇÃO RURAL — Década de 1950

ENSINO NORMAL E TREINAMENTO DE DIRIGENTES DE ESCOLAS EM ZONAS RURAIS (*)

Helena Antipoff

Na ânsia de encontrar uma fórmula satisfatória no setor de ensino em zonas rurais, já que as escolas normais existentes não souberam até hoje fornecer ao meio rural o professorado devidamente preparado e ajustado a ele, cumpre-nos, ex-offício, desenvolver um plano a fim de poder auferir, sem maior perda de tempo, um rendimento melhor de uma empresa, ainda há pouco inteiramente descurada, embora garantida pela própria Constituição brasileira: ensino público e toda criança em idade escolar.

A esse problema em Minas Gerais o Governo de Milton Campos deu todo o seu prestígio, e seu secretário da Educação, o ilustre professor Abgar Renault, não poupou nem tempo nem meios materiais para lançá-lo como o mais premente dos problemas de todos o ensino atual no Estado.

Conseguindo uma ampla verba orçamentária para ocorrer às despesas do ensino, em zonas rurais, e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos doações elevadas, pelo Fundo Nacional do Ensino Primário, para a construção de prédios escolares (688 escolas rurais) e para auxiliar na realização de cursos para professores rurais, achava-se a Secretaria da Educação entre 1948 e 1950 com uma base suficiente para empreender um trabalho sistemático no setor do ensino em zonas rurais.

O preparo do professor, seu treinamento para uma escola rural mais eficiente, a procura de um novo tipo de regente de escola isolada, para, com a sua colaboração, preencher as tremendas lacunas do ensino normal para a grande massa do povo mineiro — foram estas, sem dúvida alguma, as primeiras preocupações da Secretaria da Educação.

Esse professor havia de surgir por vias diversas, através de um trabalho levado a termo em uma série de cursos e escolas de tipos e graus diferentes, porém todos eles voltados para o mesmo objetivo: salvar da miséria a zona rural e valorizar o homem do campo, educando a criança e dando-lhe a assistência adequada, através da escola.

Daí a premência de um plano pedagógico a ser executado todo ele no próprio campo, com o aproveitamento máximo do elemento humano oriundo do mesmo, vinculado a ele por laços de tradição e inclinado à existência mais rústica por características pessoais.

Daí ainda a criação de novos ambientes rurais, saneados de endemias, favoráveis à concentração demográfica e seu aldeamento, propícios ao desenvolvimento social, à "urbanização" e a estabilização de uma população que fosse menos atraída pelas vantagens ilusórias da cidade.

Todos os cursos para professores e todas as escolas de ensino normal que preconizamos para zonas rurais devem fazer parte do que chamamos de centros rurais ou institutos de organização rural; são fazendas ou sítios de produção agropecuária, dotadas de instituições de utilidade pública, a saber: escola primária, escola agrícola, posto de saúde ou dispensário médico e odontológico, posto de puericultura, cooperativa, biblioteca, cinema, teatro, praça de esportes, clubes rurais com atividades modernamente desenvolvidas em agricultura, indústrias rurais, pequenas fábricas e oficinas, com o aproveitamento de matéria-prima da região, correio, telefone, formas acessíveis de transporte e condução, tudo isso que garante aos cursos e à população adjacente um mínimo de conforto, cultura e economia. Somente nessas condições os professores rurais e regentes de escolas poderão ter uma visão mais ampla e exata de um meio rural, atingido pela civilização, da qual serão eles agentes diretos.

Ainda que esses centros rurais ou institutos de organização rural não tenham atingido seu pleno desenvolvimento, os cursos de treinamento e escolas de ensino normal para zonas rurais devem ser localizados em sítios não demasiadamente afastados dos centros urbanos, mas o suficiente para não serem perturbados pela cidade, e dela receberem, em sua fase de organização, principalmente, a contribuição cultural necessária. Assim, a distância de 20 a 30 km é a que parece ser a melhor, desde que seja possibilitado o transporte e tornado fácil o acesso.

Cercados de terras de cultura, onde possam os cursos e escolas cultivar, criar animais e exercer pequenas indústrias derivadas, os professores rurais, ao mesmo tempo em que se habili-

tarão a conservar e aumentar o valor econômico da terra, cultivarão também o amor a esta terra, "mergulhando na natureza como n'alma de um amigo", fora do que haveria uma deformação moral e a mercantilização nefasta ao ideal pedagógico.

Habitando a sentir a grandeza do universo e acostumando seus alunos a estudarem suas leis em observações cientificamente orientadas, levarão os cursos para professores e as escolas normais, através de amplos meios de pesquisa dos fenômenos e de suas causas, ao conhecimento autêntico e necessário ao progresso.

Mui especialmente recomenda-se que os cursos e suas instalações, de padrão cada vez mais elevado, nada tenham entretanto de "torres da marfim" e menos ainda de "quistos", estranhos ao meio circunvizinho. Através de uma densa rede de serviços à comunidade, todos eles devem ter como obrigação fundamental a procura dos contatos humanos, mais estreitos e mais amplos a uma vez, a fim de formar com a população adjacente uma coletividade social única, prestando uma colaboração esclarecida e oportuna em cada região e em cada caso ou coletivamente.

Aprender a solucionar os problemas do meio rural é a tarefa principal da escola em zonas rurais. Ela exige uma aprendizagem teórica, em aulas com os professores, mas a prática através dos serviços deve prevalecer porque é mais fértil em ensinamentos e mais acertada pelo controle dos seus resultados.

Na procura dos métodos capazes de levar os futuros professores à consciência dos problemas políticos, e à adoção do regime verdadeiramente democrático, único caminho que assegura o desenvolvimento espiritual numa sociedade em progresso constante, os cursos para professores e escolas normais serão organizados de tal forma que o corpo docente, discente e demais colaboradores constituam uma democracia, com amplo exercício da cooperação em assuntos de interesse comum. Através dos conselhos gerais, e dos estudantes, participarão todos ativamente nas deliberações relativas à vida da instituição, dos regulamentos de estudos e outras atividades. Aos debates e discussões organizadas dar-se-á o valor de relevo, e toda vez que isso for necessário os trabalhos serão executados em equipes. Não haverá inspetores de alunos e sim alunos responsáveis e educadores que os auxiliem na manutenção da ordem, como na realização das atividades escolares, do campo ou da recreação.

Esse preâmbulo forma como que a base geral para todos os cursos, dependendo do tipo e do nível de cada um a exaltar um ou outro aspecto mais ou menos intensamente.

A AMPLITUDE DO ENSINO EM ZONAS RURAIS DE MINAS GERAIS

Para uma população global de 7.000.000 de habitantes, dos quais 5.000.000 aproximadamente pertencem à zona rural, a escola deve atingir pelo menos 10% dessa para satisfazer às necessidades da idade escolar. Cerca de 500 mil crianças mineiras assim calculadas exigem uma assistência escolar primária, servida de um número aproximado de 10.000 professores na base de um professor para cada 50 alunos matriculados.

As escolas hoje existentes na zona rural de Minas contam, segundo estatísticas superficialmente estabelecidas, com um total de 7.000 professores rurais, em sua quase totalidade dependendo da administração municipal. O censo pedagógico desses professores é de nível elementar, pois somente 9 a 10% possuem títulos de normalistas. Até os últimos dois anos nenhuma orientação técnica foi dada ao professorado rural, justificando assim a denominação de professor leigo, que vigora na terminologia diferencial do docente atual.

A situação acima apresentada exige do Estado de Minas Gerais, que assumiu desde 1947, com o Decreto-Lei n.º 2.545, de dezembro de 1947, a administração e orientação técnica do ensino primário em zonas rurais, um plano de ação suficientemente plástico e adaptado à situação. Esse plano deve tomar em consideração o duplo problema: de um lado prover a formação de 3.000 professores que faltam no quadro atual do ensino primário, do outro capacitar os 7.000 regentes de escolas ao exercício de sua função cultural.

As duas medidas são igualmente importantes e merecem do Estado e de sua Secretaria de Educação um esforço paralelo a fim de que as escolas possam em futuro breve garantir à criança rural em idade escolar o mínimo de ensino estipulado na Carta Magna da Nação.

TIPOS DE CURSOS PARA FORMAÇÃO E TREINAMENTO DO PROFESSORADO PARA ZONAS RURAIS

A primeira tarefa assumida pela Secretaria de Educação do Governo Milton Campos visou o aproveitamento do professorado em exercício nas escolas primárias de zonas rurais, criando para isso uma série de cursos em combinação com as prefeituras municipais e com o auxílio financeiro da União. Foram para isso organizados cursos de emergência:

- a) Cursos intensivos de férias;
- b) Cursos de aperfeiçoamento para normalistas e professores leigos de melhor classificação;
- c) Cursos regionais de treinamento para o professorado leigo;
- d) Cursos de renovação (em projeto).

A — *Cursos intensivos de férias* — Criados pela Portaria n.º 551, de 17 de dezembro de 1948, são ministrados a todos os professores rurais do município, convocados pelo prefeito municipal. O curso tem a duração de um mês, nas férias de janeiro, ou de julho (este último é preferido). É dirigido pela diretora técnica de um dos grupos escolares da sede do município. O corpo docente é constituído por duas ou três professoras (das últimas séries geralmente do curso primário) e de um médico, convidado para aulas de higiene e puericultura.

O nível do curso é primário — correspondente à última série aproximadamente, com algum desenvolvimento metodológico relativo aos processos de ensino da língua pátria, leitura, escrita, Matemática, Geografia e História, noções sobre economia doméstica e pequenas indústrias.

Sua finalidade é dupla: de um lado, tem por objetivo levantar o nível dos conhecimentos gerais do professor rural, melhorando na medida do possível sua bagagem cultural, em cursos anuais, e orientando-o para um ensino mais eficiente (observação durante 15 dias do trabalho escolar no grupo e estudo de algumas instituições escolares: cantina, clube agrícola, biblioteca infantil, etc.) (ver programa); de outro, visa a seleção do professorado para matrícula nos cursos de treinamento. Os melhores classificados nos estudos e trabalhos serão chamados oportunamente, valendo assim o mérito pessoal e não a proteção dispensada aos privilegiados.

Dos 7.000 professores rurais passaram pelos cursos em dois anos (1949 e 1950) 2.980 regentes de classes, ou seja, 42,5% pertencentes a 166 municípios, sendo que 47,2% dos 388 municípios não tiveram tais cursos, uns por não terem demonstrado interesse em colaborar com o Estado, outros por serem municípios de poucos recursos para assumir a responsabilidade das despesas extras (hospedagem das professoras), outros ainda por não contar o próprio grupo escolar com elementos aptos para dirigir os cursos, carecendo de bons professores.

Outra vantagem, não pequena, dos cursos, é o contato social que se estabelece entre todos os professores rurais e o grupo escolar, que continuará, durante o resto do ano, a orien-

tá-los e auxiliá-los nas dificuldades do seu mister (na ausência do orientador municipal do ensino rural). Forma-se no professorado rural a consciência profissional e a necessidade de agir em comum para conseguir o melhoramento de suas escolas.

Como prova final figura ao exame de suficiência para professores leigos, instituídos pela Portaria n.º 531, de 22 de outubro de 1949, da Secretaria da Educação, para os municípios em convênio com o Estado (dos 388 municípios mineiros somente 43 assinaram tal convênio, até novembro de 1950). Aos aprovados nos exames concede a Secretaria alguns privilégios, considerando-se então os professores incorporados no quadro estadual, e passando a receber vencimentos maiores (Cr\$ 400,00 mensais), sendo que a diferença da quantia paga pela prefeitura fica a cargo do Estado.

B — *Cursos de aperfeiçoamento para professores rurais* — Destinam-se esses cursos a regentes de escolas rurais, normalistas. Após a descoberta decepcionante de que o professor normalista formava uma insignificante minoria, foram esses cursos também franqueados a dois elementos leigos melhor classificados em cursos intensivos de férias. A sua duração é de 3 meses, e realizam-se três vezes por ano na Fazenda do Rosário, pertencente à Sociedade Pestalozzi. Essa cede à Secretaria de Educação um pavilhão residencial e outro para aulas, refeitório e reuniões sociais, assim como uma área para horta, pomar e jardim.

A Fazenda do Rosário, distante de 25 km de Belo Horizonte, é servida de excelentes meios de comunicação por estrada de ferro (Central do Brasil) e rodovia (Belo Horizonte-Oliveira), com um serviço regular de ônibus e "jardineira" dos próprios cursos rurais.

O seu ambiente aproxima-se bastante do que chamamos de Instituto de Organização Rural, sem que lhe tenha sido ainda conferida oficialmente essa denominação. Funcionam na Fazenda do Rosário um dispensário médico, um gabinete odontológico e já foi construído, pelo Departamento Nacional da Criança, um posto de puericultura; uma escola rural reúne cerca de 300 crianças, cuja metade pertence ao internato para menores desamparados e excepcionais, e a outra metade à infância, com 30 crianças, realiza suas atividades à sombra de um frondoso jatobá, numa área cercada de bambu, margaridas e violetas, com um parque de recreio, ao lado, com gangorras e outros aparelhos tão a gosto da meninada.

Uma cerâmica, regularmente montada e dirigida por um talentoso artista pernambucano, oferece seu ambiente de traba-

lho para a iniciação em arte popular, que hoje em dia torna a Fazenda do Rosário um centro *sui generis* nesse setor industrial de tão grande alcance para o meio rural.

Uma floricultura, modelarmente organizada por um grupo de especialistas húngaros, por sua vez, oferece valiosa oportunidade para o professorado rural conhecer esse aspecto ainda incipiente no Brasil, e que no entanto mereceria maior incremento num País de clima particularmente propício à cultura racional de flores e aproveitamento industrial de essências aromáticas vegetais.

Uma oficina de tecelagem rústica, tocada por uma hábil tecelã, e uma tapeçaria são mais duas outras formas de indústrias caseiras próprias para o campo. Espera-se ainda instalar uma oficina de lapidação de pedras semipreciosas e trabalhos com pedra-sabão.

A Fazenda do Rosário, da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, conta com a direção da professora Yolanda Barbosa, dedicadíssima e talentosa educadora, a qual durante cerca de 10 anos seguidos vem prestando ali seus serviços à infância excepcional e ao meio rural. Os cursos de aperfeiçoamento se realizam em regime intensivo de *fulltime*, seus alunos são internos e a maior parte dos professores reside na Fazenda. O ensino é essencialmente prático, havendo o maior empenho possível para que os estudos se processem sob forma de projetos e de problemas a solucionar.

Os 50 alunos-professores, matriculados em cada curso, são repartidos em pequenas turmas para os trabalhos práticos. Inúmeros clubes funcionam com intuito de desenvolver nos alunos o espírito de iniciativa, a cooperação e o treino de virtudes autenticamente democráticas. Clubes de Saúde, de Donas-de-Casa, Clube Rural, Esportivo, Literário, Artístico, Clube Social, a Cooperativa etc., funcionam com regularidade e boa disciplina interna, revelando aptidões especiais e dons para liderança.

Os programas de ensino, o regime de vida e de trabalhos, a alimentação são objetos de constantes estudos por parte do corpo docente e discente, e um relatório geral de cada curso, resumindo os trabalhos, aponta os erros cometidos e dá sugestões para melhoramento dos cursos vindouros.

Instituído desde abril de 1949, o Conselho Consultivo da Fazenda do Rosário reúne diretores e professores dos cursos, os quais, junto com o chefe do Serviço de Orientação Técnica do Ensino em zonas rurais e na presença de elementos representativos do magistério mineiro, especialmente convidados,

constituem o órgão máximo de orientação de todas as atividades pedagógicas e sociais da Fazenda do Rosário. As deliberações do Conselho Consultivo são levadas ao conhecimento do secretário de Educação e inúmeras medidas de ordem administrativa e pedagógica sugeridas pelo mesmo Conselho se transformam em empreendimentos de progresso para o ensino em zonas rurais.

Dignas de nota ainda são as jornadas ruralistas que a Fazenda do Rosário, pelos seus cursos de aperfeiçoamento para professores, realiza periodicamente em benefício das populações rurais, tornando a Fazenda do Rosário um autêntico centro de civilização para o homem do campo. Exposições de produtos agrícolas, de indústrias caseiras, concursos de tratorismo, de aração, representações folclóricas e festejos tradicionais dão uma nota social de grande interesse para o progresso da roça. Os professores-alunos, tomando neles uma parte ativa, aprendem na Fazenda do Rosário como agir em suas escolas, tornando-as por sua vez centros de irradiação de cultura e de vida social organizada.

.....C — *Cursos regionais de treinamento para professores rurais* — Além dos cursos de aperfeiçoamento que em número de oito se sucederam desde 1948, na Fazenda do Rosário, com um total de 354 alunos-professores, funcionaram ainda até a presente data 6 cursos de treinamento em quatro centros regionais (Divinópolis, Araxá, Diamantina e Teófilo Otoni). Localizados em fazendas do Estado ou em propriedades particulares, em boas condições de higiene e de relativo conforto, os centros regionais recebem o professorado rural, também selecionado em cursos intensivos de férias, porém já de qualidade menos apurada que os de aperfeiçoamento. É pensamento fazer passar por esses cursos o quartil superior do professorado rural mineiro, isso é, 1.500 professores aproximadamente. Até hoje em turmas de 20 a 30 em cada curso, 130 professoras foram beneficiadas por eles.

A duração é de quatro meses. O regime de vida, de estudos e trabalhos é o mesmo que na Fazenda do Rosário, dependendo do diretor de cada curso, do seu corpo docente e discente aproveitar da maneira mais produtiva as condições locais e desenvolver neles os serviços à comunidade mais necessários e condizentes com o ambiente físico e social de cada um.

Como na Fazenda do Rosário, prestam os cursos regionais serviços dos mais úteis à população infantil e adulta, criando na localidade pequenos dispensários, escolas, desenvolvendo atividades recreativas, teatro, esporte, bibliotecas, sessões de ci-

nema, palestras sobre assuntos de higiene, de agricultura, de educação (aos pais). Merecem especial menção os festejos folclóricos (natalinos ou juninos, em via de desaparecimento na zona rural), assistência religiosa, preparo para a 1.^a Comunhão, orfeão, etc.

Beneficiando o meio rural, os serviços *paripassu* estimulam o professorado rural dos cursos de treinamento a praticar múltiplas atividades e a levar para suas escolas e localidades o fruto de uma experiência viva e proveitosa sob todos os pontos de vista, econômico, social, cultural e espiritual.

D — *Cursos de renovação pedagógica* — Ainda em projeto, visam esses cursos os melhores professores que tenham passado pelos cursos anteriores e que merecem ser novamente chamados para serem aproveitados em algum trabalho de maior competência, a saber, como orientadores das escolas rurais do município, como monitores de algumas atividades especiais (recreativas, artísticas, agrícolas, de economia doméstica, etc.), em cursos intensivos de férias, etc.

Esses cursos, além de beneficiar os próprios candidatos, virão beneficiar sensivelmente os cursos de renovação, porquanto deverão trazer aos professores e colegas observações valiosas de seu trabalho em escolas rurais e um julgamento criterioso sobre os problemas dos programas escolares, das técnicas de trabalho, do material didático, etc.

Quando não tomarem o aspecto completo de cursos serão realizados sob forma de estágios periódicos, acessíveis a todos os professores que, dois anos após o curso de treinamento ou de aperfeiçoamento, tendo exercido uma atividade pedagógica e social proveitosa em suas escolas, venham a requerer tais estágios de quinze a trinta dias num dos Centros Regionais de Treinamento.

ENSINO NORMAL EM ZONAS RURAIS

Por ser o meio rural no Brasil inteiramente desprovido de elementos de cultura e de assistência social, cabe ao professor de escolas rurais auxiliar o homem do campo em suas necessidades de ordem cultural e social. Deve assim o regente de escola possuir um preparo sólido, conhecimento vasto e ter uma personalidade de líder, capaz de realizar obras verdadeiramente úteis ao meio rural, abandonado à sua própria sorte.

Ao ensino normal para formação do professorado rural deve assim o Governo brasileiro dar uma atenção especial, provendo os estados com escolas normais de primeira qualidade. Na impossibilidade de organizá-las tão cedo em cada Estado,

é de urgência a criação de um Instituto Nacional de Educação Rural, para o qual mandariam os estados seus candidatos, rigorosamente selecionados, afim de formar com esses elementos os quadros de direção e preencher as cadeiras de ensino normal em zonas rurais.

Na emergência do momento atual, o preparo do professorado rural acha-se limitado, na maioria dos casos, ao grau elementar de ensino em cursos normais regionais que, segundo a lei orgânica do ensino normal, tem um currículo de quatro anos de estudos apenas e recebe os candidatos após a conclusão do curso primário.

Em Minas Gerais, no governo Milton Campos, foram criados dois cursos normais regionais para esse fim: o da Fazenda do Rosário, no Município de Betim, em 1949, e o de Conselheiro Mata, Município de Diamantina, em 1950. Ambos são administrados pela Secretaria da Educação e recebem a orientação pedagógica pelo Serviço Técnico do Ensino Rural.

Do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos recebeu a Fazenda do Rosário a doação de uma verba de dois milhões de cruzeiros para a construção do prédio do curso normal regional. Enquanto se processa a sua edificação, localizada em um amplo terreno de 35 km² aproximadamente, adquirido para esse fim pelo governo mineiro, funciona o curso em chácaras e edifícios cedidos pela Sociedade Pestalozzi, a título gracioso, com a cooperação do Estado.

O ambiente é essencialmente rural, podendo o curso desenvolver no terreno a ele cedido todas as atividades agrícolas, criar animais e construir as dependências que julgar necessárias. Assim surgiram: um galinheiro, um chiqueiro, coelheiras, uma cobertura para a carpintaria, ripado para mudas, forno para assar, etc., todos eles construídos pelo pessoal e alunos do curso normal.

O pessoal docente é constituído em sua maioria pelas diretoras e orientadoras dos grupos escolares estaduais, ex-alunas da antiga e bem-aventurada Escola de Aperfeiçoamento. Designadas para prestar serviço ao curso normal, todas passaram por um estágio na Fazenda do Rosário, em cursos de aperfeiçoamento para professores rurais, ora auxiliando-os como professores e socializadores, ou dirigindo-os. Cabe a uma delas, dona Olga Costa Coelho, dinâmica e experimentada educadora, a direção do curso normal. Forma com mais cinco professoras residentes o núcleo harmonioso do corpo docente básico. Em tempo integral, das 6 horas da manhã às 9 horas da noite, cuidam de todos os afazeres da casa, do horário de aulas, das atividades

extracurriculares, cuja lista é ampla e abrange inúmeros aspectos (clubes: agrícola, de leitura, esportivo, cívico, recreativo; jornal, diário, serviços religiosos na capela, loja escolar, etc.).

Um técnico agrícola residente dirige as plantações e ministra aulas de agricultura. Um mestre carpinteiro trabalha com os alunos na construção de abrigos rústicos, cercas, porteiras e confecciona móveis e utensílios domésticos.

Além do pessoal docente residente, outro vem da cidade, em jardineira dos cursos, trazendo professores de Ciência, de Higiene, de Geografia, de música, para o horário da tarde.

O corpo discente do curso foi inicialmente constituído para um curso de admissão de 3 meses, em agosto de 1949. Os internos, em número de 36, são bolsistas do Estado, indicados, um de cada município, pelas respectivas prefeituras, que, naquela ocasião, se mostravam prontas a colaborar com o Estado na reforma do ensino rural. A experiência tem mostrado que nem sempre foi observado um bom critério na escolha dos candidatos, confundindo não rara vez o critério vocacional com o mero desejo de dar assistência a um aluno pobre, ou necessitado de uma educação mais rigorosa por se tratar de elemento indisciplinado. A seleção se fez no ano seguinte, após as provas de admissão, tanto escolar quanto pelas notas do comportamento.

Além dos alunos internos, freqüentam o curso 12 alunos externos da redondeza. Uns como outros provêm do meio rural, e isso constitui o ponto fundamental para a matrícula, pois somente assim filhos de pais vinculados ao meio rural voltariam naturalmente para esse meio, em qualidade de professores rurais.

A idade de entrada para os cursos normais varia entre 15 e 25 anos, sendo que a mais indicada parece ser entre 15 e 17 anos: os mais novos seriam ainda pouco maduros para exercer seu cargo de professor, e os maiores menos susceptíveis à formação de uma nova mentalidade.

O grupo de alunos internos e externos diferencia-se de tal modo no trabalho escolar como em demais atividades que no futuro, com acomodações melhores, somente haverá internos e semi-internos, esses passando o dia todo no curso e voltando para suas casas somente à noite.

A formação de hábitos de vida, de estudo, de trabalho em grupos, nos jogos, as excursões aos domingos e outras atividades são de tal importância nos cursos normais que à vida familiar se consigna apenas o tempo das férias escolares. Essas, de três meses e meio, só se realizam no fim do ano escolar quando, em dezembro, voltam os alunos para suas respectivas casas, não rara

vez localizadas a grandes distâncias da Fazenda do Rosário, e necessitando os alunos de muitos dias de viagem. Por essa razão foram suprimidas as férias de julho.

Convém acrescentar que os alunos do curso normal da Fazenda do Rosário são de ambos os sexos, tanto no internato quanto os externos. São em grande minoria por enquanto os do sexo masculino. Não nos parece, entretanto, que não se deva procurar incentivar entre os meninos da roça a vontade de seguir a carreira do magistério rural, desde que apresentem vocações para isso. Embora mal remunerado, o professorado rural poderá gozar de privilégios não pequenos no seu meio, quando tiver concluído um bom curso normal, que o prepare suficientemente para a vida do campo e para atividades úteis ao meio, com técnicas mais aperfeiçoadas do trabalho agrícola (como, por exemplo, o uso do trator e outras máquinas). O fato de ter a escola rural parte residencial para o professor, com uma área cultivável, permitir-lhe-á e à sua família uma existência relativamente confortável, assim como rendimento que poderia obter com trabalhos suplementares em fazendas que o convidariam para este ou aquele serviço (tratorismo, orientação em frúti e floricultura, criação de abelhas, indústrias rurais, etc.). Seria assim necessário que se desse nas escolas rurais, através dos clubes agrícolas principalmente, uma orientação profissional aos meninos mais dotados e sua indicação como candidatos aos cursos normais regionais.

A curta experiência da Fazenda do Rosário tem mostrado que não há inconveniência no que diz respeito à co-educação dos sexos desde que sejam providos os cursos normais de autênticos educadores. Pode-se pensar ainda em criação de cursos normais para o sexo masculino, e existe, em Minas, na Escola Granja Caio Martins, no município de Esmeraldas, um projeto para sua breve instalação. Pensamos que o elemento masculino é de grande necessidade para que a escola rural possa se desenvolver com êxito, principalmente em localidades onde o trabalho da moça por diversas razões se torna difícil e, às vezes mesmo, impraticável.

Quanto ao trabalho escolar do curso regional da Fazenda do Rosário, obedece esse ao currículo contido na lei orgânica do Ensino Normal, acrescentando-se-lhe as atividades agrícolas, como julgados de primeira necessidade. Às 24 horas de aulas por semana juntam-se mais tantas horas em toda espécie de serviços e atividades esportivas, recreativas e sociais, permitindo assim esperar de um curso de quatro anos apenas uma sólida preparação do futuro regente de escola rural. Este "full-time" é

indispensável, razão pela qual foram para o futuro abolidas as entradas de alunos externos.

Tratando-se quase exclusivamente de alunos provenientes de camadas economicamente pobres, o curso normal da Fazenda do Rosário está à procura de atividades de que se possa auferir algum lucro. Dum lado a renda serviria ao melhor aparelhamento da escola, doutro permitirá reservar uma parte para o pecúlio dos próprios alunos. Esse fato tem bastante importância para garantir, mesmo ao aluno bolsista, a regularidade do seu curso. Não poucos pais procuram interromper os estudos dos filhos, tentando-os com um emprego bem-remunerado, que auxiliará a família toda. Menos dependente da família, quando tiver o aluno algumas economias para custear suas próprias despesas poderia, mesmo, em caso de grande necessidade da família, socorrê-la, na emergência. Isso, para aluno do meio pobre, constitui garantia de sossego para estudar até o fim do curso.

Grande é a preocupação dos cursos normais regionais em dar ao currículo a necessária coesão entre todas as matérias escolares, e permitindo que professores e alunos e colaboradores da instituição contribuam para o desenvolvimento de alguns projetos que surjam como resposta a tantas necessidades que apareçam na realidade cotidiana. Assim, foi objeto de estudos interessantes a *água*, e seu abastecimento regular, quando se viu em dificuldades a instituição para sua alimentação, banhos, irrigação das plantas, etc. Proveniente de um poço perfurado (abissiniano), levado por uma bomba elétrica à caixa d'água, e distribuída por uma rede de canalização a todas as casas e serviços, foi ela estudada em confronto com a água poluída do córrego, de curso longínquo, que atravessa povoados, terras cultivadas, formando braços e cachoeiras, no seu percurso, etc., etc. Geografia, Higiene, Agronomia, Matemática, Física, Português, Desenho — tudo ficou arregimentado e englobado no estudo do assunto, vivamente sentido por todos, desde a cozinheira até o médico assistente, tendo as aulas escolares o fito verdadeiramente científico de compreender e solucionar da maneira mais econômica e eficiente o problema d'água e seu abastecimento na Fazenda do Rosário.

Distribuídos em pequenas turmas, de duração quinzenal, os serviços domésticos e escolares, as atividades de clubes de múltiplas qualidades, os estudos e trabalhos se processam de maneira funcional e dinâmica, permitindo a cada um dos componentes revelar sua personalidade, seus dons de organização e de direção, suas aptidões individuais. A cooperação estreita, o sentimento da responsabilidade vêm firmando nos alunos, sistematicamente treinados, as autênticas virtudes de cidadãos duma coletividade democrática.

Temos confiança nos cursos normais regionais em zonas rurais. Recebendo os alunos acostumados à vida e ao trabalho no campo, não viciados pelo regime passivo e inoperante dos cursos secundários, revelando inteligência naturalmente aberta à ciência e capaz de assimilar os ensinamentos que lhes forem ministrados no regime de escola ativa, esses alunos, quatro anos mais tarde, esperamos, poderão servir com real utilidade à escola rural e às populações do campo.

* Palestra pronunciada pela Prof.^a Helena Antipoff, orientadora do ensino rural em Minas, no dia 22 de novembro de 1950, na Associação Brasileira de Educação, por ocasião da 10.^a Conferência Nacional de Educação.

SUMÁRIO DE ARTIGOS JÁ PUBLICADOS

- ANTIPOFF, Helena — Relatório das atividades da SPB, em 1947 (Boletim Janeiro-Março 1948, p. 1).
— Instituto de Organização Rural (Boletim Abril-Junho de 1948).
— Resumo das atividades em 1949 (Boletim Janeiro-Junho 1950 p. 1).
— Honra ao Mérito — carta ao Sr. Paulo Roberto (Janeiro-Junho 1950, p. 28).
— Os últimos serão os primeiros — Alice Descoedres (Boletim Julho-Dezembro de 1950, p. 17).
— Psicologia Clínica (Janeiro-Junho 1951, p. 1).
- AZEVEDO, Jorge Duarte — Uma festa Joanina na SPB.
A SPB e o III Congresso Infanto-Juvenil (Boletim Janeiro-Junho de 1949, pp. 22 e 24).
- BENTES, Lúcia — Atividades Pestalozzianas no Pará (Julho-Maio 1948) p. 31.
- CAMPBELL, Reba — Exposição de Atividades Artísticas das Oficinas da SPB (Boletim Julho-Dezembro 1950) p. 10.
- CARDOSO, Ofélia Boisson — Círculo de Estudos (Boletim Janeiro-Junho 1950) p. 33.

CARDOSO, Roberval — Pastorinha de Jerusalém em São Sebastião (Boletim Julho-Dezembro 1949) p. 22.

CERQUEIRA, Luiz A Laborterapia na SPB. (Boletim Abril-Junho 1948) p. 41.

EBOLI, Therezinha — Monteiro Lobato e o nosso Teatro de Fantoches (Boletim Janeiro-Março de 1948, p. 30).

FERRAZ, Denis — O aproveitamento dos doentes crônicos (Boletim Janeiro-Junho de 1950).

GUTERMAN, Lola — A Música na Educação dos Excepcionais (Boletim Janeiro-Junho de 1949).

LEÃO, Armando Valle — Exposição de motivos (problema dos desajustados por incapacidade física (Boletim Janeiro-Junho 1949, p. 25).

LEITE, Luiza — Conselhos aos pais de crianças surdas: "Your Deaf Child", por Helmer R. Myklebust" — tradução do cap. III (Boletim Janeiro-Junho de 1951).

MARTINS, Maria José — Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio.

NETTO, LEOPOLDINA — Classes Especiais da SPB. (Boletim Julho-Dezembro 1950, p. 21 e Janeiro-Junho de 1951, p. 13).

OBRI Olga — Atividades Dramáticas na Roça (Boletim Janeiro-Junho de 1950).

PEREIRA, Olívia — Uma Experiência de Laborterapia nas Oficinas da SPB. (Boletim Julho-Dezembro 1948, p. 1).

CARTA DE ARAXÁ (1950)

Helena Antipoff

Periodicamente a humanidade tem de voltar à natureza para não se perder no artificialismo de uma civilização unilateral. As Escolas Novas de Ferrière, os *Institutos Jean Jacques Rousseau*, os *Institutos Pestalozzi* e tantas outras obras pedagógicas hoje em dia são válvulas de escapamento para os homens que ainda se preocupam com uma humanidade menos infeliz, mais equilibrada, e com uma sociedade mais justa e menos egoísta. Oferecendo à juventude meios de viver seus anos de formação em ambientes mais serenos, longe da agitação e das iniquidades de toda espécie, que a vida dos centros superlotados a todo momento ostenta sem o mínimo pudor, penso que essas escolas de campo, em mãos de educadores convictos e preparados, poderão influir nos homens de amanhã, com uma mentalidade mais robusta e senso mais real, ao mesmo tempo que mais elevado, do destino da humanidade.

Extraído do Boletim da Sociedade Pestalozzi do Brasil

N.º 53/54 — 1980

AOS DIRIGENTES DOS CLUBES RURAIS

Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 1952

Prezado Professor

Resolveu o sr. Secretário da Educação convocar 25 professores, dirigentes dos Clubes Rurais, em funcionamento regular, para uma reunião a realizar-se na Fazenda do Rosário entre 1.º e 15 de março vindouro, onde serão orientados em atividades que os Clubes poderão desenvolver no primeiro semestre do corrente ano.

Dos 207 Clubes Agrícolas, registrados neste Serviço, foram escolhidos 25 apenas. Entre esses, figura o Clube de sua escola, como prêmio aos esforços demonstrados no ano passado pelos seus alunos e dirigentes.

Em nome do sr. Secretário, venho transmitir-lhe o convite para comparecer no dia 29 de fevereiro a essa Secretaria. Deverá trazer consigo, na reunião, um relatório do seu clube agrícola, pequenas coleções de sementes, insetos, madeira ou qualquer outro material colhido pelos alunos, bem como fotografias ou croquis ilustrando o trabalho realizado.

Receberá da Secretaria um passe de viagem pela estrada de ferro, hospedagem na Fazenda do Rosário e uma ajuda de custo na importância de Cr\$ 500.000 (quinhentos cruzeiros), no fim da quinzena.

Na esperança de que nada possa impedir a sua viagem e os trabalhos da *Quinzena dos Clubes Agrícolas* sejam de bastante proveito, subscrevo-me cordial e atenciosamente.

Helena Antipoff
Chefe do SOTER

A(o) Professor(a)

Escola Rural de

Município de

Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural

Setor dos Clubes Agrícolas Escolares Rurais

CIRCULAR N.º 4

**INSTITUIÇÃO DE UM CONCURSO: O MELHOR
MUSEU ESCOLAR RURAL**

Belo Horizonte, maio de 1952

Sr(a) Professor(a)

Venho lembrar-vos que, por deliberação da 2.^a Reunião dos Orientadores do Ensino Rural, realizada na Fazenda do Rosário, no corrente ano, ficou programado para o dia 21 de setembro de 1952 um *Concurso de Museus Escolares Rurais*.

O Museu Escolar Rural, destinado a treinar nas crianças o senso da observação, o desenvolvimento de hábitos de ordem e de bom arranjo das coisas, alimentando o conhecimento e o amor à terra natal, reunirá, pois, para esses fins, amostras de objetos escolhidos entre os mais representativos da região e em estado de conservação mais perfeito como, por exemplo, sementes, insetos, chifres, ferradura etc... Longe de se limitar à mera conservação de peças colecionadas, os museus devem utilizar o seu material para fins educativos, a fim de tornar o ensino mais vivo e mais concreto, estimulando a criança a observar melhor, fazer perguntas, formular hipóteses, verificá-las em repetidas observações ou pequenas experiências.

Assim, pois, desde já vos convidamos a tratar da criação de um Museu Escolar Rural Central do município, que será constituído de peças a ele diretamente doadas, por ele adquiridas ou emprestadas de Museus Escolares Rurais isolados, instalados ou não em caráter permanente.

Uma comissão municipal, composta de um representante da Federação dos Clubes Agrícolas de Minas Gerais, do repre-

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO ENSINO RURAL (SOTER)

Setor dos Clubes Agrícolas Rurais (SCAR)

Belo Horizonte, 20 de outubro de 1952

Prezado(a) Professor(a)

Temos a satisfação de comunicar-lhe que seu clube, distinguido entre os 80 melhores clubes agrícolas rurais, foi premiado com a distribuição de ferramentas.

Trata-se de uma medida de estímulo, tendo em vista o progresso do clube, assim como o crescente desenvolvimento de suas produções; deve proporcionar aos alunos uma maior experiência em diversos setores da atividade rural, bem como o hábito de trabalho e de melhor alimentação.

Fazemos votos para que, mesmo na época das férias escolares, o clube possa funcionar com regularidade e, aproveitando das chuvas, atender a plantios de cereais, árvores frutíferas e essências florestais tão promissórios para o desenvolvimento econômico do País.

Consta do despacho a coleção de ferramentas especificada em anexo, que a Secretaria da Educação oferece ao clube, certa de que essas serão conservadas em bom estado durante muitos anos, constituindo o início de um completo e valioso material de trabalho para o clube agrícola.

Atenciosas saudações

(Helena Antipoff)

(a destacar)

(e devolver para o SOTER)

.....

RECIBO

O Clube Agrícola, da Escola,
na localidade de, município de,
tendo recebido o despacho enviado pelo SOTER, assinala por
meio de uma cruzinha (x) a ferramenta encontrada no mesmo:
. de de 19....
Assinatura da professora:

- 1 enxada ()
- 1 enxadão ()
- 1 ancinho ()
- 1 sacho ()
- 1 regador ()
- 1 pá de jardim ()
- 1 serrote ()
- 1 martelo ()
- 1 machadinha ()
- 1 pá ()

A RESPEITO DO 4.º CURSO PARA PROFESSORES RURAIS

Belo Horizonte, 3 de novembro de 1953.

Caríssima Stella,

Acabei de receber sua carta, relatório do 4.º Curso e diários deste 5.º Curso, que me foram remetidos por Dalva Rodrigues, em minha ausência, infelizmente, pois me achava na Fazenda do Rosário.

Li o *Relatório*, digno de todo o louvor. Quer pela descrição objetiva e completa do ambiente e das atividades nela relatadas, quer pelas sugestões valiosas que encerra, denotando perspicácia e coragem cívica de dizer a verdade, considero o Relatório do 4.º Curso Regional de Treinamento para Professores Rurais um documento pedagógico e social de real valor para a Educação Rural, razão por que será ele copiado em número suficiente de exemplares, a fim de ser remetido, na Campanha Nacional de Educação Rural, ao 3.º Seminário de Educação Rural, de Itapipaca (Ceará), ao Primeiro Congresso Nacional de Professores Primários, de Salvador (Bahia), e ao 11.º Congresso Nacional de Educação, de Curitiba (Paraná), a serem realizados respectivamente em novembro, dezembro do corrente ano e em janeiro de 1954, porquanto todos os três certames dedicam, no temário, uma especial atenção ao ensino em zonas rurais.

Congratulo-me com a diretoria do 4.º Curso e os dedicados colaboradores que, apesar de muitas dificuldades ainda existentes nos cursos regionais da Colônia Francisco Sá, estão vencendo-as paulatinamente no sentido de um progresso seguro, merecendo, assim, por parte dos poderes públicos, como da própria população rural, principalmente dos fazendeiros mais abastados e esclarecidos, um apoio maior e capaz de resultar em realizações significativas para toda a zona por esse curso atingida.

Pessoalmente, tomarei as providências dependentes do SOTER e levarei ao conhecimento do senhor secretário da

Educação as justas reclamações e preciosas sugestões que por ele certamente serão tomadas em consideração no intuito de dar aos cursos da Colônia Francisco Sá maior desenvolvimento possível.

A leitura dos diários do 5.º Curso de Treinamento revela o nível cultural do corpo discente bem baixo, de modo geral. O português é deficiente e deve-se dar uma especial atenção às aulas da Língua Pátria, que devem ser muito intensas, para que nos meses restantes as professora-alunas possam recuperar as falhas: com a incorporação da professora residente ao quadro docente do curso, espero que algum benefício possa advir de um treino particularmente intensivo dessa importante matéria para o professorado rural.

Em minha última carta mandei-lhe um esboço das jornadas de arte popular, artesanato, que em Belo Horizonte e na Fazenda do Rosário serão realizadas entre 13 e 18 de novembro, culminando com a comemoração da data consagrada ao *Aleijadinho*, patrono desse empreendimento. Nos demais cursos regionais, como no de Teófilo Otoni, pedirei apenas para focalizar o problema e concentrar a atenção nesse aspecto importante da Educação Rural, na semana indicada. Os trabalhos manuais em vigor no seu curso e tão bem-compreendidos e ensinados por D. Carmem, assim como a parte folclórica que Maria Tomé leva com bastante êxito, segundo os relatórios recebidos, já per si representam uma excelente contribuição ao tema das jornadas em questão. Talvez seja difícil, devido à necessidade de dar maior atenção às matérias básicas da escola primária às alunas do 5.º Curso, consagrar maiores esforços agora ao artesanato e artes populares. Ficará para os próximos curso dar a este novo tema e jornadas todo o seu desenvolvimento, de tão grande necessidade para a economia rural.

Na Fazenda do Rosário, junto às jornadas, estamos focalizando também o movimento cooperativista. Esperamos que, desta vez, não falharemos e a Cooperativa de Educação Rural virá funcionar em benefício de todos os cursos de treinamento e, quiçá, do professorado rural, em geral.

Precedendo o movimento cooperativista, ficou estabelecida a necessidade de iniciar uma rigorosa educação de hábitos em nossos cursos de treinamento, normais e primários anexos — hábitos esses elementares, porém que constituem a base imprescindível para que o cooperativismo possa ser a força de solidariedade moral e de efeitos sobre a economia em zonas rurais. Temos projetos demasiadamente elevados para o nível ainda

precário de hábitos, sem os quais fracassará a cooperativa, por mais modesta que seja.

Entre esses hábitos de base compreendemos todos quanto devem os nossos professores rurais se esforçar ainda a ter: simplesmente ordem em seus trabalhos, objetos, cuidado com ferramentas, com o material, sem desperdiçá-lo à toa. Assim, para bem focalizar o futuro desenvolvimento de uma obra em comum, que é a cooperativa, lançamos nos três cursos da Fazenda do Rosário uma Semana de Hábitos, sob o lema, nada mais, nada menos: *Cada Coisa no Seu Lugar*. Bem simples, como se pode ver e, no entanto, muito esforço deve se conseguir para que as coisas realmente tenham, cada uma, seu próprio lugar: ferramentas, repito material para trabalhos manuais, cadernos, livros, lápis, borracha, peças de roupa lavada, tamancos e chinelos, vasilhame e tudo mais além dos papéis usados, cascas de frutas, algodão, enfim, armários, estantes, sacolas, baldes, caixas de lixo, cestas de papel etc., para que não macule com seu desleixo e sujeira a estética da casa e do terreiro.

A mesma exigência: cada coisa em seu lugar, em relação ao tempo e à necessária pontualidade dos serviços e dos compromissos assumidos.

CARÍSSIMAS DIPLOMANDAS DA PRIMEIRA TURMA DO CURSO NORMAL REGIONAL SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO (5-12-1953)

Não queria eu deixar passar este dia de despedida vossa da Fazenda do Rosário sem dirigir-vos algumas palavras, embora custa-me sair do meu silêncio, com o qual devotamente acompanho o desabrochar de vossa vida de futuras professoras rurais.

Começa hoje para vossos educadores o período supremo, aquele que Mme Necker de Saussure chamou "o ponto de prova de toda educação — o momento quando o educador cessa de agir".

Aquilo que a escola se propunha a exaltar em vós ou frear na marcha acelerada dos quatro anos de sua influência, toma hoje o livre curso. Na complexidade da existência humana, tecida com os fios irredutíveis da hereditariedade que predetermina no essencial do vosso ser, o caráter está-se urdindo em desenho e cores definidas que a educação vem imprimir como cunho de harmonia e coesão entre todos os elementos e os objetivos visados.

Nessa delicada tarefa, cada educador vem desempenhando junto ao adolescente um papel de dupla origem: um consciente, segundo o ideal que se propõe a incutir deliberada e propositalmente; outro, aquele que se desprende involuntariamente da pessoa do educador, às vezes à revelia dele; pelo exemplo, pela reputação, pelas atitudes que assume em momentos críticos e que o obrigam a ser verdadeiramente o que ele é, sem disfarces, nem ornatos.

Ao iniciar esta escola normal rural, quiseram seus idealizadores dar à nova instituição pedagógica um rumo diferente, um sentido essencialmente criador; no fundo sereno da paisagem rural, longe dos bulícios perturbadores da vida urbana artificial, onde os moradores mais se assemelham a autômatos mecanizados, constituir uma comunidade humana; aprendendo ali a trabalhar adolescentes e adultos no cumprimento de seus deveres de alunos

e educadores, ensaiavam uma escola da vida para a vida, num código moral de justiça, respeito mútuo e elevação espiritual.

Assim se iniciava esta escola há quatro anos atrás, e com ela vossa formação de mestras rurais, caros diplomandos de hoje.

No ambiente sadio e alegre crescia vosso corpo e adestravam-se vossos músculos em tarefas de infinita variedade: nas formas mais triviais dos afazeres domésticos, no trato de animais e de plantas, procurava-se enaltecer o cenceito do trabalho humano e descobrir em cada processo do trabalho bem-feito a inteligência, o sentimento estético, o valor moral e seu preço na escala de valores econômicos. Procurou-se restabelecer na escola o equilíbrio quebrado entre o valor do trabalho dito intelectual e manual, entre a teoria e a prática, entre o valor do *Homo Sapiens* e do *Homo Faber*. Acender o fogo da lareira, limpar a ferida de um cãozinho, podar uma roseira, do barro amorfo modelar um vaso, ajuntar crianças num brinquedo.

Com a mesma seriedade com a qual se pedia a verificação dos progressos em estudos, ditos escolares, pedia-se o controle do trabalho dito braçal. Em reuniões quinzenais, na mudança de turmas encarregadas de serviços da cozinha, de limpeza, agrícolas, sanitários, etc. todas as atividades passavam pelo crivo da análise e atribuía-se valor a tudo que revelava o esforço da inteligência, à habilidade, à boa vontade de servir o próximo e rir nas dificuldades.

Apreciava-se com particular ênfase a iniciativa, a capacidade inventiva, a organização e qualidades de liderança. Procurava-se dar a educação integral, talvez sobrecarregando os adolescentes que cresciam com uma responsabilidade demasiada. Talvez em minhas palavras que junto a vós dirigia com freqüência, nos encontros dominicais, havia ainda muita coisa de exótico para os alunos tímidos há pouco chegados do interior mineiro... Tinha muita afeição para todos e creio que alguma coisa alcançava o vosso coração, sobretudo enquanto vossas dedicadas mestras e diretora explicavam, esclarecendo melhor o sentido do método.

De qualquer modo, os dois anos passados na Chacrinha, nesse ambiente mais íntimo e intensamente socializado a uma vez, deixaram em vossa personalidade em formação, influências decisivas. Nessa fase de maior espontaneidade, porque éreis ainda poucos, na participação mais direta de cada um na vida da casa e da escola que livremente escolhia seus problemas, seus processos de estudo, cada um "aprendia fazendo" segundo as capacidades e inclinações pessoais.

Enquanto apreciam algumas crises, a adolescência, em plena efervescência biopsicológica, acudida em tempo pelos seus conselheiros e devotados mestres, ia resolvendo seus problemas e conquistando pouco a pouco os níveis mais elevados de sua evolução. Ia amadurecendo.

O terceiro ano de vossa formação encontrou na viagem ao Rio São Francisco, creio eu, um marco particularmente importante. Os interesses egocêntricos que até então reinavam no túmulo da vida juvenil deslocaram-se para fora, para o mundo, para o social. O contato cruel com os quadros de miséria humana, beirando a vida do vegetal e animal; com toda essa multidão sofridora e tão absolutamente abandonada de toda e qualquer assistência — esse contato fez-vos entrever tudo que a escola não deu a essa gente e tudo que ela poderia dar, com o despertar das forças e interesses, levando a criança do meio rural à dignidade de pessoa humana. Bendita excursão e benditas sejam as visões amargas sobre o fundo do majestoso Rio da União Brasileira: elas devem permanecer vivas em vossa mente, enquanto vossa vocação acordada de mestres rurais não der mais dúvida alguma sobre a educação, seu poder como força transformadora da sociedade humana, que a eleva de um estado primitivo, semi-selvagem, às formas evoluídas de uma verdadeira civilização.

A escola rural está à vossa espera. As populações do campo reclamam vossa existência para seus filhos, nus, famintos, doentes e ignorantes.

Será duro vosso trabalho. Como a elite do povo mineiro, trabalhareis junto a ele, no silêncio da vida rural, fazendo de vossa vida profissional aquilo que Gabriel Mistral chamou de sacerdócio e que o velho Pestalozzi homologava como amor à criatura humana.

Será bem duro o vosso labor. Mas vossas mãos já calejadas e já bastante habilidosas e vosso espírito esclarecido e acostumado à luta saberão dar às escolas rurais seu verdadeiro sentido, transformando-as em bandeiras do século XX do povo mineiro e nas quais o professor tem o melhor papel de sentinela avançada. A Escola Normal Rural da Fazenda do Rosário, com seu corpo docente e dirigente no meio dos quais há figuras apostólicas de fidelidade a toda prova à causa do ensino, da ciência, da cultura, de uma sociedade mais eqüitativa e feliz, toda ela em pé e confiante na primeira turma de seus diplomandos acompanhará vosso esforço com o sentimento de profunda gratidão.

abordagem

DÉMARCHE DE HELENA ANTIPOFF VISANDO A INSTALAÇÃO DE UMA GRANJA ESCOLAR

Solicito à diretora da Sociedade Pestalozzi ver a possibilidade de ceder, no prazo de 8 anos, a parte de sua propriedade rural, denominada "Capão de Oliveira", na extremidade noroeste da Fazenda do Rosário, numa extensão aproximadamente de um alqueire geométrico, para nele poder ser instalada pelo ISER (Instituto Superior de Educação Rural) a primeira Granja Escolar.

Preconizada essa instituição pelo 3.º Seminário de Educação Rural, terá por fim desenvolver, em torno de uma escola típica rural, atividades agrícolas, artesanais, pequena criação de animais, de modo a manter-se com relativa auto-suficiência por um grupo de escolares, seus professores e auxiliares, auferindo lucros ao mesmo tempo que servindo às atividades nela desenvolvidas ao ensino primário e educação para a vida civilizada no meio rural.

O ISER compromete-se a construir um prédio escolar com residência para o professor e um pequeno grupo de alunos entre internos da Sociedade Pestalozzi e as benfeitorias para atividades supramencionadas.

A gleba será transformada numa fazendinha de produção com campos para lavoura, pastagem, pomares e hortas; sob a direção de um técnico competente, os alunos internos e externos exercerão a aprendizagem de várias culturas agrícolas e pequena criação de animais domésticos. Os trabalhos artesanais nas pequenas indústrias rurais serão ensinados de modo a produzir renda e dar ensejo para que a parte comercial se faça através de uma cooperativa mista, servindo aos fins educativos e econômicos a uma vez.

A granja escolar assim constituída funcionaria como uma escola rural modelo para a região, onde professores rurais e orientadores do Ensino Rural pudessem fazer suas observações, estágios pedagógicos, aprendizagem técnica em serviços agroartesanais e indústrias rurais, cooperativa rural escolar, recreação, etc.

No término do contrato de 8 anos, não sendo ele renovado por determinação da Sociedade Pestalozzi, a gleba denominada Capão de Oliveira voltará à gerência exclusiva dessa Sociedade, evoluindo-se uma parte na extensão de um ha que será ocupada pelo prédio escolar público de ensino primário e seus serviços destinados aos escolares dentro de 2 km de raio.

AULA INAUGURAL DO VI CURSO DE TREINAMENTO DE EDUCADORES DE BASE DA CNER

Helena Antipoff

Concatenando as idéias para esta palestra que o sr. coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural, prof. Oscar Machado, teve a generosidade de me confiar para a sessão inaugural do VI Curso de Treinamento de Educadores de Base, veio-me a lembrança de tempos remotos e terras longínquas — uma aula inaugural de um ano letivo na Faculdade de Medicina de Lenigrado, proferida pelo fisiologista de renome universal: Ivan Pavloff. Autor da famosa teoria de reflexos condicionados, seu laboratório realizava grandes descobertas acerca do sistema nervoso e, dele decorrente, as leis do comportamento animal, em bases de reação mecânica.

Era Pavloff por isso mesmo a “persona grata” na Rússia soviética e tratado de um modo todo excepcional: na época de fome extrema, os cães de seu biotério não deixavam de receber a ração normal de carne. Mais ainda: era Pavloff a única pessoa no país à qual a Tcheca concedia a liberdade da palavra.

E cada ano, ao iniciar suas sábias aulas sobre a fisiologia do sistema nervoso, perante estudantes e docentes da Faculdade, Pavloff dizia o que pensava, apontando as iniquidades do sistema de opressão, os erros cometidos e os abusos contra a natureza humana, pois que a liberdade era uma necessidade da própria vida, figurando entre os instintos fundamentais de todo ser vivo, e do homem, principalmente.

Na severa e franca crítica que fazia ao regime de servidão a voz do sábio, ouvida por centenas de ouvidos, não passava de “voz clamando no deserto”. Era vedado aos outros todo e qualquer direito de se manifestar e exprimir sentimento próprio ou qualquer idéia outra que não fosse preestabelecida pelos soviets. Assim, a liberdade de pensamento e de sentimento concedida apenas ao orador servia para manter o público numa atmosfera psicológica

paradoxal, de unilateralidade taxativa, reforçando, com essa emancipação de um só membro, o constrangimento emocional e o estado de servidão mental do grupo social.

Os regimes democráticos, apesar de graves falhas que tole-ram, infelizmente, concedem ao cidadão uma série de privilégios morais, entre os quais o uso livre da palavra. Animal social por excelência, possuindo o dom único entre os demais animais, o dom da palavra — o homem tem a ventura de se fazer compreender e compreender o que é “útil ou prejudicial e, em consequência, o que é justo ou injusto” — assim se exprime o filósofo grego em sua política.

A palavra humana é uma mensagem. É a idéia-força que se move e, propagando-se no ambiente social, dinamiza a corrente espiritual, levando o pensamento e o sentimento a uma ação. Daí a responsabilidade do orador. Suas palavras devem ter consistência, possuírem um fundo, como um bom cheque de banco financeiro. E para agirem como forças sociais, as palavras devem ser intimamente incorporadas à realidade. Do contrário, a sua inconsistência poderá colocar as palavras no grupo de fenômenos delirantes, aos quais Pierre Janet consagrou ensinamentos de grande penetração psicológica no estudo da realidade.

A realidade, aliás, é de difícil definição, e temos sobre ela noções tão vagas que nem sempre saberemos discriminar o real do não real. Mesmo porque essa realidade possui coeficientes diferentes no quadro progressivo de estados mentais relativos às coisas presentes, como estes móveis, a paisagem que se descortina a nossos olhos, ou as coisas já passadas, tais como a viagem que acabamos de fazer para vir até aqui, ou as coisas futuras como a nossa intenção de, daqui a pouco, descer a escada pela qual subimos para este salão, ou ainda os planos que nos animam a agir numa definida direção até atingir o alvo. Tudo isso é realidade.

Segundo um ou outro grau de realidade, ajustamos a ela nossa conduta. As nossas atitudes variam segundo seja uma história contada, com um fundo imaginário, por exemplo. Nesse caso devemos declarar que se trata de história inventada, de uma ficção. Se falamos de um projeto, temos também a especificar o grau de sua realidade: teremos atitudes diferentes sabendo que se trata apenas de um esboço, em seus primeiros andaimes mentais, de um castelo aéreo, ou, se temos um solo firme a pisar, com realizações perfeitamente exequíveis e para qual projeto podemos aderir com todo nosso esforço pessoal, e incondicionalmente.

No dia como este em que mais um curso reúne novas equipes de trabalhadores sociais para seu treinamento em técnicas

de educação de base da Campanha Nacional de Educação Rural, quisera eu dizer-vos palavras necessárias, consistentes e capazes de fortalecer o sentido da realidade que essa campanha está se propondo a lançar pelo Brasil para solucionar os problemas do campo e vencer os inúmeros obstáculos — inércia, negligência, ignorância, injustiça mesmo, — com planos novos de trabalho no meio rural e sempre pela educação do povo.

Dizia em 1949, no encerramento do 5.º Curso de Aperfeiçoamento para Professores Rurais, na Fazenda do Rosário, o então secretário de Educação, o professor Abgar Renault: “É incompreensível não se tenha logrado criar ainda no Brasil estado de espírito nacional disposto a uma ação intensa, vivaz, ininterrupta e sistemática em prol do mais terrível dos nossos problemas de base. Somos rurais, dizia ele, geográfica, histórica, espiritual, econômica, social e politicamente. Não temos mais de 10% de nossa população em zonas realmente urbanas. Entretanto, dos 35.769 quilômetros de vias férreas brasileiras (dos quais Minas possui 8.450 km e São Paulo 7.519, isto é, 45,2% do total), praticamente nem um metro está em zona rural. Seguindo tal exemplo, nem 7% dos habitantes da mesma zona são servidos de luz elétrica e energia, nem dispõem de médicos, pois dos 18.000 que existem no País 62% estão nas Capitais e 38% nas cidades do interior, devendo-se assinalar que no Rio de Janeiro e na Capital de São Paulo, onde estão localizados apenas 8% de nossa população, residem mais de 40% dos nossos médicos, e que em São Paulo, em cujo interior está o maior número, há regiões onde se conta com um só médico para cada grupo de 60.000 habitantes. Além disto, não existe uma fossa ao menos por quilômetro quadrado de zona rural”.

“O tom da rude paisagem, continua Abgar Renault em sua magnífica oração, não se altera: verifica-se não estar em zona rural nenhum dos 2.490 hospitais, centros médicos ou enfermarias, nos quais em 1942 foram socorridas 8.743.925 pessoas. A nossa política imigratória revela a mesma tendência: de 1940 a 1944 entraram no Brasil 33.713 imigrantes, e deste número ficaram no Rio de Janeiro e em São Paulo 88,69%”.

“No campo de Educação o que vemos é o mesmo quadro aflito... Das 6.700.000 crianças que compunham em 1945 a nossa população escolar, 3.500.000 não tinham escolas a freqüentar... Ora, daquelas 6.700.000 crianças apenas 1.956.969 habitam cidades; 4.800.574 moram em zonas rurais, e destas somente 1.587.358 freqüentam escolas, e, ao passo que nas zonas urbanas as percentagens daquelas a quem se deixa de ministrar ensino não vai além de 15,63%, nas zonas rurais o número se eleva a 66,93%...”

Eis, em algarismos frios, o panorama evidente de dois sistemas de pesos e medidas na solução dos problemas vitais em duas zonas brasileiras: urbana, a privilegiada, e a rural — prejudicada, apesar do valor que encerra essa na economia do País e na sobrevivência da raça.

Não disponho no momento de dados mais recentes para confrontá-los com os que o professor Abgar Renault obteve para a década anterior a fim de verificar se o fenômeno de abandono por parte de assistência pública ou privada tem-se modificado e em que sentido exatamente.

Devemos desde já apontar que, reagindo ao lamentável estado de coisas e no intuito de restabelecer o equilíbrio entre as duas zonas, o Governo da União promoveu algumas medidas, entre as quais precisamente a Campanha Nacional de Educação Rural. Nascida em 9 de maio de 1952, com menos de dois anos de existência portanto, está ela com um vasto programa de atuação social e econômica e, em sua fase inicial, realiza duas espécies de atividades culturais: de um lado a pesquisa das condições do meio rural, do outro, o treinamento de elementos humanos capazes de funcionar nela como agentes educacionais de uma civilização redentora dos males que afligem a nossa sociedade.

Creio sinceramente que profundas modificações podem advir na vida das populações rurais brasileiras e com repercussões benéficas sobre a vida das cidades se a Campanha Nacional de Educação Rural acertar perfeitamente seus métodos de trabalho por meio de grupos cada vez mais numerosos de colaboradores, perfeitamente selecionados e treinados para sua missão.

Senhores alunos e professores do 6.º Curso de Treinamento de Educadores de Base, perspectivas amplas se descortinam perante vossos olhos: com a vossa participação ativa podereis imprimir rumos verdadeiramente necessários ao País, pois ser-vos-á dada a possibilidade de agir nele como líderes esclarecidos de uma causa justa e em condições privilegiadas de conhecer, após estudos feitos, a situação real das necessidades e recursos disponíveis ou a serem necessariamente criados na solução de inúmeros problemas do meio rural.

Grande responsabilidade assume a Campanha Nacional de Educação Rural perante o povo brasileiro e grande responsabilidade pesa sobre vossos ombros, senhores alunos e professores dos Cursos de Treinamento dessa campanha, como agentes de uma renovação fundamental das formas de vida e processos de trabalho no meio rural.

Por longos anos, ficou a população rural fora da cogitação administrativa e privada de assistência cultural e social. Houve e ainda há obstáculos de toda espécie: ao lado de simples esquecimento ou negligência passiva encontrareis não rara vez uma abstenção deliberada em não tratar dos problemas do campo e, quiçá mesmo, atitudes abertamente negativas em tocar em assuntos considerados perigosos, facilmente inflamáveis, como as reivindicações do trabalhador rural.

Os obstáculos ao progresso social podem se originar dos motivos egoístas dos potentados que desejam manter o *statu quo* favorável a seus interesses. Tanto os sábios estudiosos da realidade brasileira, como o Dr. Josué de Castro, quanto o clero católico, em seus certames ruralistas, têm ventilado corajosamente a questão, mostrando o que representa a política latifundiária de monocultura e de servidão exclusiva nela do camponês para o progresso do povo.

Os obstáculos, bem sabeis, podem provir da ignorância das próprias massas rurais e do apego irracional às formas tradicionais de vida, de trabalho, de maneiras de pensar impermeáveis à experiência, como em toda sociedade de civilização primitiva. O século XVIII conheceu tremendas explosões de ira popular contra as inovações de Parmentier, agrônomo francês, quando introduzia nos campos europeus de cultura a inocente batata americana.

Foram violentas as reações na Europa contra as medidas sanitárias e contra as pessoas dos médicos e enfermeiros que se sacrificavam na luta contra as epidemias de tifo, cólera, etc. Mesmo num nível bem mais elevado, no meio dos próprios médicos foram registradas curiosas revoltas na era pasteuriana, já tão perto de nossos tempos. A simples exigência do Dr. Semmelweiss dirigida aos colegas e subordinados, de lavar as mãos antes de proceder a qualquer manipulação local das clientes da maternidade, levantava nos hospitais de Viena no fim do século XIX uma nuvem de poeiras e de desfeitas mais humilhantes contra as medidas sanitárias e contra o abnegado chefe de clínica.

A aceitação de qualquer medida social pode ser comprometida e manter-se em retrocesso por longos anos, uma vez que, na sua fase inicial, foram cometidos, na aplicação de novos princípios ou processos, alguns erros. Os remédios, físicos como sociais, malcuidados em sua técnica, com detalhes sacrificados e de significação importante nas suas conseqüências, podem comprometer todo o sistema e receber a condenação pública por longos anos. Assim foi provavelmente o caso com a vacina BCG. Até

hoje as mães evocam, na recusa do BCG para seus filhos, a tragédia de Hamburgo, com o sacrifício de tantas crianças, vítimas dos erros cometidos.

O assunto do progresso social tem outros capítulos, bem curiosos, à sua conta. A inovação de qualquer medida perfeitamente aceitável e de inteiro bom senso pode acarretar, pelos efeitos não previstos, conseqüências das mais graves e negativas. Quantos inventores de engenhos mais úteis à nossa civilização não foram, eles mesmos, chocados e profundamente combalidos, com os desastrosos efeitos decorridos do uso desses engenhos? Não foi esse o caso de Santos Dumont perante os efeitos da aviação? Massacres bélicos ou desastres individuais dos pilotos e passageiros?

Quando os legisladores brasileiros determinaram abrir as grandes vias de comunicação no plano nacional, rasgando as rodovias, como a do Rio-Bahia, por exemplo, quantos tiveram desde o início do projeto a visão clara que esta medida de civilização por excelência podia criar fenômenos negativos, como o do nomadismo desenfreado dos "paus-de-arara", ou outra mais grave — o desaparecimento das matas, fovorecido pelo transporte do maquinário e do veículo motorizado, arrasando a paisagem e agravando a seca nordestina que hoje se estende progressiva e rapidamente para o centro do País, à medida que se devastam as florestas e se carregam suas toras centenárias para serrarias devorantes dos centros industriais do Vale do Rio Doce?

Um fato digno de nota tivemos ocasião de observar aqui em Minas num distrito, onde funciona um dos nossos Centros de Treinamento para professores rurais. Beneficiado com um motor de luz elétrica, o centro, colaborando com a comunidade local, obteve, em abaixo-assinado de todos, um gerador mais possante, permitindo que a luz elétrica beneficiasse todo o povoado e ficou deveras satisfeito em constatar o conforto obtido. Ficou no entanto bastante preocupado com um fenômeno, deveras inesperado, e decorrente da medida introduzida. É que, antes da era da luz elétrica, o pacato povo do referido distrito, na falta de boa luz artificial, deitava-se cedo, recolhendo-se cada um a seu lar. As 8-9 horas o povoado mergulhava no silêncio da noite e seus habitantes tranqüilamente restauravam as energias gastas durante o dia que começava cedo. Com a introdução da energia elétrica e a iluminação do povoado até 11 horas da noite, aumentaram, *pari passu*, as horas noturnas de vigia e de lazeres a 2-3 horas por noite. O número de botequins de 2 passou a 3 e talvez mais ainda, aumentando bastante a freqüência neles da população masculina à qual tendem a se juntar elementos femininos mais levianos. Aumentou o consumo de bebidas alcoólicas,

multiplicaram-se cenas de brigas e agressões. As irradiações das canções carnavalescas, histórias tolas e dramas cheios de histerismo difundidos pelas estações das metrópoles, vieram interferir nas modinhas, cantigas populares e serenatas ainda tradicionais por ali. Como na enxurrada benfazeja de uma chuva de verão aparecem destroços e sujeiras carregadas de coisas estranhos. Quem de nós seria bastante perspicaz em prever tais conseqüências de uma medida altamente civilizadora — luz elétrica — com seu cortejo, inesperado, de distúrbios e inconveniências, tanto de ordem cultural quanto de higiene mental e de boa ordem social, no pacato rincão de Minas Gerais?

Assim, lembremo-nos que toda medida nova é uma arma de dois gumes e toda técnica de progresso material nunca pode ser introduzida no ambiente social sem um esforço paralelo na elevação cultural da comunidade e da educação integral de seus membros.

Dali se compreende perfeitamente o postulado máximo da Campanha Nacional de Educação Rural — o de Educação — antes de mais nada e por cima de tudo. Visando a elevação do nível de vida para as populações rurais do Brasil, compatível com a dignidade humana e com os ideais da democracia, a campanha estabelece uma educação fundamental, com conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis porque, sem essa educação, as atividades dos serviços especializados médicos, sociais, agrícolas, etc. não estariam plenamente eficazes.

Na escolha desses conhecimentos e dessas técnicas, bem como na escolha das localidades, regiões ou zonas de sua aplicação, na seleção cuidadosa do pessoal que atuará no meio rural — haverá ainda a vantagem de se estudar, com toda a sabedoria e clarividência, as possíveis e prováveis repercussões no bem-estar social e no progresso real das populações rurais.

É de grande interesse acrescentar que, ao lado do programa de atividades e de técnicas do trabalho perfeitamente apropriadas ao meio rural, deve-se ainda encarar com maior atenção possível o fator pessoal dos líderes, focalizando, claramente, o papel de personalidade, de seus hábitos de vida, seu modo de se trajar e de falar, suas maneiras de se comportar com os companheiros, com os auxiliares, com crianças, pessoas de outro sexo, pessoas idosas, inválidos, etc. Nada mais concreto para o rurícola que o exemplo pessoal. Atitudes e hábitos pessoais encerram maior número de ensinamentos para o homem da roça que aulas e preceitos cujas palavras ele custa a compreender e assimilar. O exemplo próprio mais que a palavra, a prática mais que ensinamentos verbais, atuam com maior força a favor

ou contra as inovações que o líder se propõe a introduzir na comunidade rural, gente hermética, cheia de preconceitos e cheia de críticas para o intruso. Precisa-se de uma fé e de propósitos verdadeiramente apostolares e de amor infinito à obra e aos que dela necessitam para vencer a desconfiança e não raramente a hostilidade do meio.

A tudo que vão aprender nestes dois meses de esforço árduo, aos novos hábitos de trabalho e de lazeres que irão formando, não deixem de lembrar que a educação é o instrumento por excelência de reforma social, o único meio de se evitarem lutas sangrentas e alcançar níveis superiores de vida.

Terminaremos com a evocação do filósofo francês Henri Bergson, que, espantado pela obra agigantada do progresso técnico da civilização de nossos dias, reclamava para este corpo material demasiadamente crescido um suplemento de alma. Este suplemento espiritual a Campanha Nacional de Educação Rural não deixará de cultivar, com toda atenção e carinho, para a garantia da imensa obra que se propõe a fazer frutificar no Brasil.

*Extraído da Campanha Nacional de Educação Rural
(Revista n.º I — 1957)*

A FAZENDA DO ROSÁRIO, COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL E PEDAGÓGICA NO MEIO RURAL

Em complemento às páginas precedentes, que relatam a vida da Fazenda do Rosário em seus vários aspectos e serviços, julguei oportuno juntar algumas considerações, de ordem mais geral, fruto de meditações, acerca do valor do empreendimento em seu conjunto e de alguns dos princípios que tacitamente presidiram ao seu desenvolvimento.

Seguindo a trama cronológica da Fazenda do Rosário, verifica-se como uma instituição pedagógica de modestas proporções pode alcançar objetivos de ordem social mais geral, à medida que se desenvolve seu trabalho quotidiano.

Convém frisar ainda como é possível a um grupo de educadores bem-intencionados interessar à opinião pública e conseguir ampla colaboração de elementos valiosos da sociedade, da imprensa, de órgãos públicos e privados, colaboração essa capaz de levar uma singela obra de iniciativa particular num empreendimento de vulto, culminando um dia talvez numa "cidade" *sui generis*. Não certamente numa "cidade de meninos", o que seria *non-sense* sociológico, e sim numa *cidade rural*, em que seus moradores, sem especificação profissional, sectária ou partidária, se transformem em cidadãos de um padrão mais apurado, do ponto de vista cívico, econômico e cultural.

É interessante constatar como, partido de uma obra de ensino ou de amparo à infância, é possível contribuir-se com o "aldeamento" da população rural. Localizada a escola em um ambiente natural e conveniente, pode-se esperar que chegará, dentro de algumas décadas, a formar uma população mais concentrada em torno dela, servindo esse aldeamento em zonas rurais de freio para o nefasto êxito do campo para centros urbanos.

Se a experiência da Fazenda do Rosário surtir bons efeitos seria uma espécie de "bandeira", transportada para o nosso século, em que aos educadores caberia o papel social, o de edificar formas produtivas e mais eqüitativas de vida coletiva.

Convém apontar alguns princípios que sirvam de guia aos trabalhos em marcha:

1. Convém cultivar em todo indivíduo a consciência da liberdade de criar algo de melhor, em matéria de utilidade pública. Ao constatar a existência de fenômenos nefastos para o bem-estar social, julgar-se com direito e dever cívico de intervir no decurso da vida social, opondo-lhes uma ação corretiva. Longe de se deixar incluir no grupo de espectadores e de indiferentes, assumir atitudes ativas, alimentando-as com a fé ilimitada no possível progresso da humanidade.

2. Nutrir confiança nos homens e no valor do elemento humano, por mais humilde que seja. Procurar na criança débil ou deficiente, no adolescente desajustado, ou no indivíduo adulto, sem cultura, sem preparo profissional, "leigo", pela força das circunstâncias que não lhe deram oportunidades escolares "de aprendizagem", a colaboração, pois pode se encontrar no meio de todos eles indivíduos de invulgar inteligência, de fortes aptidões especiais e de virtudes morais de grande valor para a coletividade.

3. Manter viva a confiança na democracia e esperar da cooperação, franca e organizada de todos, efeitos substanciais para a sociedade em evolução.

4. Persistir na idéia de que o verdadeiro progresso social, econômico, político e espiritual não se opera se não através da *educação*, da educação esmerada das novas gerações, principalmente, cabendo assim aos educadores a máxima responsabilidade tanto pelos males que afligem os povos quanto pelo bem-estar alcançado.

Juntarei ainda as seguintes considerações:

1.º — Na administração de qualquer espécie de empreendimento social — os dirigentes, eleitos ou designados, devem ter permanente o sentimento vivo de sua responsabilidade e consciência de que pesa sobre seus ombros a imensa carga de deveres a cumprir: planejamentos e vigilância das realizações que se devam desenrolar na linha diretriz dos projetados empreendimentos.

Ao lado disso, deve haver em cada indivíduo da coletividade organizada presente ao espírito a idéia de que ele é um membro ativo, cingido do direito e da obrigação de colaborar, dar sugestões e fazer a crítica, construtiva e útil ao progresso da obra social.

Não havendo a crítica e sendo fracas as sugestões, cabe aos dirigentes provocá-las, solicitando sistematicamente e por processos diversos que tal colaboração se faça intensamente. É necessário que todos se sintam responsáveis pelo andamento de uma obra social e colaborem com esforços e iniciativa.

É surpreendente a quantidade de "descobertas" que podem surgir no campo de atividades e relações sociais, como na ciência e na arte, o poder criador do homem é inesgotável também nesse domínio que, estimulado, poderá levar valiosas contribuições para o progresso social.

E para terminar: considerando que a zona rural é a habitada pela maioria da população brasileira; considerando que a zona rural no Brasil representa no atual momento uma importância capital para o desenvolvimento integral da nação, é de inadiável necessidade: civilizar os ambientes rurais, elevando-lhes o nível cultural e econômico, de modo a permitir a seus habitantes ali permanecerem em condições que satisfaçam os justos anseios de conforto, higiene, ensino, trabalho, recreação e vida social desenvolvida.

Considerando a educação um dos mais incisivos fatores na transformação radical do meio físico e espiritual, à formação e ao aperfeiçoamento de educadores deve se dar um forte incremento para que neles a sociedade possa encontrar guias seguros para a população infantil e para os milhões de seres adultos, porém imaturos, abandonados no campo à sua própria sorte.

Notemos que a educação, permanecendo no plano empírico, não terá a eficiência esperada. Os órgãos de ensino rural, a escola primária e normal e cursos para professores em exercício merecem uma especial atenção: os ambientes escolares, os internatos, o pessoal dirigente e docente como o corpo docente e os meios de realizar sua educação integral são fatores tão importante no êxito do empreendimento social que tudo nele deve ser objeto de maiores cuidados possíveis, e de amplos recursos materiais e culturais.

Por isso pensamos que ao lado dessas escolas e cursos seja criado um órgão de pesquisa pedagógica e de sociologia educacional onde estudiosos de alto padrão científico possam, sem pressa e afobação, estudar os problemas e planejar realizações atinentes à educação em ambientes de níveis diversos de cultura e civilização. Caberá ainda a esse órgão o preparo e especialização de líderes da educação rural e professores dos cursos normais e de aperfeiçoamento pedagógico. Sem o complemento dessa pesquisa e de especialização, a educação em meios rurais não

passará de um tratamento empírico, por mais dispendiosos que sejam os esforços dos governos e particulares no campo da educação rural.

Ao concluir essas longas considerações, todas elas derivadas da experiência da Fazenda do Rosário, cuja história acabamos de relatar, voltamos nossas esperanças para o futuro não mui remoto, quando, ao lado das instituições pedagógicas e serviços à comunidade, já existentes na Fazenda do Rosário, surgirá o que chamamos de Instituto Superior de Educação Rural. Caberá a ele a orientação geral do centro rural. Estudando ampla e profundamente todos os fatores, todos os instrumentos da ação pedagógica, formando os líderes do movimento ruralista, fará da educação a força social capaz de transformar o meio rural brasileiro numa realidade auspiciosa para a Nação.

O Instituto Superior de Educação Rural há de aparecer na Fazenda do Rosário, como tem aparecido nela outros órgãos de utilidade pública, com a colaboração de pessoas de boa vontade.

Aqui fica nosso apelo a todas elas.

(Extraído do "Histórico" da Fazenda do Rosário, publicado por D. Helena Antipoff em setembro de 1952).

Extraído do B.S.P.B. — Rio de Janeiro — 1953

A ESCOLA E AS ATIVIDADES ARTESANAIS EM ZONAS RURAIS

Por HELENA ANTIPOFF
Belo Horizonte, MG, em 1954

RESUMO E SUGESTÕES

1 — O desenvolvimento econômico do meio rural dependerá em boa parte, das oportunidades que a escola oferecerá ao adolescente no exercício de ocupações suficientemente diferenciadas, culturais e utilitárias, de modo que, iniciadas no trabalho lucrativo e nas artes populares, possam as novas gerações contribuir para o bem-estar social e econômico da comunidade e para a fixação da família rural no seu *habitat* melhorado.

2 — Havendo compatibilidade no exercício, simultâneo ou alternado, de ocupações agrícolas, pecuárias, industriais e artísticas nas zonas rurais, é de toda conveniência introduzir na escola rural, ao lado de clubes agrícolas, já existentes em muitas localidades, clubes ou corporações artesanais escolares.

3 — Essas corporações terão por objetivo geral: despertar em seus associados e na comunidade o interesse pelos recursos naturais da região, o amor à terra e às tradições; e o desejo de progredir. Suscitar o amor ao trabalho construtivo, formando bons hábitos de ordem, economia, perseverança; desenvolver a inteligência prática, a habilidade manual, a precisão, o bom gosto; a iniciativa e a capacidade, dentro de uma coletividade laboriosa, leal, solidária, em que a riqueza é um fator de progresso econômico e social de todos os seus membros.

4 — As corporações artesanais terão como objetivo específico: promover na localidade o interesse pelo artesanato; adequar ao meio, e organizar artesanatos rurais que, partindo da escola e se estendendo à população, possam contribuir para a expansão econômica da região e conseqüentemente evitar o êxodo para cidades.

5 — Os artesanatos serão introduzidos na localidade após um estudo objetivo dos recursos regionais, com aproveitamento racional da matéria-prima em artefatos de maior rendimento econômico e com a colaboração de pessoas capazes, da localidade, orientados por técnicos competentes.

6 — A confecção dos artefatos obedecerá a um plano artesanal e comercial previamente traçado, sob forma de determinados projetos, e responderá às necessidades do consumo local, do mercado regional ou às encomendas de outra proveniência.

7 — Inicialmente as atividades artesanais funcionarão nas próprias escolas rurais, em regime de atividades periescolares antes ou depois do horário regulamentar; reservando-lhes de 3 a 15 horas do horário suplementar por semana, o professor terá uma gratificação especial, oportunamente fixada; os membros da corporação perceberão um pecúlio, esse resultante da venda dos artefatos produzidos, cuja renda, após o desconto das despesas feitas, será equitativamente distribuída entre os colaboradores, reservando uma parcela para o fundo financeiro da corporação.

8 — Serão membros da corporação artesanal escolar os alunos de maior idade e os que revelarem maior capacidade de trabalho e maturidade social.

9 — A corporação esforçar-se-á a interessar, nas suas atividades, os ex-alunos da escola, incorporando-os ao seu seio, assim como pessoas da vizinhança que, a critério da professora e dos associados, serão convidados a colaborar, fazendo especial empenho em trazer para a corporação os pais e irmãos dos alunos, em vista de futuras possibilidades para o trabalho artesanal dentro de lares da família rural.

10 — O trabalho artesanal escolar, tendo um duplo objetivo — a educação e o rendimento econômico — será organizado de tal forma que não seja sacrificado, por motivos lucrativos, o desenvolvimento integral da juventude rural.

11 — As atividades artesanais na escola serão acompanhadas de estudos relativos ao trabalho: a matéria-prima e sua origem geográfica, sua estrutura, qualidades, valor econômico em suas diversas aplicações, abordando ainda o aspecto cultural do trabalho, sua evolução nos diversos países, no folclore, na literatura, etc.

12 — Escolhidos os artefatos, cada um será objeto de minucioso estudo, em monografias e fichas artesanais, constando nelas a indicação da técnica empregada na confecção de cada um, esquema gráfico quanto à forma, proporções, dimensões, colorido, ornamento, etc., o cálculo do material necessário à con-

fecção de cada exemplar, o tempo médio para sua execução, o preço de venda, a previsão do lucro, etc.

Os artefatos serão objetos de uma crítica construtiva por parte de mestres, dos associados e dos próprios autores, a fim de neles desenvolver atitudes objetivas para com seu trabalho e o desejo de melhorar sempre.

Os melhores artefatos serão reservados para a coleção de modelos no Museu Artesanal da corporação, ou remetidos para exposições regionais de artesanatos rurais.

As despesas e lucros serão contabilizados em livros de escrituração comercial, simples, porém explícita, que os associados aprenderão a utilizar com segurança, compreendendo a sua importância no desenvolvimento econômico de toda empresa industrial.

13 — As corporações artesanais serão levadas progressivamente à sua auto-suficiência, podendo receber auxílios financeiros ou em ferramentas em sua fase inicial. É de conveniência, no entanto, que o fundo financeiro se organize com os próprios recursos da corporação, recomendando-se para isso que iniciem as atividades com a confecção de artefatos cuja matéria-prima não exija despesas (exemplo, palha de milho, capins, taquara, argila etc...) e cuja confecção é inteiramente manual, sem emprego de qualquer ferramenta. Apuradas as rendas desses artefatos, faz-se a aquisição dos artigos do equipamento, tais como ferramentas, tintas industriais e vernizes, móveis etc... para artefatos de maior complexidade progressivamente adotados.

14 — As corporações artesanais escolares devem procurar pôr-se em contato com as outras, por meio de correspondência, de visitas mútuas, de trocas de fichas de trabalho, de artefatos, para os respectivos Museus, tendendo para que dessas aproximações surjam associações intercooperativas, no plano municipal, estadual ou para todo o País.

15 — Para assegurar o bom desenvolvimento do artesanato rural escolar e atribuir-lhe uma determinada função educativa e econômica dentro de um plano nacional, sugerimos fosse estudada a possibilidade de ser criada no Ministério da Educação e Cultura, junto à Campanha Nacional de Educação Rural, Departamento Nacional de Educação, Departamento de Ensino Industrial, um Fundo Nacional Pró-Ensino Pré-Artesanal Escolar e um setor de Educação Artesanal Rural, ao qual caberia a orientação técnica, a distribuição de auxílios, o controle de sua aplicação em material, pessoal etc...

O setor seria incumbido de organizar inquéritos para os estudos dos recursos naturais regionais, o aconselhamento na esco-

lha de atividades artesanais mais indicadas para cada localidade; o estudo dos planos e da técnica do trabalho artesanal; o treinamento do pessoal — professores, mestres, monitores, assistentes (ambulantes): o contrato de especialistas nacionais e estrangeiros; distribuição de bolsas de estudos aos bem-dotados; a divulgação dos assuntos relacionados ao artesanato, através da publicação de manuais, fichas de trabalho, boletins periódicos sobre o movimento artesanal escolar rural no País; a organização de exposições regionais e feiras que se realizarão periodicamente em diversos pontos do País etc...

16 — Haverá toda conveniência de interessar no desenvolvimento artesanal e de artes populares o público, as associações culturais de artistas, folcloristas, economistas, geógrafos, educadores etc... e promover no País centros de estudo em prol das atividades artesanais e artes populares que possam colaborar com as escolas no movimento pró-artesanal com sua ciência e arte apurada.

(Contribuição ao Congresso de Educação de Base, realizado em São Paulo) 05-07-54

Extraído do Boletim da Sociedade Pestalozzi do Brasil — Boletim n.º 27 (pp. 94-96) — Rio — 1955

**PALAVRAS DE PARANINFA DA QUARTA TURMA DE
REGENTES DE CLASSES FORMADAS PELO CURSO
NORMAL REGIONAL «SANDOVAL SOARES DE
AZEVEDO», NA FAZENDA DO ROSÁRIO, PROFESSORA
HELENA ANTIPOFF (1958)**

Caríssimas diplomandas,

Ao receber de vós e de vossas colegas da turma que neste mesmo dia se forma na Escola Normal de Conselheiro Mata, o convite para paraninfá-las, o primeiro pensamento meu, ao receber esse gentil convite, foi de elevá-lo para o alto, pedindo a bênção para as 48 novas mestras prontas a ingressar nas fileiras do magistério, como uma preciosa dádiva para as zonas rurais do nosso Estado.

Território imenso. Infinitos recursos naturais. Raça de homens inteligentes, bons e sensatos, capazes de heroísmo nas horas supremas de sua História. Constituição sábia e liberal para seu governo. Eis as condições privilegiadas para que tudo neste País respire opulência, tudo que o possa colocar entre nações mais felizes do mundo.

É a população rural, segundo a opinião dos sociólogos, da maior importância para a nação e a riqueza nacional. E assim argumentam:

1 — Porque constitui mais da metade da população, mesmo em países mais industrializados (como nos Estados Unidos);

2 — Porque é o viveiro da população do futuro e fonte que alimenta as cidades, cuja população própria se esgotaria na família diminuída;

3 — Porque as instituições mantidas pela população rural, sobretudo a família, a escola e a igreja, constituem os meios essenciais de educação e de treinamento do futuro cidadão;

4 — Porque é o elemento estabilizador capaz de frear transformações da vida social das cidades em coletividade ensan-

decida, opondo freio à corrida para desordens, greves, revoluções e outros cataclismas sociais;

5 — Porque sua resistência natural às transformações bruscas serve de fixador dos traços culturais peculiares à Nação que, de outro modo, se dissolveriam na sede insaciável de novidades dos centros urbanos;

6 — Porque nas atividades rurais da lavoura ainda resta a oportunidade para combinar as qualidades de organizador, superintendente e trabalhador num só homem, produzindo assim o tipo de personalidade sadia de cidadão, conhecedor dos interesses de toda a classe e capaz de participar do sistema democrático sem qualquer partidarismo ou discriminação de classe.

Eis a importância da população rural nos destinos de um povo civilizado, na garantia de sua unidade nacional, no equilíbrio social e econômico do País.

Faltam às nossas populações rurais a escola, a boa escola pública e um bom professor.

Senão vejamos: mais de 3 milhões de crianças em idade escolar estão sem escolas no Brasil, segundo afirmativa recente do Ministério da Educação, reclamando a urgente formação de 100.000 professores de ensino elementar, exigida pela própria Constituição. Sois poucas ainda, mestras rurais, e grande é vossa tarefa, pois é na zona rural que se concentra a grande massa da infância brasileira, quase sem nenhuma assistência.

Somente a educação, sistema organizado de influência social sobre as novas gerações e num clima de respeito e de amor poderá transfigurar a existência do homem rural e mudar sua vida onde campeia hoje a miséria. Somente por intermédio da escola poderá ele se livrar dos males que ferem seu corpo; somente com seu auxílio emancipar-se-á do tremendo sentimento de inferioridade que amarra sua vontade, atrofia sua ambição de ser alguém, de produzir mais e de ver seus filhos subirem na escala de valores morais, sonhando com um futuro realmente melhor para eles.

A escola civiliza o homem, oferecendo-lhe ambientes novos e formando nele novos hábitos de vida em sociedade. A escola humaniza despertando a consciência e leva o homem a formas superiores de pensamento e de sentimentos. Como instrumento de nacionalização, a escola pública delinea a área física e moral de sua pátria e, unindo os indivíduos em grupos cada vez maiores, dita ao povo seus direitos e deveres de cidadãos.

Guardiã da tradição e estimuladora do progresso, a escola mantém o equilíbrio entre os dois pólos vitais: conservando o passado e construindo o futuro.

No célebre sermão ateniense, jurava a mocidade da Grécia antiga fidelidade à sua pátria: "*Transmitirei aos meus descendentes a minha Pátria nunca menor e sempre melhor do que a que me foi legada*".

Conservar o legado significa para a escola rural moderna um dos seus maiores objetivos, de suprema relevância para o País. Justamente porque não houve ainda em zonas rurais brasileiras escolas sob sua medida e que lhes convinha, tampouco seu povo foi educado a usufruir da terra sem comprometer sua integridade, seu capital.

Bem sabeis, mestras-meninas ainda, como foram maltratadas as reservas naturais pelas gerações nesses pouco mais de dois séculos de sua soberania. Nos tempos de Império, e com maior intensidade ainda durante a República, com a crescente exploração industrial, foram barbaramente devastadas suas florestas, ressequidos os cursos d'água, reduzidas terras férteis a campos — magras pastagens — ou desertos.

Apenas movido pelo instinto, o homem explorava a terra para o presente seu, sem cogitar do futuro. Esbanjando as riquezas sem prever sequer a miséria para gerações vindouras, o insensato agia na ignorância do dano que causava à sua pátria.

A conservação do solo não é apenas problema brasileiro. A humanidade inteira quase padece dos erros cometidos pelos antepassados. Quer na América, quer nos demais continentes e mesmo nos países europeus, o desgaste das reservas naturais e a erosão do solo atingem tamanhas proporções que essas *endemias agrárias* puseram o mundo em pânico. Hoje, graças às escolas e à pesquisa científica, os povos adiantados tentam se proteger estudando o fenômeno e seus remédios, promovendo congressos, instalando laboratórios, lançando campanhas, publicações, organizando exposições e museus, reunindo uma documentação das mais impressionantes sobre o empobrecimento do solo a ponto de constituir um verdadeiro S.O.S. para o universo. "*O homem literalmente arrasou o planeta. Sua obra devastadora exerce-se em prejuízo de tudo que o cerca, a começar pela fauna e flora. Verificou-se que para destruir uma camada de solo de 20 cm de espessura pelo efeito natural das águas a natureza levaria... 174.000 anos, ao passo que, deixado o solo em pastos ou trabalhos pelos processos rotineiros da cultura de milho essa destruição se realiza em 15 anos apenas!... De lá as consequências dramáticas das quais a fome progressiva que atinge sempre maiores massas da população não são únicas*".

Segundo o depoimento do presidente da União Internacional Pró-Proteção da Natureza, desapareceram durante os dois últimos

milênios cento e dez espécies de mamíferos e outras seiscentas acham-se em via de completa extinção. No Brasil, deveis saber que desapareceram e continuam a se extinguir tribos inteiras de índios.

Frisando o lado moral, afirma o naturalista: "a destruição voluntária de uma relíquia viva, a supressão de uma espécie qualquer, na medida em que ela compromete a sobrevivência mesma de tais espécies, no plano filosófico e científico é tão grave como o homicídio, e tão irreparável como a dilaceração de uma tela de Rafael. Ela esgota para sempre uma parte da natureza terrestre, isto é, um pedaço do passado".

À voz objetiva da ciência podemos juntar o imperativo religioso, encontrando-o na *Declaração dos Princípios*, elaborada pela Conferência Nacional Católica dos Estados Unidos e subscrita pelos líderes agrários de outras religiões daquele país. Em 1953, aderiram ao manifesto também os sacerdotes brasileiros, reunidos então na Universidade Rural (km 47).

Diz o manifesto: "O direito da propriedade da terra é de um tipo muito especial. A sua posse não dá direito absoluto de uso e abuso, nem isenta de responsabilidades sociais. Constitui de fato uma administração e implica conservação e uso da terra que possibilite a seu proprietário desenvolver sua própria personalidade, manter o padrão de vida necessário para sua família e cumprir as obrigações sociais".

Não foi outro o sentido da patriótica campanha de Alberto Torres que, já por volta de 1912, a lançava, fundamentada no que chamou de "princípio jurídico da Humanidade culta". A civilização, escrevia ele, tem o dever de conservar as riquezas inexploradas da Terra, reservas destinadas às gerações futuras, e de defender as que estão em produção contra a exploração imprevidente..."

Cabe a vós, mestras rurais, zelar pela Terra, mãe protetora e nutriz do gênero humano, educar vossos alunos no amor, no zelo e na ciência de tudo que diz a seu respeito, seu uso e aproveitamento de suas riquezas.

Não mais poderá haver desculpas para nossas gerações se abusarmos dos bens terrestres, pois que a escola, esclarecida pelas ciências e orientada pelos princípios filosóficos, é investida da responsabilidade de transformar a mentalidade do homem do campo, substituir a sua atuação instintiva, egoísta, devastadora e desordenada para com a terra, em trabalho consciente, social, organizado e construtivo.

Não poderia ser maior o mérito da escola rural se conseguir em todos os seus alunos rurícolas despertar a consciência para com a terra e inculcar os demais hábitos e atitudes com ela relacionados. Ao tentar o confronto entre os objetivos da escola urbana e da escola rural, creio que nesse ponto encontraremos algo de substancial para os diferenciar: ambas as escolas formam a criança para sua missão humana e de cidadão, porém, o dever específico da escola rural é o de preparar cada um dos seus alunos para a alta função de guardião do tesouro terrestre, de zelador do solo. Amoroso e diligente a uma vez, o homem rural, instruído e educado, saberá usar de suas riquezas sem desperdício e devastação, garantindo assim uma indispensável herança de bens naturais às gerações vindouras.

Vejamos um outro ponto para a comparação: tenho para mim que na escola rural o aluno necessita mais do que na urbana da educação científica. Somente com o auxílio da ciência será ele capaz de resolver muitos dos seus problemas da vida prática relacionados com a agricultura, a criação, indústrias rurais, com o abastecimento d'água etc. O mesmo quanto à criança do seu clube agrícola escolar, ou dentro da faina doméstica, onde o pequeno rurícola inicia cedo sua ajuda. Assim, para levar o aluno a buscar soluções na ciência, é mister que a escola oriente seu espírito, naturalmente curioso, a observar, indagar, raciocinar e, também, fazer uso das mãos porque o "cientista" pensa também com as mãos, experimentando, operando...

Já foi dito, e muitas vezes com razão, que a escola mata o espírito: indiferente à realidade rotineira, atrofia a curiosidade infantil, faz amolecer o corpo e paralisa a mão instrumental do Homo Faber. E por quê? Porque supervaloriza o verbo, a linguagem em detrimento das habilidades sensório-motoras e da inteligência prática.

Essa preferência pelo aspecto verbal do ensino é certamente mais prejudicial na escola rural que na urbana. A palavra é traiçoeira: ela resolve magicamente as dificuldades, mascarando-as apenas. Enquanto na demonstração prática, quando o mestre deixa de atender a algum elemento significativo ou trata-o de maneira leviana — o fracasso não tarda a evidenciar as falhas.

Opondo a função científica (planta exótica ainda por aqui) à tendência literária — tão de nosso agrado — julgo ser esta mais filha da tradição e de constante exercício favorecida injustamente pela escola, que de provir de um fundo inerente ao povo. É tempo de a escola restabelecer o equilíbrio entre as duas funções e compensar, com redobrado esforço, o treino do aspecto cientí-

fico na zona rural, sobretudo onde o campônio espera ser instruído para se sair vitorioso, na dura luta pela vida.

Por isso, caríssimas diplomandas — mestras rurais — reservai em vossas escolas um cantinho para o “Laboratório Dr. Henrique Marques Lisboa”. É lá que os alunos terão o ensejo de repetir as “experiências” — palavra tão familiar a todos que tiveram a ventura de serem discípulas do mestre predileto, como é o vosso caso, do venerável professor universitário, discípulo, ele mesmo, do outro sábio e benfeitor — o grande Osvaldo Cruz — para levar a nobre linhagem às mais humildes e longínquas escolinhas rurais. Aclimatadas nesses novos ambientes, por vosso intermédio, os laboratórios-mirins Marques Lisboa tornar-se-ão, não duvido, viveiros das vocações científicas entre meninos da roça.

Dependerá de vós, caríssimas mestras, exclusivamente de vosso querer e do esforço coeso, introduzir na escola elementar a educação científica, bem ao nível, é claro, do desenvolvimento mental da criança camponesa. Creio que seria a melhor homenagem que prestareis a seu insigne mestre, agora aqui presente, e mostrareis a gratidão ao grande amigo dos pequenos estudantes, que deixou a cadeira da universidade para ensinar, aposentado, na escola primária.

Permitam-me agora chamar vossa atenção para um outro assunto ainda, antes de terminar minhas palavras. Refiro-me ao *Diário*. Bem o conheceis, pois que durante todos os quatro anos do curso normal foi o diário escrito e lido, constituindo essa tarefa a praxe cotidiana.

Consagrado em uma moção especial no Seminário de Educação Rural, que o recomendava para o uso nas escolas normais, vejo o *Diário*, com satisfação inefável, espalhando-se pelas escolinhas rurais, através das páginas de tocante candura infantil. A leitura desses diários, que nos mandam as mestras, nos enche de alegria e de gratidão para todas as ex-alunas dos cursos rurais de professores que, o introduzindo em suas classes, deixam-nos assim penetrar nos seus novos ambientes escolares, e, de longe, assistir às atividades que ali se desenrolam, crivadas de dificuldades e privações, mas cheias, muitas delas, de verdadeiro heroísmo, onde a iniciativa e a boa cooperação tudo resolvem.

Vós a seguireis certamente, a tradição do diário, e de vossas escolas nos enviareis também o testemunho de vossa atuação refletida na linguagem infantil, espontânea e verídica. Nesses diários de vossos alunos encontraremos certamente aquele ar de parentesco que denota a linguagem da mesma família espiritual tendo-se originado em duas datas. Lembrar-nos-emos

de 19 de agosto de 1949 e de 30 de setembro de 1950 — datas em que nasceram dois Cursos Normais Regionais — melhor dizer, Escolas Normais Rurais — um na Fazenda do Rosário, o primogênito, outro em Conselheiro Mata, Município de Diamantina. Nessas datas abriram-se os livros dos diários que, até hoje, dia a dia, registram a vida e os acontecimentos, destacando os fatos mais importantes, os de alegria e de tristeza, os fatos engraçados e os fatos censuráveis... Assim, ambos os estabelecimentos estão acumulando o material — documentação real e autêntica para sua *História* — e, conseqüentemente, para o julgamento objetivo de seu valor como órgãos de formação de mestras rurais de Minas.

Nesta hora de despedida, com olhar dirigido para o futuro, da Escola Normal Rural que vos recebeu adolescentes e vos deixa em plena juventude sem atingirem ainda a maturidade, peço-vos que continueis fiéis aos ensinamentos recebidos. Levais daqui influências sólidas de vossos professores dedicados. Também de vossa diretora exigente, porque ambiciosa, para cada uma, metas mais altas. Mostrai agora o que valem os métodos aqui preconizados e a qualidade de mestras aqui formadas. De vossas escolas fazei viveiros férteis para vossos alunos; de vossos alunos, cooperadores unidos e diligentes. Olhai para vosso mister como serviço ao próximo, cheias de fé nos homens. Esses, educados por vós e abençoados, terão forças bastante para transfigurar a vida dos campos e o rosto dos seus habitantes. No meio deles, como dádiva preciosa dos céus, ireis trabalhar para um futuro mais próspero das zonas rurais e para o enobrecimento e a grandeza de vossa pátria.

Sede felizes.

Educação Rural — Década de 1960

O ROSÁRIO E SEU NASCIMENTO

Em 1939 terminava o curso primário e a primeira turma dos alunos do Instituto Pestalozzi. Sob a pressão da necessidade de assistir esses menores, que não se achavam em condições de continuar os estudos em outros estabelecimentos, nem de se empregar em ocupações profissionais, resolveu a Sociedade Pestalozzi adquirir uma propriedade rural e nela instalar uma escola-granja para menores desajustados e crianças excepcionais.

Associação beneficente, sem recursos financeiros, conseguiu levantar em poucos meses um modesto capital com donativos. Eram subscrições entre amigos e com a participação principal dos *Diários Associados*, cujo diretor, Dr. Assis Chateaubriand, remeteu 68 contos de réis, resultado de uma intensa campanha em benefício da Sociedade Pestalozzi, pelos jornais do Rio, de Minas e de outros Estados.

De posse de 120 contos de réis, quantia então de bastante importância, foi possível, após intensas procuras e viagens, comprar um sítio de quarenta alqueires nas imediações de Belo Horizonte, em Ibirité. Distante 26 km da capital mineira, servida pela rodovia de Oliveira (São Paulo, também), a dois km da Estação Ferroviária (EFCB), o sítio apresenta-se com muito boas qualidades: pitoresco, em clima salubre, a mais de 800 metros de altitude, com águas abundantes, as terras, embora cansadas, podendo ser restauradas por processos racionais da lavoura; foi este o sítio de modestos lavradores transformado em sede de uma obra social — a Fazenda do Rosário.

Hoje, após constantes aumentos e transformações, representa alguma coisa na experiência pedagógica do Brasil. Sua evolução tende, no entanto, no sentido de uma cidadezinha rural, em que escolas, granjas, empresas agrícolas, oficinas e fábricas de indústrias rurais, casa de repouso, posto de puericultura e saúde, cooperativa, clube recreativo, biblioteca, museu e

capela, edificados paulatinamente com o propósito de melhor servir o homem do campo, visam realmente um ideal: a formação de uma sociedade mais culta, mais próspera, mais harmoniosa e feliz.

Concentrando na mesma fazenda instituições para menores e adultos, escolas de grau elementar ao superior, estabelecimentos de ensino geral e especializado, agrícola, profissional e normal, a Fazenda do Rosário, com sua rede ramificada, oferecerá, no futuro, oportunidades pedagógicas para indivíduos de todas as idades e de todas as condições. Aproximando os seres da ampla escala de variações humanas, desde o idiota mais primitivo até o indivíduo altamente talentoso e bem-dotado, desde a criança perfeita até menores que sofrem de graves distúrbios psicomotores ou de perturbações mentais — formam todos eles um conjunto articulado de relações amistosas, prestando serviços mútuos como num lar, numa vasta “família”, irmanados e distinguindo-se dos forasteiros por um *Sui Generis* “quê” imponderável e inefável, e que se costuma apelidar de rosariano. Longe do pensamento dos fundadores da Fazenda do Rosário qualquer idéia de criar um grupo segregado, entre muros fechados, de uma torre de marfim.

Bem pelo contrário, com os portões abertos a todas as pessoas de boa vontade, acolhe a Fazenda do Rosário, na medida de suas possibilidades, todos os que dela necessitam e também todos aqueles que possam auxiliar a desenvolver o infinito potencial de obras úteis à sociedade e de idéias dignas de uma humanidade civilizada.

AS DIPLOMANDAS

Helena Antipoff

A escola civiliza o homem, oferecendo-lhe ambientes novos e formando nele novos hábitos de vida em sociedade. A escola humaniza, despertando a consciência, e leva o homem a formas superiores de pensamento e de sentimentos. Como instrumento de nacionalização, a escola pública delinea a área física e moral de sua pátria e, unindo os indivíduos em grupos cada vez maiores, dita ao povo seus direitos e deveres de cidadão.

Guardiã da tradição e estimuladora do progresso, a escola mantém o equilíbrio entre os dois pólos vitais: conservando o passado e construindo o futuro.

No célebre serão ateniense, jurava a mocidade da Grécia antiga fidelidade à sua pátria: *Transmitirei aos meus descendentes a minha Pátria, nunca menor e sempre melhor do que a que me foi legada.*

Conservar o legado significa para a escola rural moderna um dos seus maiores objetivos, de suprema relevância para o País. Justamente porque não houve ainda em zonas rurais brasileiras escolas sob sua medida e que lhe convenha, tampouco seu povo foi educado a usufruir da terra sem comprometer sua integridade, seu capital.

Bem sabeis, mestras, meninas ainda, como foram maltratadas as reservas naturais, pelas gerações, nesses pouco mais de dois séculos de sua soberania. Nos tempos do império, e com maior intensidade durante a República, com a crescente exploração industrial, foram barbaramente devastadas suas florestas, ressequidos os cursos d'água, reduzidas terras férteis a campos — magras pastagens — ou desertos.

Apenas movido pelo instinto, o homem explorava a terra para o presente seu, sem cogitar do futuro. Esbanjando as ri-

quezas sem prever sequer a miséria para gerações vindouras, o insensato agia na ignorância do dano que causava à sua pátria.

A conservação do solo não é apenas problema brasileiro. A humanidade quase inteira padece dos erros cometidos pelos antepassados. Quer na América, quer nos demais continentes e mesmo nos países europeus, o desgaste das reservas naturais e a erosão do solo atingem tamanhas proporções que essas *endemias agrárias* puseram o mundo em pânico. Hoje, graças às escolas e à pesquisa científica, os povos adiantados tentam se proteger estudando o fenômeno e seus remédios, promovendo congressos, instalando laboratórios, lançando campanhas, publicações, organizando exposições e museus, reunindo uma documentação das mais impressionantes sobre o empobrecimento do solo, a ponto de constituir um verdadeiro SOS para o universo. *“O homem literalmente arasou o planeta. Sua obra devastadora exerce-se em prejuízo de tudo que o cerca, a começar pela flora e fauna. Verificou-se que para destruir uma camada de solo de 20cm de espessura pelo efeito natural das águas a natureza levaria... 174.000 anos, ao passo que, deixado o solo em pastos ou trabalhos pelos processos rotineiros da cultura de milho, essa destruição se realiza em 15 anos apenas! Daí as conseqüências dramáticas das quais a fome progressiva que atinge sempre maiores massas da população não é a única.”*

Segundo o depoimento do presidente da União Internacional Pró-Proteção da Natureza, desapareceram durante os dois últimos milênios cento e dez espécies de mamíferos e outras seiscentas acham-se em vias de completa extinção. No Brasil, deveis saber que desapareceram e continuam a se extinguir tribos inteiras de índios.

Frisando o lado moral, afirma o naturalista: “a destruição voluntária de uma relíquia viva, a supressão de uma espécie qualquer, na medida em que ela comprometa a sobrevivência mesma de tais espécies, no plano filosófico e científico, é tão grave como o homicídio é tão irreparável como a dilaceração de uma tela de Rafael. Ela esgota para sempre uma parte da natureza terrestre, isto é, um pedaço do passado.”

À voz objetiva da ciência podemos juntar o imperativo religioso, encontrando-o na *Declaração dos Princípios*, elaborada pela Conferência Nacional Católica dos Estados Unidos e subscrita pelos líderes agrários de outras religiões daquele país. Em 1953, aderiram ao manifesto também os sacerdotes brasileiros, reunidos então na Universidade Rural do Rio de Janeiro (km 47).

Diz o manifesto: "O direito da propriedade da terra é de um tipo muito especial. A sua posse não dá direito absoluto de uso e abuso, nem isenta de responsabilidades sociais. Constitui de fato uma administração e implica conservação e uso da terra que possibilite a seu proprietário desenvolver sua própria personalidade, manter o padrão de vida necessário para sua família e cumprir as obrigações sociais."

Não foi outro o sentido da patriótica campanha de Alberto Torres, que já por volta de 1912 a lançava fundamentada no que chamou de *Princípio Jurídico da Humanidade Culta*. A civilização — escrevia ele, tem o dever de conservar as riquezas inexploradas da Terra, reservas destinadas às gerações futuras, e de defender as que estão em produção contra a exploração imprevidente.

Cabe a vós, mestras rurais, zelar pela Terra, mãe protetora e nutriz do gênero humano, educar vossos alunos no amor, no zelo e na ciência de tudo que lhe diz respeito, seu uso e aproveitamento de suas riquezas.

Não mais poderá haver desculpas para nossas gerações se abusarmos dos bens terrestres, pois que a escola, esclarecida pelas ciências e orientada pelos princípios filosóficos, é investida da responsabilidade de transformar a mentalidade do homem do campo: substituir a sua atuação instintiva, egoísta, devastadora e desordenada para com a terra em trabalho consciente, social, organizado e construtivo.

Não poderia ser maior o mérito da escola rural se conseguir em todos os seus alunos rurícolas despertar a consciência para com a terra e inculcar os demais hábitos e atitudes com ela relacionados. Ao tentar o confronto entre os objetivos da escola urbana e os da escola rural, creio que num ponto encontraremos algo de substancial que as diferencia: ambas formam a criança para sua missão humana e de cidadão; mas o dever específico da escola rural é o de preparar cada um dos alunos para a alta função de *guardião do tesouro terrestre*, de *zelador do solo*. Amoroso e diligente a uma vez, o homem rural, instruído e educado, saberá usar de suas riquezas sem desperdício e devastação, garantindo assim uma indispensável herança de bens naturais às gerações vindouras.

Vejamos um outro ponto para a comparação: tenho para mim que na escola rural o aluno necessita mais do que na urbana da educação científica. Somente com o auxílio da ciência será ele capaz de resolver muitos dos problemas da vida prá-

tica relacionados com a agricultura, a criação, indústrias rurais, com o abastecimento d'água, etc. O mesmo, quanto à criação em seu clube agrícola escolar, ou dentro da faina doméstica, onde o pequeno rurícola inicia cedo sua ajuda. Assim, para levar o aluno a buscar soluções na ciência, é mister que a escola oriente seu espírito, naturalmente curioso, a observar, indagar, raciocinar e, também, fazer uso das mãos, porque o "cientista" pensa também com as mãos, experimentando, operando...

Já foi dito, e muitas vezes com razão, que a escola mata o espírito: indiferente à realidade rotineira, atrofia a curiosidade infantil; faz amolecer o corpo e paralisa a mão instrumental do *homo faber*. E por quê? Porque supervaloriza o *Verbo*, a linguagem, em detrimento das habilidades sensório-motoras e da inteligência prática.

Esta preferência pelo aspecto verbal do ensino é certamente mais prejudicial na escola rural que na urbana. A palavra é traiçoeira: ela resolve magicamente as dificuldades, mascarando-as apenas. Enquanto na demonstração prática, quando o mestre deixa de atender a algum elemento significativo ou trata-o de maneira leviana — o fracasso não tarda a evidenciar as falhas.

Opondo a função científica (planta exótica ainda por aqui) à tendência literária — tão de nosso agrado — julgo ser esta mais uma filha da tradição e do constante exercício, favorecida injustamente pela escola, que de provir de um fundo inerente ao povo. É tempo de a escola restabelecer o equilíbrio entre as duas funções e compensar, com redobrado esforço, o treino do aspecto científico na zona rural, sobretudo onde o campônio espera ser instruído para se sair vitorioso, na dura luta pela vida.

Por isso, caríssimas diplomandas — mestres rurais — reservai em vossas escolas um cantinho para o *Laboratório Dr. Henrique Marques Lisboa*. É lá que os alunos terão o ensejo de repetir as "experiências" — palavra tão familiar a todos os que tiveram a ventura de ser discípulo do mestre predileto, como é o vosso caso, do venerável professor universitário, discípulo, ele mesmo, do outro sábio e benfeitor — o grande Osvaldo Cruz — para levar a nobre linhagem às mais humildes e longínquas escolinhas rurais. Aclimatadas nesses novos ambientes, por vosso intermédio os laboratórios-mirins Marques Lisboa torna-se-ão, não duvido, viveiros das vocações científicas entre meninos da roça.

Somente a educação — sistema organizado de influência sobre as novas gerações — num clima de respeito e de amor, poderá transfigurar a existência do homem rural e mudar sua vida onde campeia hoje a miséria. Somente por intermédio da escola poderá o homem livrar-se dos males que ferem seu corpo; somente com seu auxílio emancipar-se-á do tremendo sentimento de inferioridade que amarra sua vontade, atrofia sua ambição de ser alguém, de produzir mais e de ver seus filhos subirem na escala de valores morais, sonhando com um futuro realmente melhor.

(Extraído do discurso com que Helena Antipoff parafinou a 4.ª Turma de Professoras do Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo, na Fazenda do Rosário).

CORPORAÇÃO ARTESANAL DA SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRASIL

DOS OBJETIVOS

Visa a Corporação Artesanal da SPB o incentivo às artes populares e indústrias caseiras no Brasil e a criação de Museus de Arte Popular.

Destina-se a prestar serviços econômicos, pelo trabalho dirigido a pessoas que, por circunstâncias diversas, não possam se valer de formas comuns do trabalho profissional lucrativo.

Em continuação à obra de Oficinas Pedagógicas, instituídas na SPB desde 1945 para adolescentes desajustados, deficientes mentais e outros, a C. Art. visa muito esses grupos, já agora crescidos, em idade adulta, e que não podem freqüentar as Oficinas Pedagógicas;

A C. Art. atenderia ainda aos indivíduos que, padecendo de distúrbios motores, se achem impossibilitados de se locomover e manter regular freqüência ao trabalho; assim como pessoas que habitam bairros por demais afastados das oficinas para freqüentá-las diariamente;

Seriam beneficiados com os serviços da C. Art. pessoas responsáveis pelas crianças menores ou excepcionais, como as mães de família que, necessitando de trabalhos de ganha-pão, não poderiam, sem prejuízo para a educação dos filhos, deixar os domicílios para atender às exigências das empresas profissionais comuns.

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A C. Art. da SPB será organizada nos moldes de uma cooperativa de consumo e de produção e orientará os artesãos. Os artesãos inscrever-se-ão como membros da SPB e requererão a sua admissão numa das corporações artesanais que se constituírem paulatinamente, na medida da procura do trabalho, das possibilidades do mercado e das condições materiais de sua execução.

A C. Art. da SPB constituirá um capital inicial, necessário à aquisição de maquinário, ferramentas e de material e uma verba para a remuneração inicial dos mestres.

Com o desenvolvimento da C. Art. os mestres passarão a ter uma percentagem de lucro auferido.

Cabe aos mestres a elaboração de modelos, o preparo dos artesãos, a distribuição dos materiais, controle dos trabalhos produzidos, assim como a sua colocação no mercado. Deverão os mestres esforçar-se para que cada corporação produza artigos de melhor qualidade, originalidade e aceitação na praça.

A fim de facilitar o escoamento dos estoques, as C. Art. organizarão periodicamente, duas vezes ao ano, no mínimo, as feiras nas sedes das corporações, ou em local mais conveniente. As feiras serão preparadas por uma ampla propaganda, acompanhadas de sessões demonstrativas de trabalho, distribuição de prêmios aos melhores trabalhos e mais habilidosos artesãos.

Os artesãos assim distinguidos poderiam passar à qualidade de submestres ou mestres, esse último grau após a apresentação de "obras-primas", de qualidade superior, espécie de "chefs d'oeuvre". Deverão demonstrar, ainda, qualidade técnica, idoneidade moral, como membros dignos da corporação de que participam. Assim, visa a C. Art. da SPB a formação de trabalhadores competentes e íntegros, capazes de elevar o trabalho produtivo a níveis superiores e auferir lucros honestos, beneficiando tanto a coletividade quanto o indivíduo.

DOS ARTESANATOS

Pode prever-se a organização dos seguintes artesanatos:

- 1 — Trabalhos de madeira
- 2 — Tecelagem
- 3 — Trabalhos com fibras vegetais
- 4 — Trabalhos com papel e cartolina
- 5 — Trabalhos de couro
- 6 — Trabalhos gráficos e de encadernação
- 7 — Trabalhos de fio e folha
- 8 — Acessórios para Teatro de Bonecos
- 9 — Brinquedos de pano
- 10 — Cerâmica

Haverá duas fases de trabalho para cada artesanato: a fase de instalação e de preparo de artesãos e a fase de produção de artigos artesanais.

O preparo será dado na sede da corporação ou no domicílio do candidato, em caso de não poderem os candidatos frequentar a sede.

A fase preparatória do artesão terá duração variável, condizente com as capacidades individuais do candidato, verificadas pelos resultados obtidos em provas práticas pelos responsáveis, mestres das respectivas corporações.

Para cada tipo de trabalho, ou para confecção de cada artigo, o candidato pagará uma taxa na medida de suas posses. Serão isentas dessas taxas pessoas indigentes, descontando-se na produção posterior a taxa mínima de aprendizagem, no prazo conveniente para esses.

Aos candidatos serão distribuídos:

- a) modelos dos artigos a confeccionar;
- b) material.

O instrumentário e as ferramentas serão adquiridos pelos candidatos com os próprios recursos onde julgarem melhor. Poderão ser adquiridos na própria corporação as ferramentas disponíveis.

Os candidatos indigentes poderão receber a ferramenta por empréstimo e mediante o compromisso de devolvê-la em prazos convencionais.

Poderão ainda ser adquiridas as ferramentas na corporação, mediante pagamentos parcelados, comprometendo-se os interessados à regularidade dos pagamentos estipulados.

O material para a confecção dos artigos será fornecido pela corporação mediante o compromisso de utilizá-lo segundo os moldes e processos indicados, com o compromisso de entregar os artigos em prazos definidos.

DA VENDA E RETRIBUIÇÃO

Os artigos confeccionados serão postos à venda pela corporação onde julgar mais conveniente. O lucro global, descontado o preço do material, será dividido, entre o artesão e a corporação na proporção de 80 e 20%, respectivamente.

Exemplo: um boneco de pano, vendido a Cr\$ 15,00, que tivesse consumido Cr\$ 5,00 de material, dará Cr\$ 8,00 de lucro ao artesão e Cr\$ 2,00 à corporação.

Para alguns artigos, de menor ou maior participação do artesão, os lucros poderão ser aumentados ou diminuídos para esse.

Nota — O artesão não poderá vender o artigo sem uma autorização e um entendimento prévio desse com a corporação.

GRANJA ESCOLAR

(PLANEJAMENTO ESTRUTURADO POR HELENA ANTIPOFF
EM 12-06-62)

A — Constituir um Grupo de Estudos e de Ação Pró-Granja Escolar

Recomendações: Acompanhar a filosofia que presidiu a criação da Granja Escolar, isto é:

a) Manter na zona rural um organismo de sentido polivalente: Ser um Lar — Uma Escola — Um Centro Pedagógico — Um Centro Social, dentro de uma Granja em Produção.

É uma tentativa de atrair para a obra educacional a colaboração das classes produtoras e demais entidades econômicas e culturais do País, não-governamentais, interessando-se pelo levantamento das zonas rurais, pela valorização das populações rurais, para o equilíbrio e a prosperidade sócio-econômica do País;

b) Constituir um grupo de contribuintes para o desenvolvimento de uma granja, em seu equipamento, e melhoramentos materiais de produção. Para isso, dirigir uma carta circular e aberta aos jornais, noticiário, rádio, TV, cinema, palestras, reunindo os interessados em uma iniciativa como essa;

c) Fazer uma lista dessas instituições;

d) Procurar nas Prefeituras, Associações Rurais, Sociedade de Agricultura, Serviço Social Rural, Sociedade das Senhoras dos Agrônomos de MG, Moinhos de Trigo, Moinhos de Fubá, Moinhos de Beneficiamento de Carços de Algodão etc... o patrocínio dessas instituições para fornecer bolsas de estudos aos participantes da Granja Escolar, visando a manutenção do maior número possível de alunos-granjistas;

e) Solicitar uma taxa de contribuição para o Fundo Financeiro da Granja Escolar aos pais dos menores, mais remediados, ao invés de pagar pelo filho.

Este fundo servirá não só à manutenção dos bolsistas, mas também para aumentar e criar novas granjas escolares no Município e no País;

f) Criar-se-á a Cooperativa das Granjas Escolares, com a possibilidade de receber sócios cooperadores para manter alunos-granjistas e também para usufruir as vantagens de conseguir abatimento em produtos agropecuários de boa qualidade, mudas vegetais, pintos de um dia, ovos de raça, vasos ornamentais etc...

B — Constituir a Associação Auxiliar de Granjistas Escolares

C — Recrutamento dos Granjistas

D — Dirigir aos agrupamentos escolares o Manifesto Sobre as Granjas Escolares, ou melhor ainda, aproveitar-se da presença na Capital de um certo número de Inspectores Seccionais, reunindo-os, antes ou depois da aplicação das provas do concurso de regentes escolares — em torno da Semana da Pátria — Set. — 7-13 — provavelmente.

Dar a cada uma das zonas, pelos agrupamentos, chances de mandar para o ISER seus candidatos — estabelecer o critério do recrutamento — características físicas, mentais, inteligência, aptidões especiais, capacidades inventivas artísticas, sociais, cívicas, morais, espirituais — o que há de melhor no corpo são e na linhagem reta.

Favorecer a matrícula aos filhos de professores rurais, dando, com isso, uma regalia a essa classe desprotegida de servidores, de tão grande importância, no entanto, no País “essencialmente agrícola”.

Filhos de fazendeiros, lavradores e sitiantes que ainda continuam no campo ou que deram aos filhos meios de ser “alguém” — eles mesmos trabalhando no campo e recebendo seus filhos nas férias nas fazendas para ajudarem na manutenção da família.

Filhos de técnicos agrícolas e capatazes rurais — também com intuito de valorizar a profissão.

Dar ao aspecto familiar e, quiçá, hereditário, um certo valor na seleção dos candidatos para estimular nas famílias um padrão familiar de maior dignidade — visto que só assim poderão contar também com as matrículas nas Granjas Escolares (caso essas se espalhem no Estado). Para “bons pais” — isso, de algum modo, pode servir de estímulo a uma conduta melhor, de compostura moral — visto que ela terá alguma repercussão direta, real em benefício dos filhos bem-dotados.

Elaborar a ficha dos candidatos granjistas. Multiplicar e distribuir aos agrupamentos, de modo que já cheguem às nossas mãos fichas preenchidas por intermédio dos Inspectores Seccionais e sejam discutidos os "casos" — a serem incluídos entre primeiros candidatos e a serem submetidos às provas de seleção em 15 de setembro de 1962.

Garante-se aos jovens o curso de admissão (sem garantir o êxito e entrada no ginásio em 1963. Mas, provavelmente, garante-se a entrada no 1.º ano ginásial em 1964, após dois anos do curso complementar agrícola, na Granja.

REGIME DO ALUNO GRANJISTA

Autonomia: no trabalho, nas atividades sociais e criativas e seu grau de participação nos estudos.

Como dar ao grupo de adolescentes maior dose de participação no seu próprio desenvolvimento?

Problema grave, acarretando distúrbios estudantis de sérias repercussões no regime de vida política — greves estudantis, interrupção de estudos universitários e instabilidade tumultuosa de um longo período — 1962 — tudo isso leva o ISER a se preocupar seriamente com o problema do regime disciplinar e da autonomia do corpo discente nas Granjas Escolares.

Problema tanto mais grave quando se trata de grupos de adolescentes bem-dotados, selecionados objetivamente pelos seus méritos pessoais, de inteligência, de aptidões e de caráter (de ação, de conduta).

Como deve ser tratado esse grupo selecionado de jovens cheios de energia e de ímpetos ainda imaturos?

Quais devem ser as atitudes dos educadores que lhes serão destinadas?

Quais os educadores que deverão ser escolhidos? Que deve representar esse grupo de adultos com relação ao grupo de educandos? Vejamos, entre atitudes possíveis, as mais indicadas: serão as do Magister Dixit, ou ainda:

- 1 — Sacerdotal — suscitando reações de Apostos.
- 2 — Paternal — Maternal — de Avós — Tios — Filhos — Sobrinhos — Irmãos Menores por afinidade afetiva.
- 3 — Fraternal — Irmão mais velho...
- 4 — Conselheiro de ...aconselhado.
- 5 — Companheiro — líder juvenil, democrático, conscientemente e democraticamente eleito.

6 — Mestre que se impõe pelas qualidades pessoais e pelo preparo, competência, experiência e vocação. Aquele que, como adulto, saberá agir sempre em harmonia consigo e com o grupo juvenil e ainda com a situação concreta, real ao mesmo tempo, respeitando a lei que ele e o grupo têm elaborado ou admitido como tal.

Lei para o estabelecimento. Para todos os seus componentes, diferenciando-se talvez certas situações (não regalias) que asseguram ao adulto seus direitos quando se acha em função de educador, previstos nessa mesma lei. De presidente da Granja Escolar? Que é, entre os mestres — escolhido pelo corpo docente e discente, num desejo comum de ter à testa da Granja pessoa mais digna, melhor entre os que ali trabalham.

Será o Educador — Mestre — Sacerdote — Conselheiro — Líder — Amigo de todos (Pestalozzi) — Juiz (Salomão) — o Sábio (Sócrates) — que ajudará a produzir o pensamento em sua boa forma (parteiro que ajuda a nascer) e artista que espontaneamente descobre novas formas de expressão, e o cientista — que espontaneamente — com seu trabalho de pesquisador perseverante e amante da verdade (experimentada, testemunhada pelos fatos e provas as mais exigentes e pelos examinadores os mais sagazes e competentes, acreditados em escolas e empresas de elevado padrão científico e técnico). Enfim, a Granja Escolar terá que se utilizar das conquistas culturais e técnicas, bem como, no plano social, das conquistas democráticas e de justiça social para constituir no grupo de educadores — e de educandos — o binômio educacional mais equilibrado e harmonioso para melhor e maior produção cultural e econômica possível. Respeito à pessoa humana — de qualquer idade que seja (lembrar as reivindicações de J. J. Rousseau para o nenê que chora de raiva, porque ferido em seu sentimento de justiça — Emílio, Livro... P.).

A Granja Escolar será a instituição que terá que resolver este problema de relações humanas, entre as gerações — os novos (ainda imaturos) e os adultos (nem sempre, infelizmente, educadores de verdade, porque nem sempre homens amadurecidos). Dar grande empenho a fazer compreender ao educador seus direitos mas também suas obrigações — perante os jovens. Ele, o educador, com força física individual maior em geral que os educandos, com seus conhecimentos (que devem ser maiores) e com o seu prestígio e atribuições — que o colocam em situação privilegiada e aureolada perante o aluno, sem direitos cívicos, sem força física (a não ser coletiva, quando os alunos se juntam para dar uma "surra" ao mau educador, como tem acontecido nos estabelecimentos de menores (vi na França, em 1953) ou que se valem

de alguns privilégios de estudantes para, por meio de greves — ou sem privilégios legais — fazer o “enterro” e submeter a outros vexames seus “maus pastores”, maus professores e indignos educadores.

A situação deve ser seriamente encarada, por se tratar de grupos de alunos bem-dotados, mais inteligentes, provavelmente, em seu conjunto, que o grupo de professores mais ou menos comuns (a não ser que a seleção seja também extremamente rigorosa, quanto à inteligência e demais qualidades exigidas dos alunos). De qualquer modo os bem-dotados, via de regra, possuem um sistema nervoso mais diferenciado. Nada seria interessante escolher entre os bem-dotados apenas adolescentes de índole passiva, os obedientes e “bonzinhos”. Com esses elementos não se poderá fazer muita coisa, nem se chegará à solução dos problemas educacionais posteriores — tais como preparar líderes para situações arriscadas e postos de grande responsabilidade. Somente indivíduos que passaram pelas tentações, que viveram de perto os pecados, que sentiram em seu próprio corpo os demônios, aos quais pouco a pouco chegaram a dar o lugar que merecem, somente esses vencedores de si mesmos e os capazes de “bons erros” é que serão homens mais completos e experimentados para a vida. A aprendizagem ética e a formação da conduta social não se conseguem fazer sem lutas e sem que, precisamente, o David possa ensaiar suas forças vencedoras do mais forte, em aparência — não no íntimo, possuindo uma espécie de energia de qualidade insuperável, porém aparentemente mais fraca (Claparède).

Pois bem, na seleção dos candidatos como na manutenção dos alunos-granjistas haverá problemas a enfrentar quanto às qualidades e aptidões de um lado, das atitudes e condutas, do outro. A que ponto poder-se-ão tolerar deslizes, fraquezas, infrações, atos reprováveis pelos companheiros, como pelos educadores e mestres? Sabe-se que o Tribunal dos Jovens, nos estabelecimentos sob regime de autonomia do corpo discente — é, via de regra, mais severo e intolerante que o dos adultos — docentes e auxiliares. No regime de autonomia dos alunos por mais das vezes os vereditos vão até crueldade e a falta de piedade para com o infrator, o desleal, o delinqüente.

O adulto geralmente funciona como mediador e advogado do réu. Aliás, é mais simpática a sua atuação que se for a situação oposta. O professor, mestre, educador, guarda mesmo, vigilante, inspetor — todos esses representantes da autoridade em estabelecimentos para menores — apesar de seu pouco preparo e, não rara vezes, má orientação pedagógica (a não ser que se trate

de crápulas evidentes e criminosos disfarçados em pedagogos). Em última análise o adulto, por ter sido adolescente, deve ser mais compreensivo que os colegas adolescentes.

Não me parece difícil de introduzir (a começar a experiência em nossos cursos de adultos, de auxiliares e de inspetores municipais) essa política de self-government, uma vez que seja organizado o trabalho em grupos, a atividade por equipes, a vida em núcleos.

Os preceitos de escotismo e outras experiências já podem nos orientar na maneira de se iniciarem tais modos de se dirigir e de viver em regime de bastante ampla autonomia dos alunos. As Repúblicas Juvenis de George Town devem ser por nós melhor estudadas e dessa longa experiência norte-americana devemos tirar maior proveito para o futuro, quando toda a Fazenda do Rosário poderia ser entregue aos jovens para viverem melhor e mais perfeitamente organizados em coletividade póstera. A arte de viver é a arte de se governar — como toda arte deve ser aprendida, praticada ludicamente, nos primeiros níveis de idade, para prosseguir na sua aprendizagem prática e teoricamente de maneira muito séria, com profundo sentimento da utilidade dessa arte e com não menos profunda compreensão de que esta arte, passível de aprendizagem e de aperfeiçoamento, exige longos anos de preparação, de pesquisas, de experimentação — para uma realização satisfatória, isto é: viver individual e socialmente. Para viver melhor, em cada nova geração, não somente de vidas biológicas, mas de vidas escolares, em turmas de progressivas formaturas de cada escola e estabelecimentos educacionais. Educar sempre melhor, com resultados sensivelmente superiores a cada nova formatura. Isso seria uma interessantíssima tentativa de dar a todas as nossas instituições da Fazenda do Rosário esta senha — sempre melhor.

Naturalmente precisariam de critérios bem objetivos e também de tempo para comprovação de que na vida são melhores os resultados com cidadãos melhor ajustados e preparados, cada um, para sua missão, sua profissão, realizando bem sua vocação e seu destino humano.

Creio que a vida em grupos, com responsabilidade pessoal e coletiva (ver o regime das granjinhas) seria um fator dinâmico na educação dos jovens. Já li em algum trabalho que as experiências francesas, em Casas de Menores, não podiam tanto se valer desse fator, pois que os grupos, via de regra, não se mantinham suficientemente unificados e isolados. Ao contrário, agrupado para uma atividade, o grupo se desmanchava para formar outros agrupamentos em outras atividades — trabalhando juntos e com

sentimento da coesão coletiva não dava certeza de que eram também os mesmos que iriam formar a unidade para disputar algum projeto no setor esportivo ou artístico.

De qualquer modo, é um dos problemas para educadores resolverem — em que medida pode ser baseado o trabalho de grupos — para diversas atividades e setores da vida de um estabelecimento de ensino médio, com internato, em zonas rurais. Desde já pode se pensar em pelo menos seus tríplexes aspectos: estudos — serviços e atividades no campo, atividades esportivas e passatempos recreativos — e internato (agrupamento no dormitório e na vida doméstica). Pode haver múltiplas manifestações dessas aglutinações e que serão talvez tanto mais numerosas e variáveis quanto mais complexa a personalidade e menos rígidos os traços de caráter. É possível que nesses assuntos encontrar-se-iam situações imprevistas e que apresentarão verdadeiros problemas para o educador. Não se esquecendo que é a idade das afinidades afetivas, de atração intensa intrassexual, época de “amigos únicos” e de ciúmes pronunciados e freqüentes; haverá todo um estudo a fazer para tornarem-se conscientes essas relações humanas para a orientação mais acertada do adolescente nessa sua evolução para futuros encontros e afinidades entre e com elementos do outro sexo.

Uma psicologia do adolescente bem ministrada por um educador estudioso também levaria a Granja Escolar a um importante centro de pesquisas juvenis, de quase um laboratório de psicologia da juventude rural de nosso tempo. (Incluir num dos próximos assuntos de pesquisa psicológica e social). Os esclarecimentos oportunos não deixarão de sanear a atmosfera geralmente um tanto carregada e turva de todas as espécies de gases e fluidos que se dão curso nessa época da formação juvenil. Assim seriam prevenidos e encaminhados para situações dinâmicas, produções artísticas, construções e demais formas de vida que absorveriam os instintos, dando-lhes aplicações objetivas e socialmente aceitáveis.

Formação Religiosa — Evidente que sob esse ponto de vista deve haver a mais absoluta liberdade de consciência para permitir a expansão natural e sincera das aspirações espirituais. No entanto, deve haver, provavelmente, a educação do espírito no sentido de levá-lo à descoberta do divino na natureza humana, já em contato com os mistérios da natureza, já em participar da maravilhosa inteligência, reconhecendo-a, desde os primórdios da vida civilizada, quando era tudo para descobrir — até os nossos dias, de superdescobertas e da pura relatividade, sem apoio material, sem realidade, mas levando a solucionar a maior parte dos problemas materiais das réalias cotidianas.

Também creio que os exercícios espirituais do Santo Ignacio não devem ser omissos das práticas espirituais, como da própria oração que tanto favorece o pensamento e sua capacidade de se aprofundar, graças à prática e ao uso cotidiano e repetido da oração — ver a esse respeito as páginas de Alex Carrell e dos pensadores cristãos. Provavelmente que voltarão ao catolicismo ortodoxo e ao cristianismo mais puro, depois de terem conhecido outras religiões e penetrado em suas filosofias e aberrações, seus credos e ilusões. Penso assim, pois a liberdade do credo é que determina para os povos, as famílias e os indivíduos aquilo que se vê e se lê nas estatísticas mundiais quanto às religiões e suas respectivas incidências em diversas partes do mundo, entre raças e nações, bem como nas classes sociais de nossos dias. Todas as extravagâncias do espírito podem ser evidenciadas nessas aspirações e fugas do comum. No entanto, existem fortes condensações em torno das religiões dominantes que respondem às massas de indivíduos e famílias comuns, normais, espiritualmente híidas.

PORTARIA instituindo a Granja-Escolar piloto em anexo ao ISER.

Verificar se o Dr. José Faria apóia oficialmente a tentativa...

Senão, far-se-á, a título de experiência, com o Governo Federal, com o INEP ou o SSR, ou ainda com a FAREM.

Iniciar o ensino paralelo ao do SENAI e ao do SENAC, continuado nas escolas de grau médio e superior.

Fazer a experiência, de qualquer modo, primeiro com adolescentes bem-dotados do meio rural, com cerca de 40 alunos, inicialmente entre internos e semi-internos, muito bem-dotados. Ali poder-se-á fazer uma boa seleção, justa, atendendo ao mérito pessoal e à vocação.

ESTUDO DO ORÇAMENTO PARA 1962 — 1963

Estrutura educacional — Finalidade — Objetivos — Filosofia — Métodos — Meios Ambientes — Pessoal Auxiliar.

Educação integral do adolescente bem-dotado do meio rural — em seu ambiente natural, do campo, mas melhorado em todas as suas condições de vida, de trabalho e de bem-estar social.

Dentro da coletividade cristã e no regime democrático de relações humanas que obedece aos critérios de justiça distributiva e de equidade, desenvolvendo-se fortemente e sob múltiplos aspectos o cooperativismo criador de sentido comunitário, sempre que possível, porém com o cultivo de recursos naturais e de

talentos individuais, ao BEM-DOTADO dar-se-á o sentido de sua utilidade para com a comunidade e a obrigação íntima de dom de si aos outros — porque recebeu da comunidade muito — e de sua superioridade, pela “graça de Deus”, porém com o esforço próprio. Portanto, do mérito pessoal: esforço, tenacidade, sacrifício do fútil e passageiro em prol do mais sério e mais digno — vitória de DAVID sobre GOLIAT — a obrigação moral de não desperdiçar os dons e recursos inatos, herdados...

Naturalmente, essas atitudes devem ser cultivadas paulatinamente sem precipitação, na medida da maturação intelectual, social e ética, e dentro da vida individual as funções se estabilizam pouco a pouco, ajustando-se o indivíduo às solicitações intempestivas do organismo em formação intensiva para a idade adulta. Vida digna sem ascetismo exagerado que poderia, em alguns casos, ser prejudicial, quer pela ação prematura de equilíbrio não atingido ainda, quer pelo sentimento exagerado de culposidade, criadora de nevrose e de fraqueza psíquica.

A *Política financeira e administrativa* não só tem em vista assegurar o desenvolvimento econômico e cultural do empreendimento como também dar-lhe garantias de sua sobrevivência e possibilidade de se transformar numa organização de estímulo para os meios educacionais e as escolas de ensino médio.

Cada aluno-granjista — desde seus primeiros passos na Granja (uma vez feito o seu engajamento, como granjista, para dois anos do serviço-curso) — constituir-se-á o cooperador da Granja. Quer dizer que seu serviço será contabilizado e ele saberá a cada momento o que representa a sua folha do Livro-Caixa. Todo o seu trabalho — quer cultural, quer manual e produtivo, material ou epiritualmente falando, poderá, provavelmente, ser avaliado e destarte o granjista poderá ele mesmo ajuizar sobre seu valor. Serão valorizados tanto seus trabalhos escolares como de horta, das oficinas, de eletricidade, de pintor ou artista — tocando violão ou a sanfona. Enfim, a tentativa que tivemos de avaliar o trabalho dos primeiros meninos da Fazenda — será nessa nova tentativa — bastante desenvolvida, graças à maior participação dos próprios alunos, pois melhor dotados e com maiores possibilidades de se aplicar a ciência e a arte contábil, bem como melhores possibilidades de ajuizar sobre a qualidade dos trabalhos variados que vai realizar.

Isso, talvez, daria também um impulso no saneamento do problema do salário, e daria um passo “escolar” no setor de “justiça social” — dando ao trabalho produtor, de um trabalhador braçal inteligente e talentoso, meios de ser apreciado e grandemente prestigiado. — Aliás, hoje em dia o trabalho de um bom

carpinteiro ou mecânico vale ouro e esses ofícios se tornam cada vez, no Brasil, mais valorizados.

NB: Proceder imediatamente à confecção do orçamento para 32 alunos granjistas. Em cada dormitório 6 camas simples e 5 beliches-duplos, ou 8 simples e 4 duplos — verificar as vantagens.

Fazer o plano das compras — imediatamente (os preços estão subindo) e proceder à aquisição, após a colheita de preços em três casas comerciais, pelo menos. Verificar se não seria conveniente ter um bom mestre marceneiro para fabricação dos móveis, uma vez comprado o mobiliário, estritamente necessário para o primeiro grupo de alunos-granjistas e educadores.

GRANJA ESCOLAR — 19 DE NOVEMBRO DE 1962

Os primeiros 6 (seis) candidatos poderão constituir o primeiro grupo ou equipe de alunos, à qual poderia incorporar mais dois novatos e assim perfazer o número, mais recomendado, de 8 (oito) elementos — (Ver considerações a respeito da “patrulha” no sistema badeiniano de escotismo).

Ainda, inscritos no Curso Complementar industrial, e em entendimento com a diretora técnica do mesmo, D. Elza Kriemilda Abrantes Motta, os 6 candidatos à Granja Escolar passarão o fim do ano letivo na parte agrícola, sob a supervisão do ISER, na parte das atividades agrícolas — com 2 horas de aulas e exercícios práticos, entre 7 e 9 horas.

As 9 horas tomarão banho e, em seguida, terão uma hora de estudos — preparo de lições complementares. Às 10h30min. almoçarão no ISER, com a primeira turma do almoço.

As 12 horas irão para o Curso Complementar, no Artesanato, onde submeter-se-ão ao regime escolar de 2.º turno.

Para realizar essa mudança de horário e serviços é mister que seja organizado o trabalho, a fim de se evitar — com a primeira turma — erros educativos e conseqüentes dificuldades de disciplina.

Talvez não seja a boa solução, esta de modificar o plano iniciado (no Curso Complementar), tirando os alunos, nos últimos 10 dias, antes das provas às quais o complementar deverá submeter seus alunos. Não seria melhor aguardar o fim do mês, quando tudo se encaminhará mais normalmente, dentro de um plano, menos precipitado?

Acredito que a remessa das mudas frutíferas, de alto custo, chegadas ontem no ISER, é que determinou essa mudança,

juntando-se a isso algumas reclamações dos meninos que ali, no artesanato, não dispunham de tempo para seus estudos escolares. Sentindo-se bem fracos em matérias as mais importantes (Português e Matemática) estavam, certamente, ansiosos para ganhar mais tempo para esses estudos escolares. Houve também algumas "incompreensões" entre o grupo de alunos e a direção do Curso — dali resultando a facilidade com que ficou tomada a nova medida, embora parecendo-me precipitada.

Opinaria pela continuação do *statu quo*. Mas admitindo que os meninos ajudem a plantar as mudas, nas segundas-feiras, quando se acham livres dos trabalhos no curso complementar.

Que esse trabalho de plantio tomasse um caráter de UNIDADE DE TRABALHO em POMICULTURA — e que fosse o trato das novas fruteiras confiado à turma N.º 1 da Granja Escolar.

Como os frutos serão de colheita tardia — pelo menos 2-3 e, quiçá, 5 anos, antes que as laranjeiras e demais cítricos possam produzir frutos e, assim, recompensar os esforços dos meninos, deverá esse plantio ser bem-estudado de modo a constituir realmente para eles a introdução, em termos de unidade agrícola, de pomicultura — que lhes será "contabilizada" na caderneta escolar.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Não há sombra de dúvida de que é esta educação que vai orientar nosso trabalho nas granjas escolares. Como no sistema das granjinhas, teremos o maior cuidado de dar ao ensino e às demais atividades esse caráter *formativo* ao mesmo tempo que *informativo*. O método será estudado pelos professores-alunos dos cursos superiores do ISER. Também pelos alunos regulares do ISER de 4 anos de estudo, como já se planejou tempos atrás. Mais um serviço e mais um trabalho fértil para o seu Laboratório de Pesquisas Educacionais e de Psicologia.

Como nas granjinhas e seu projeto, deve haver o assessor e o estudioso que vem acompanhando o projeto em todos os seus aspectos e pormenores, também neste "Jogo Maior Ainda que das Granjinhas" nunca se terá de trabalhar sem esses dois personagens, qualquer que for o método adotado, aliás, e qualquer programa de estudos e de educação praticado neste anexo ao ISER.

Partindo da vida, de suas necessidades elementares de se alimentar, de se vestir, de se abrigar contra o frio, a chuva, de se proteger contra intempéries, de conquistar paulatinamente conforto e bem-estar individual e social do núcleo, do estabele-

cimento, da comunidade — tudo isso ao educador atento à realidade e às exigências do organismo em evolução, ainda tão significativa —, haverá, creio, quase todos os elementos necessários e suficientes para traçar um programa de atividades, inclusive de estudos, de leituras, de exercícios de “drill”, como de atividades extracurriculares e de instituições escolares, “granjistas” necessários ao desenvolvimento integral do jovem rurícola, preparando-o para a vida pela própria vida inconsciente, mais racional e submetida ao controle do cientista.

Ponto de Partida — Necessidades. As dificuldades decorrentes do desejo de as satisfazer da maneira mais econômica e plenamente possível estimularão toda a espécie de operações mentais da inteligência e do uso e da utilização mais acertada, racional, dos meios que se acham à disposição, ou que devem ser ainda encontrados, trazidos no lugar e postos em ação.

Ter paciência em deixar os alunos descobrir bastante coisas e achar soluções individuais, originais, mesmo que incompletos. Ali, poderão apreciar o papel da ciência e o valor dos conhecimentos e da cultura. Muita coisa já tem resposta e melhor que aquela que os jovens se esforçam a pôr em prática. Mostrar, na realidade, quanto a ciência e seus serviços são mais econômicos que o do tateamento e da descoberta empírica, sem, no entanto, deixar secar a fonte da descoberta intuitiva, da experimentação e do conhecimento de “primeira mão”, extraída ali mesmo, com meios próprios e recursos da inteligência e do esforço tenaz.

De qualquer modo, oferecer os préstimos da ciência, quando as soluções próprias forem esgotadas e quando os jovens pedindo socorro ao educador (assessor) não as receberá, tampouco de mão beijada, mas ainda por seu próprio esforço, aumentando seu cabedal de conhecimento, porém, já pelo processo não imediato, direto, nem de primeira mão será através do livro, da ciência condensada, da cultura conservada, enfim, já de segunda ou terceira ou de milésima mão...

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA FAZENDA DO ROSÁRIO

Helena Antipoff — 1963

A Fundação Educacional da Fazenda do Rosário é um centro rural de pesquisa, preparo, orientação, divulgação e especialização em assuntos educacionais em zonas rurais.

Finalidade geral: contribuir para o progresso do País pela educação integral do homem dentro do ambiente rural em via de civilização e da emancipação de sua comunidade para formas mais evoluídas de vida social, cultural e econômica.

— Objetivos especiais:

- . valorizar o meio rural;
- . proteger e aproveitar racionalmente os recursos naturais da região;
- . enriquecer o patrimônio econômico, elevando a sua produção com processos técnicos;
- . orientar a família, a escola, os internatos e demais instituições da comunidade de tal modo que pais, mestres, educadores, dirigentes e auxiliares de diversas profissões possam resolver os problemas atinentes à infância e juventude e assegurar o bem-estar físico e moral de todos que necessitem do amparo material, da assistência social, cultural e espiritual e vêm procurá-los na certeza de receber o possível, sem receio de rejeição sumária ou sem a inconveniência de segregação improdutora e desumana;
- . atender, com meios, processos e o pessoal mais adequados, cada indivíduo, quer se trate de pessoa de nível intelectual comum, médio ou de excepcionalmente maldotada, em escola e em classes comuns ou especiais porém, sempre dando ao ensino um caráter experimental, e pro-

- curando com controle sistemático acompanhar os efeitos desse sobre a aprendizagem e educação integral do aluno ou grupos selecionados de aprendizes;
- . atender, em ambientes apropriados, com um pessoal particularmente interessado e habilitado, as crianças e adolescentes com distúrbios emocionais, estados conflitivos, comportamentos anti-sociais e manifestações mórbidas, a fim de submetê-los a tratamentos adequados, tendo em vista sua recuperação e ajustamento às condições de vida em família, na escola, no trabalho, na comunidade e preservando a sociedade do parasitismo e vagabundagem, das formas mais ou menos graves de delinqüência, bem como do peso tremendo da doença mental, da neurose e demais desvios mórbidos de conduta;
 - . atender, ainda, e na medida dos recursos técnicos, a indivíduos que padecem de defeitos psicomotores, surdos-mudos, distúrbios da palavra, gagueira, etc...
 - . atender a particularmente bem-dotados do meio rural, estimulando sua instrução primária, complementar (agrícola, industrial, economia doméstica) e levando-o até o ginásio rural e outros cursos de ensino médio segundo seus dons e vocação;
 - . estimular o artesanato rural e a utilização de matéria-prima regional;
 - . estimular o preparo para zonas rurais com o curso de auxiliares de comunidade, no nível colegial de estudos, e conseguindo o reconhecimento do cargo de auxiliar de comunidade — pessoa que saiba ajudar o povo a resolver suas dificuldades e problemas nos diversos setores de vida rural. Esse pessoal também será para ajudar a comunidade na educação dos elementos infanto-juvenis desajustados e portadores de desvios de conduta;
 - . fomentar o preparo de regentes de classes em escolas ou cursos regionais normais (ginásios normais rurais) com internatos rurais (futuramente haverá também cursos rurais de formação);
 - . cursos de Aperfeiçoamento do Magistério — em treinamento, estágios, encontros, mutirões, de duração e nível diferentes, desde professora leiga a inspetora de ensino público;
 - . cursos regulares de nível superior de ensino para provimento de cadeiras de escolas e cursos normais e demais

cursos e centros de educação rural. Presidir a uma séria seleção de candidatos, valendo-se mais especialmente dos bem-dotados a fim de construir no futuro uma seleta matrícula capaz de "fazer uma escola" — e prover quadros dessas escolas;

- . estágios de especialização para diversas matérias e assuntos;
- . promover entendimentos, encontros, cursos reduzidos com pessoas interessadas no melhoramento das zonas rurais;
- . dedicar-se à pesquisa de elevado padrão científico com problemas educacionais do meio rural, da organização da comunidade, auxiliares e educadores para diversos setores de trabalho do meio rural.

A Fazenda do Rosário, abrangendo em seu total de instituições de caráter particular e oficial uma área de 250ha aproximadamente, terá que aumentar e intensificar sua produção agropecuária, industrial, artesanal e principalmente o rendimento em instrução e ajustamento social e certamente se tornará melhor organizada numa Fundação Educacional única, de amplas proporções, no novo município de Ibitité. Como fundação não poderá senão influir beneficemente no desenvolvimento do próprio município através principalmente do seu material humano que se matricula cada vez mais em suas escolas e cursos ou participa de seus serviços voluntariamente ou por contratos de trabalho remunerado.

É preciso tirar do passado as lições para o futuro. É preciso promover o verdadeiro progresso, processo de desenvolvimento integral, salvando-se a todo custo os sagrados valores da fé, da moral e da família». (JOÃO PAULO II — Salvador — Centro Administrativo da Bahia — 7/7)

FESTA DO MILHO

A Festa do Milho nasceu da necessidade de orientar as escolas rurais para métodos ativos, mais socializados e produtivos de ensino. A boa escola leva o aluno a trabalhar com suas próprias mãos; leva-o a pensar com as mãos, a sentir, a exprimir os desejos e a revelar aptidões. Ela ajuda a produzir valores sociais e econômicos, preparando o homem do campo para uma vida menos dependente das contingências precárias do meio rural que o fazem fugir para a cidade.

A Festa do Milho originou-se nos Cursos de Professores Rurais, desde 1948, nos atos de encerramento dos mesmos, através das exposições, concursos e manifestações folclóricas, após meses de estudos e atividades práticas, didáticas, agrícolas, artesanais e artísticas.

A festa nasceu da necessidade de orientar as escolas rurais para métodos mais ativos, mais socializados e produtivos de ensino. A boa escola leva o aluno a trabalhar com suas próprias mãos; leva-o a pensar com as mãos, a sentir, a exprimir os desejos e a revelar aptidões. Ela ajuda a produzir valores sociais e econômicos e a preparar o homem do campo para uma vida menos dependente das contingências precárias do meio rural, que o fazem fugir para a cidade.

O método ativo na zona rural conta com amplos recursos da natureza. É nas atividades agrícolas e artesanais que os alunos encontram oportunidades para se desenvolver e levar a escola para seus lares, novos estímulos e valiosos ensinamentos, entrando-os com a tradição e a sabedoria popular.

Nos cursos para leigos, de treinamento para professores rurais, humildes criaturas que precisavam ainda de completar e apurar o seu estudo primário, e que se apresentavam diante dos colegas "titulados" numa atitude de inferioridade cultural, quanta coisa não se aprendia! Estranhos ao pedantismo escolar e ao academismo estéril, essas mestras da roça revelam notável capacidade de assimilação e de curiosidade intelectual. Em contato com os colegas formados, serviam de exemplo edificante pela

infinita dedicação e amor ao trabalho, revelando ainda aptidões artísticas e habilidades artesanais.

Foram essas mestras rurais que trouxeram para a Fazenda do Rosário diversas artes manuais, tais como rendas, bordados, e, sobretudo, a tecelagem em teares rústicos. Trouxeram de seus municípios (Bonfim, Itaguara, Araxá, Dores do Indaiá, etc.) lindas colchas, cobertores, passadeiras, com motivos típicos de cada região.

Nos cursos, construídos os teares ou doados, as habilidosas tecelãs que eram, fizeram demonstrações e ensinaram às colegas, irradiando a arte popular.

Em 1951, Belo Horizonte ficou surpreendida com a Exposição Artesanal da Fazenda do Rosário, que ocupou todo o 1.º andar do Edifício Dantés, então em final de construção.

Ao lado dos belos artigos de tecelagem popular, admiravam-se também múltiplas amostras de cestaria e trançagem, peneiras, cestas, balaios, capachos, bolsas de carnaúba, de capim e outras fibras vegetais. Havia também móveis de bambu, confeccionados então e já hoje em uso há 12 anos seguidos; apresentam-se ainda em bom estado de conservação e resistência.

Uma notável exposição reuniu os trabalhos de cerâmica dos meninos da Fazenda do Rosário. Sob a orientação do nortista de Catende, Jeter Peixoto de Oliveira, nasciam do barro rosariano, nas mãos de seus discípulos, centenas de bonecos em cenas da vida do interior mineiro. Figuras comoventes de realidade, de miséria e de humildade.

Temos que organizar anualmente esta espécie de feira. Procurar valorizar a matéria-prima encontrada em cada região de Minas Gerais, empregando-a na criação de objetos úteis, feitos com gosto, dentro dos critérios da harmonia e do equilíbrio. Estas feiras ou bazares serão tanto mais procurados quanto mais de arte se revestirem. O povo gosta de ver e adquirir coisas belas.

A nossa *Festa do Milho* pode receber representantes de outras regiões e que verão o que se faz aqui e levarão para suas escolas este princípio vivido no Rosário: educar através da arte.

Além disso, a parte econômica não deve ser desprezada, sobretudo em se tratando de escolas de adolescentes. O jovem quer ser independente: nada melhor para ajudá-lo neste sentido que levá-lo a produzir algo de valor que possa ser vendido. É de grande importância na educação que a renda das oficinas artesanais (ao menos em parte) seja destinada aos próprios alunos.

(Do *Mensageiro Rural* — março/junho/1964)

DESENVOLVIMENTO RURAL

Uma expressiva mensagem de D. Helena Antipoff, datada em 25 de maio de 1964, dirigida ao professor Archimedes Pereira Guimarães, 1.º vice-presidente, atualmente no exercício da presidência da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais

Prezado Dr. Arquimedes,

Foi com grande satisfação que recebemos o telefonema de sua senhora e visita a fim de verificar a possibilidade de renovar conversa que mantivemos com o Sr. alguns anos atrás.

Naquela ocasião era ainda vivo o nosso grande amigo e conselheiro Dr. Gustavo Lessa, e achava-se na direção do INEP nosso muito conhecido Dr. Anísio Teixeira. Ambos estavam convictos de que a colaboração do Sr. na Fazenda do Rosário, no ISER em particular, seria de efeito extraordinário para o desenvolvimento da obra e sua transformação numa importante fundação educacional. Isso daria melhores oportunidades financeiras como técnicas e maior independência administrativa.

Todos concordavam conosco que era necessário um grande esforço para romper com a rotina, mas até hoje não se fez nada de radical, embora as obras estejam crescendo. Do lado da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais houve um significativo progresso e assinatura de um convênio com o Estado no sentido de instalação do Instituto de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário, conclusão da reconstrução do pavilhão que pegou fogo em 1960, a criação do semi-internato para adolescentes e outras medidas beneficiando a assistência a crianças desamparadas e excepcionais.

Dois fatores parecem-nos no momento propício ao progresso da obra, a saber: 1) a permanência, na Secretaria da Educação do Estado de MG, do Dr. Aureliano Chaves de Mendonça. Pretende dar um impulso ao ensino em Minas Gerais.

Durante 4 anos ocupou a Assembléia Legislativa do Estado (da qual era deputado e líder da maioria) chamando atenção sobre a seriedade da situação do ensino e indicando algumas medidas urgentes. Entre outras, parece ter-se exprimido com grandes elogios para com a Fazenda do Rosário e suas instituições de ensino, que visitou na semana passada de um modo atento e demorado. 2) outro fator passível de ser bem favorável à hipótese de um trabalho autônomo, porém dentro de um plano de maior invergadura, é estabelecer ligação entre a Fazenda do Rosário e a Fundação do Vale do Paraopeba — grandioso plano, ora em estudo, abrangendo a região à qual pertence o nosso município — Ibirité — entre outros.

Sábado passado tivemos o primeiro contato com esse projeto que nos foi apresentado pelo prefeito municipal de Brumadinho, Sr. Abelardo Passos Duarte, inspirador desse projeto para o Vale do Paraopeba e no entanto de certo modo calcado nas realizações que Dr. Abelardo, os prefeitos e industriais desta região metalúrgica foram estudar na Fundação do Amapá, essa sob a presidência e direção do Dr. Paulo Azevedo, um dos maiores capitalistas no País. É do pensamento do grupo do Vale do Paraopeba que aquele industrial terá o mesmo interesse nesta nossa região, e a Fundação nova terá a vantagem de se expandir mais, em obras de caráter cultural e assistencial numa área geográfica maior.

A Fazenda do Rosário já é tida como um centro educacional de bastante importância para o Estado de Minas e para o País. Atualmente conta com duas escolas normais, cada uma com 160 alunos internos que deverá alcançar o número de 200 — ou seja 800, total, entre alunos do sexo masculino e feminino; o curso complementar — 5.º e 6.º anos primários — de tipo industrial e agrícola; o curso primário básico, dois cursos pré-primários, um curso de extensão de Economia Rural doméstica, além do já referido Instituto de Educação Emendativa, com uma matrícula mínima de 150 alunos, dos quais 50 semi-internos, no corrente ano. Funciona ainda o Posto de Puericultura com cerca de 300 crianças até 2 anos, com assistência à infância e maternidade.

No Instituto Superior de Educação Rural (ISER) acham-se em funcionamento Cursos de Supervisores e de Inspectores Municipais de Ensino; de Educação Emendativa para regentes e supervisores de classes especiais e instituições de menores "excepcionais", inclusive delinqüentes.

Uma Estação Climatológica de 2.^a classe presta regularmente seus serviços ao Departamento de Meteorologia do Ministério de Agricultura, bem como um pequeno serviço hidrológico à Secretaria de Agricultura do Estado.

O ISER deve realizar seus objetivos de modo mais amplo, com maior número de alunos e com um corpo docente mais estável, de nível universitário; além de cursos intensivos deve ele tender ao regime de cursos regulares de 4-5 anos seguidos para formar sólidos profissionais, educadores do campo e para o campo, para atuarem nas escolas e nas comunidades.

Creio que o programa é suficientemente vasto para interessar a um professor e engenheiro como o Sr., Dr. Arquimedes! Creio que o fato de termos na Secretaria da Educação um engenheiro — Dr. Aureliano Chaves de Mendonça — e do outro lado o movimento "Pró-Fundação para a Defesa e Desenvolvimento do Vale do Paraopeba", certamente ligado ao progresso cultural da Fazenda do Rosário na base da consolidação material e prosperidade agropecuária e industrial (artesanal, sobretudo da cerâmica, cesteira, móveis de bambu, de ferro forjado — com matéria-prima essencialmente regional), de indústrias rurais e caseiras, de prendas domésticas — com elevado senso estético, cultivando o bom gosto por artistas de comprovado valor a fim de se evitar a "camelotte", poderão construir algo de original e de sério para os objetivos do turismo que, dia a dia, se desenvolve no Brasil, e em Minas, em particular, atraído pelas cidades históricas para nossa zona — Congonhas do Campo, Sabará, Ouro Preto.

Já como se apresenta atualmente a Fazenda do Rosário, constitui ela um centro bastante freqüentado por caravanas não somente pedagógicas nacionais mas recebem se visitas dos outros países. No ano passado duas caravanas de 70 educadores norte-americanos (associação de educação comparativa) estiveram aqui em passeio e estudos.

Para o fim de junho — nos dias 27, 28 e 29 — teremos nossa Festa Anual do Milho e da Colheita. É pela 13.^a vez que ela se realiza. Quer-se que cada vez mais reflita o aspecto tradicional, folclórico do gênio brasileiro. Tradições que devem ser cultivadas nas escolas, como marco do passado e ligação

com o povo e sua sabedoria e arte. Temos ainda tanta coisa a aprender e admirar nesse acervo de cultura popular ... Esperamos que Dr. Arquimedes não deixe de participar dessa 13.ª Festa do Milho e da Colheita para a qual contamos não só com a colaboração de D. Leda Gontijo, como ainda com os folcloristas Aires da Mata Machado, Saul Assis Martins, Fausto Teixeira e, provavelmente, do Rio, Dr. Renato Lima, presidente da Associação Brasileira do Folclore.

Last but not least é o fato de termos na presidência da Sociedade Pestalozzi de MG a pessoa dedicadíssima do professor João Franzen de Lima, graças ao qual a obra particular da Sociedade está-se avolumando e tomando um cunho de grande importância para educação dos "excepcionais".

Com a admiração e profunda consideração de Helena Antipoff.

A ARTE DA CERÂMICA E AS CRIANÇAS

Helena Antipoff

É no fim de 1948 que, após longas procuras da Sociedade Pestalozzi, chegou de Catende, Estado de Pernambuco, um artista de cerâmica popular para as bandas de Minas Gerais. Foi um sonho antigo esse de dar às mãos das crianças mineiras meios de realizar algo que lhes caia nos olhos como n'alma.

Quanto tempo ficaram elas paradas, ao lado do barro que enche as terras estéreis, sem desconfiar que aquele barro disforme e ressequido da baixada iria, em suas mãos, se transformar em centenas de bonecos de mais curiosos feitios, e dar assunto a tantas histórias?

Isso aconteceu num dia de outubro, pouco depois da chegada de Jether Peixoto de Oliveira, com mulher e filhos, à Fazenda do Rosário. Sua viagem foi longa e cansativa. Sentia-se estranho ao novo meio, apreensivo talvez. Por isso a primeira coisa que saiu das mãos de Jether, ao contato com o novo barro, foi a cabeça de Cristo, sofredora, dirigida para o alto. Depois, lembro-me, reproduziu um par de noivos, a noiva com seu vestido branco de argila mais clara, e o jaquetão do noivo quase preto. Gostou do barro da Fazenda do Rosário, descobrindo-lhe muitas variedades de matizes e consistência. Servia o material. E os meninos? Atentos, eles observavam o ceramista; curiosos, acompanhavam os gestos milagrosos. Depois tentaram eles mesmos a maciez do barro, após lhe terem dado muitos socos, em substituição ao amassador, que até agora não existe na Fazenda. Um dia criaram coragem e imprimiram ao barro a sua vontade. Saiu o primeiro boneco, o segundo, o terceiro. Mais outros e, depois, já não havia lugar para tanta coisa que João dos Santos e Zequinha produziam. Zequinha, do Norte de Minas, lembrava cenas da Folia de Reis, retirantes na beira dos caminhos. João dos Santos já garantia a seus bonecos mais rudes considerável solidez, exagerando o tamanho dos membros inferiores e dos pés, com seu típico "dedão". Enquanto que Paulinho talhava seus bonecos mais esguios, parecidos consigo também.

Merece menção a maneira pela qual o Sr. Jether guia seus discípulos na arte da modelagem. Nada impõe. Deixa inteira liberdade a cada um na escolha do tema, no modo de tratá-lo, tanto no detalhe quanto no conjunto. É assunto todo privado. Nunca critica. Nunca corrige os trabalhos. Quando os meninos se acham em dificuldade pedem ao mestre explicação. Esse nunca a nega e mostra, num pedaço de argila, este ou aquele processo de ligar o barro, este ou outro ponto que foge ao aluno. Desmancha-o em seguida mas, se o aluno continua a não entender, com a mesma paciência repete o processo, nunca deixando o trabalho por ele feito como um modelo a copiar, e sim como demonstração de algo que o aluno deseja e tem necessidade de compreender para resolver a sua dificuldade.

Assim que o mestre viu a capacidade dos meninos de produzir com relativa independência, ele mesmo cessou de modelar na presença dos alunos, a fim de evitar a imposição de seu estilo e de seus temas. Quando ficam como que sem assunto, leva-os a passear pelo campo, pelas estradas, para que observem a vida real: caçadores com cães, velhas com suas trouxas, meninos carregando lenha, gente cansada, repousando à beira do caminho, mulher socando café no pilão defronte à casa, e, assim, voltam com sua reserva nova para continuar o trabalho. Respeitam o Sr. Jether como um autêntico educador e artista, à disposição do aluno para o trabalho: se hoje realiza pouco, não ralha nem censura. Sabe que no dia seguinte o aluno produzirá mais, pois hoje, neste aparente nada, o espírito da criança artista está, talvez, preparando o essencial em sua imaginação.

NOTA: A Fazenda do Rosário é de propriedade da Sociedade Pestalozzi; é sede de várias obras educacionais, desde 1940. Atende a 105 menores desamparados, em regime de internato, entre os quais um certo número de crianças excepcionais-retardadas mentais, nervosas, desajustadas, sofrendo de distúrbios de motricidade, de linguagem, etc. A Escola Rural D. Silvério ministra na Fazenda o ensino primário a mais de 200 alunos entre internos e externos, esses moradores da vizinhança.

O dispensário médico e o gabinete dentário prestam serviços às crianças, assim como aos adultos, recebendo, igualmente, a população vizinha, como os alunos da escola.

A partir de 1948, a Fazenda do Rosário tornou-se um importante centro de aperfeiçoamento e de formação de professores rurais, vindos dos mais diversos municípios mineiros. Já passaram pelos cursos 288 professores, dos quais muitos têm desenvolvido em suas escolas interessantes trabalhos aprendidos na Fazenda do Rosário, como a cerâmica popular.

45 alunos constituem, ainda, o primeiro núcleo do Curso Normal Regional; vivem em ambiente rural, internos a maioria, e aprendem, além das matérias culturais, economia doméstica, agricultura, criação de pequenos animais, etc.

Os cursos são oficiais, mantidos pela Secretaria da Educação, em colaboração com a Sociedade Pestalozzi.

O governa estadual, em convênio com o Ministério da Educação, está construindo na Fazenda do Rosário amplo edifício para a Escola Normal Rural.

A inclusão da cerâmica como uma das atividades da escola e dos cursos rurais foi iniciada em outubro de 1948, com a vinda, de Catende (Pernambuco), do Sr. Jether Peixoto de Oliveira, artista popular, de origem cearense. No decorrer do ano passado se construiu um forno, o que veio permitir maior desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico dessa atividade.

No dia seguinte, assim que chega a cerâmica, sem perda de tempo realiza concentrado e com rapidez coisas novas, uma variedade com detalhes novos, ou transpõe algo que já fez anteriormente em dimensões maiores. Quando nota o mestre que os meninos entram numa espécie de estagnação quando ele mesmo não observa o necessário progresso, faz então, sem comentário, qualquer novidade: um busto de tamanho quase real, um animal enorme, figura essas que surgem como um contraste no meio de tantos bonecos. Raras vezes os discípulos deixam de refletir em sua arte este convite a mudar, mas uma semana ou mês podem passar antes que essa mudança seja introduzida. O mestre tem confiança nos discípulos e estes o sentem perfeitamente.

Podemos notar, como elemento positivo na arte dos jovens oleiros, as visitas freqüentes dos demais companheiros, dos professores, alunos e mesmo de pessoas estranhas à Fazenda do Rosário. Eles servem de estímulo a seu trabalho. Geralmente todos ficam encantados com o trabalho dos meninos, e exclamam em alta voz sua admiração. Nada, com isso, anima tanto os meninos a continuarem a merecer aplausos. Embora aparentemente fiquem como que alheios aos elogios, penso que a aprovação social para eles representa uma fonte de energia para esforços redobrados.

Há meninos como Alitabão, que ficam absortos de tal modo no seu trabalho que nada percebem em torno de si, esquecendo-se da hora da refeição, e ficam sozinhos na cerâmica com as portas de fora cerradas, tão mergulhados na produção de seus bichos e em todo este mundo de imaginação que isso

os leva a uma vida mais cheia, menos limitada e monótona que a deles.

Confiança por parte do mestre. Aprovação, elogios por parte dos companheiros e visitas. Sentimento de liberdade e independência na escolha dos temas e no modo de tratá-lo. São essas as características pedagógicas da cerâmica da Fazenda do Rosário. Aí têm os meninos uma série de pesadas obrigações a saber: amassar barro, produzir a máquina dezenas de vasos por hora, enformar os objetos para a queima, alimentar o fogo, vigiar o forno. Todo esse trabalho, inclusive a venda dos artigos de cerâmica (bilhas ou moringas, vasos, jarrões, botijas etc... que levam no caminhão para a cidade ou para os povoados) é feito com boa vontade, pois gostam do trabalho e do Sr. Jether. Com ele, convivem não só na cerâmica, mas também em ambiente familiar, em sua casa, com seus filhos, ouvindo seu rádio e palestrando à vontade. O Sr. Jether e seus quatro ou /cinco discípulos formam uma espécie de corporação artesanal à qual os meninos se sentem ligados por laços de sincera amizade.

Belo Horizonte, novembro de 1965

A D. Judith Ferreira Drummond

Presidente da ACRIFAR

Caríssima Dona Judith,

Lamentamos profundamente que no número do "MENSA-GEIRO RURAL" comemorativo dos 25 anos da Fazenda do Rosário não tivéssemos mencionado a ACRIFAR.

A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA DA FAZENDA DO ROSÁRIO, foi esquecida: grave omissão. Pedimos, pois, desculpas na certeza de que o nosso esquecimento é a disposição interna de relevar as faltas do próximo, naqueles já de si tão bons e desinteressados, como o são os amigos de nossas crianças.

Há erros que trazem algum bem. Bendito esquecimento que nos faz pensar o quanto somos limitados, imediatistas e apressados em cumprir nossas tarefas, fazendo-as menos bem-feitas. No caso da reportagem, quanta gente benemérita... esquecida!

Resta-nos um bilhete a D. Judith e a todas as suas companheiras da ACRIFAR.

Obrigada em nome das crianças.

Obrigada em nome dos educadores.

Obrigada pelo bom exemplo durante 12 anos consecutivos.

Obrigada pela perseverança.

Obrigada porque o amor à criança transbordou em ação.

Obrigada porque esta ação se irradiou por todo um grupo.

Obrigada pelo apoio dado a D. Yolanda Barbosa que, na direção do internato, sempre contou com a ACRIFAR nos momentos difíceis.

Obrigada pela amizade, pela bondade, pela confiança que o grupo soube despertar, a tal ponto que ninguém tem receios de solicitar algum favor a mais à ACRIFAR.

Se as crianças pudessem ir à Rua Cláudio Manoel, 69, certamente fariam uma festa como só crianças sabem fazer: sorrindo, cantando para suas amigas.

Criança não faz discurso, não escreve artigos. Criança olha com olhar puro, sorri com o mais lindo sorriso, abraça com espontaneidade, quando a intuição lhe diz ser bem-recebida.

As crianças todas não podem ir à sede da ACRIFAR, mas, aqui na Fazenda do Rosário, as crianças e nós, ainda neste ano, 1965, esperamos D. Judith e suas colaboradoras para mais uma visita, uma reunião em família. O que é sentido é dito, nós dizemos:

— Que a ACRIFAR não morra, não desapareça. Não tanto pelos benefícios materiais que costuma trazer, mas pelo fato muito mais importante de as crianças continuarem a ter madrinhas, capazes de lhes dar atenção e carinho, como também pelo fato, também importante, de podermos contar com um bom grupo de amigos de Belo Horizonte. Em família, às vezes, há desentendimentos e mágoas. Depois de tudo avaliado no seu justo valor e colocado nos devidos lugares, a vida prossegue na amizade e confiança mútuas.

A ACRIFAR faz parte da família rosariana, querida D. Judith.

HELENA ANTIPOFF

A FAZENDA DO ROSÁRIO — SUA EXPERIÊNCIA — SUA FILOSOFIA

Helena Antipoff
1966

1 — Crianças e jovens brasileiros exigem urgente assistência às suas necessidades básicas. Eles precisam de uma educação adequada à época transitória do mundo, para alcançarem a idade adulta amadurecidos física e moralmente.

Serão cidadãos e pais de família aos quais caberá assegurar o equilíbrio social e a prosperidade de seu País. Portanto, a educação deverá atender o indivíduo dentro da sociedade.

2 — A iniciativa privada tem papel primordial na assistência à criança no lar e na sociedade. A custa de longos esforços, associações civis, pais e mestres abrem novos caminhos e aperfeiçoam métodos educacionais, consoante as capacidades da infância. Eles alertam a coletividade e continuam na vanguarda, alistando a ciência e a arte na procura do bem comum.

3 — A iniciativa privada estimula a obra oficial. Paulatinamente, reconhecendo o valor das obras particulares e vencendo resistências burocráticas, os poderes públicos sentem-se no dever de colaborar, prestigiá-las e ajudar material e tecnicamente.

Recomenda-se a forma de convênios para essa colaboração oficial, guardando as obras não governamentais seus direitos e autonomia de ação inovadora.

4 — Menos dependente do rígido regulamento de Ensino Oficial, a educação à infância excepcional e desamparada serviu, muitas vezes, de ponto de partida na descoberta e disseminação de métodos educacionais e do trabalho com massas de crianças e adolescentes comuns. Destarte, cresce a motivação para a necessidade de se dedicar ao deficiente mental e desajustado e convencer os céticos da real utilidade da Educação Emendativa, essencialmente individualizada, total e integrada na comunidade.

5 — Na miséria atual das populações rurais que invade o campo e se alastra pelo País, levando o povo brasileiro a aceitar esmolas dos países estrangeiros para não sucumbir de fome, não há mais tempo a perder: precisa-se concentrar nas zonas rurais e seus problemas a atenção dos estudiosos e dos homens capazes de soluções práticas e duradouras.

6 — Da educação da criança do campo e da sua assistência dependerá grandemente o futuro das zonas rurais e, conseqüentemente, o progressivo equilíbrio sócio-econômico do País.

7 — É altamente prejudicial e deprimente a falta de continuidade com que foram lançados os movimentos ruralistas, tais como a "Educação de Base", a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), treinamento de professor rural em cursos intensivos de férias e semestrais, o Serviço Social Rural (SSR) e tantos outros.

Corrigidas as falhas e sintetizados os elementos construtivos desses movimentos promissores para a vida rural, deviam ser melhor aproveitados em atividades escolares e extracurriculares, com o auxílio dos modernos métodos de comunicação audiovisual.

8 — Constitui grave aberração ficarem o ensino público e a educação das populações rurais exclusivamente nas mãos do professorado feminino.

Urge atrair para o magistério primário profissionais de sexo masculino, cuja atuação mais regular e estável resultaria na influência civilizadora mais decisiva em zonas rurais.

9 — Para interessar os moços no desempenho do magistério rural convém multiplicar e aperfeiçoar os ginásios e colégios normais rurais oficiais, nos quais, simultaneamente com o preparo para carreiras de docentes, formar-se-iam nas funções de auxiliares de comunidades rurais.

Tais cargos poderiam ser criados em lei para a garantia profissional desse importante serviço de assistência a distritos municipais e núcleos demográficos.

10 — Os internatos rurais de escolas normais, de centros rurais de treinamento de professores, etc., oferecem excelentes oportunidades, principalmente nos períodos de férias escolares, para encontros sociais, seminários de estudos, reuniões estudantis e de docentes, educadores e mestres. São locais privilegiados também para pesquisas em geografia, sociologia, antropologia, onde os pesquisadores poderão contar com inteligentes auxiliares.

Esses internatos devem ser também aproveitados no desenvolvimento cultural e artístico da juventude, quer no setor do teatro ao ar livre, de festejos e danças populares e, de modo geral, de arte folclórica em via de desaparecimento em Minas Gerais.

11 — A beleza do ambiente natural e suas maravilhas são fatores importantes na educação artística e no despertar científico da juventude escolar, assim como o amor à terra e o gosto de seu amanhã, desde a instância, na formação da sensibilidade e do civismo.

12 — O campo favorece o desabrochar físico e moral da juventude estudantil.

A vida sem agitação e menos automatizada que na cidade, de um lado, do outro a disponibilidade de ricos recursos naturais (matéria-prima local), devem ser aproveitados para levar os jovens a exercitar sua inteligência prática e sua iniciativa; a desenvolver sua habilidade manual e as aptidões criadoras na promoção construtora de valores reais...

Tais aspectos, longamente despercebidos ou ignorados nos programas acadêmicos do ensino oficial e postos, agora em funcionamento através de ginásios orientados para o trabalho, bem como através dos cursos vocacionais anexos aos ginásios normais rurais, trarão certamente apreciáveis benefícios na formação de gerações melhor preparadas para a produção técnico-econômica, agrícola e artesanal.

13 — Merece especial atenção o trabalho sistemático com os moradores das localidades rurais, bem como com os servidores de instituições particulares ou oficiais que ali funcionam, no sentido de melhorarem suas hortas e criações, construírem melhores habitações, mantendo-as em estado de higiene e boa conservação, cuidarem de seus lares e educarem melhor seus filhos...

Da assistência contínua — através de escolas, cursos, posto de puericultura, serviços religiosos, centro social rural, com suas reuniões, palestras, conselhos, práticas e pregações da variada recreação do povo — pode-se esperar que surja uma comunidade civilizada e despertada para problemas do bem-estar material e espiritual de sua gente.

Dessa comunidade mais amadurecida poder-se-á contar com uma eficiente colaboração em diversos serviços culturais e "campanhas" que nela irão despontando.

Na luta contra o alcoolismo, por exemplo, que se agrava assustadoramente em zonas rurais, somente a própria comunidade em ação poderia minorar o mal e frear a venda de bebidas, sobre-

tudo na proximidade de educandário para menores desamparados, colégios, etc.

Em lugar de atuais bares e botequins, cujo movimento se limita quase exclusivamente à venda de bebidas alcóolicas, poder-se-á pensar na instalação de coopeartivas mistas, de consumo e produção, que trariam vantagens significativas à economia dos lares rurais.

14 — Em se tratando de centros educacionais para excepcionais e desamparados, o papel da comunidade pode ser dos mais valiosos quanto aos cuidados e hospedagens desses menores em lares familiares.

Compreensivas e dispostas a cooperar com as instituições, mediante convênios entre elas e algumas famílias bem-constituídas, poderiam estas receber crianças em suas casas, dando-lhes aconchego e educação familiar.

É sabido que a criança órfã, nervosa, com problemas emocionais e desajustes sociais mal se adapta, em geral, às condições artificiais de internatos coletivos. Sabe-se que sua manutenção é mais dispendiosa em estabelecimentos oficiais e em grandes internatos particulares que satisfaçam os menores, material e espiritualmente. Mais facilmente essas condições podem ser encontradas, principalmente para crianças de condições humildes, em lares economicamente modestos de trabalhadores que vivem de sua profissão de agricultores, artesãos, ou de funcionários subalternos dos estabelecimentos educacionais.

A condição essencial para esse sistema assistencial é que a colocação familiar receba uma sábia e contínua orientação dos responsáveis pelo sistema de lares, sobretudo na fase inicial do trabalho, com cada uma das crianças colocadas.

Uma justa remuneração *per capita* às famílias deve ser estabelecida de modo que as crianças colocadas tenham o necessário conforto, higiene e bons cuidados por parte do pessoal adulto.

N.B. — Evitar, por todos os meios, que os motivos que levam os lares a receber crianças em seu seio sejam exclusivamente de caráter lucrativo. Os indivíduos que se preocupam mais com a ganância de que com a educação das crianças devem ser afastados logo do setor de colocação familiar.

Concluindo, diremos que a colocação familiar de crianças excepcionais e desajustados em zonas rurais visa, entre outros, aos seguintes aspectos:

- a) aumento da matrícula nos estabelecimentos de ensino emendativo em zonas rurais, que dispõem de pequenos internatos, podendo receber maior número de alunos em regime de externato e semi-internato;
- b) educação mais individualizada e condizente com o tipo de menores;
- c) manutenção menos dispendiosa para os cofres públicos e associações beneficentes;
- d) levantamento do nível econômico e social das famílias e da comunidade rural;
- e) possibilidade de ser algumas crianças colocadas desde cedo nos lares familiares, sendo por eles definitivamente adotadas.

Extraído do 4.º Boletim Claparède — Ibirité — Agosto 1980

30
40
1750

«Nada é tão desigual como dar tratamento igual aos que não são iguais», Walter, 1970.

MUTIRÃO DA PRIMAVERA

NOTÍCIAS PARA JORNAIS, RÁDIO E TV

A Fazenda do Rosário, centro de educação rural, promove, nos dias 15 a 20 de outubro, atividades agrícolas condizentes com a época do ano. É o mês de outubro, época por excelência para o plantio. Precisamos plantar muito e plantar bem. Precisamos aproveitar cada pedaço de terra cultivável e produzir mais. Precisamos da boa técnica e de técnicos competentes para prevenir fracassos e conseqüentes desânimos. Precisamos fazer tudo para que a terra possa nutrir quantos homens nela nascerem. Precisamos de confiança no homem do campo, na agricultura, na própria natureza, para que a cidade não deturpe o sentido da vida humana.

“Se forem destruídas as cidades e os campos conservados, as cidades ressurgirão”.

“Se, porém, forem destruídos os campos e conservadas as cidades, estas sucumbirão”.

Assim pensava Benjamin Franklin há mais de dois séculos, com todo o seu bom senso.

E para conservar as cidades e os campos precisa-se de um justo equilíbrio entre as duas formas de vida e de trabalho. É o que a FAZENDA DO ROSÁRIO, precisamente está tentando fazer, ao promover atividades educacionais em zonas rurais e convidando autoridades e o povo a dar maior atenção a essa parte do dilema vital.

Vamos plantar neste mês de outubro, mês de plantio para a grande maioria de vegetais: precisamos de madeira, para moradias, abrigos e pontes, para móveis e conforto do lar, para cercas e embelezamento da paisagem; precisamos de frutas, hortaliças, tubérculos, mandiocas: cereais, feijões e a soja. Sem nos esquecermos de flores e plantas ornamentais — grande riqueza brasileira.

A tudo isso dar-se-á maior atenção nos dias 15 a 20 de outubro, nas jornadas agrícolas, durante parte da Semana da Criança, da Normalista, nos inícios da primavera — quando caem as primeiras chuvas, facilitando o plantio, a germinação e o enraizamento das plantas.

Nesses seis dias, a FAZENDA DO ROSÁRIO, unindo os estabelecimentos de Ensino à comunidade, à 49.ª Circunscrição Agrícola do Ministério da Agricultura e demais órgãos e pessoas que se interessarem, promoverá o MUTIRÃO DA PRIMAVERA de 1968.

NOTÍCIAS PARA JORNAL, RÁDIO E TV

A Fazenda do Rosário, Centro de Educação Rural, promove, nos dias 15 a 20 de outubro, atividades agrícolas condizentes com a época do ano. É o mês de outubro, época por excelência para o plantio. Trazemos para tanto a plantar bem. Precisamos aproveitar cada pedaço de terra cultivável e produzir mais. Precisamos de boa técnica e de técnicas compatíveis para prevenir doenças e consequentes prejuízos. Precisamos fazer tudo para que a terra possa nutrir quantos filhos nela nascerem. Precisamos de confiança no homem do campo, no agricultor, na família mineira, pois que a cidade não deixa o sentido da vida humana.

Se forem destinadas as cidades e os campos conservados, as cidades serão melhores.

Se forem destinadas as cidades e conservadas as cidades, as cidades serão melhores.

Sejam melhores as cidades e os campos e os campos serão melhores.

Para conservar as cidades e os campos precisamos de um bom equilíbrio entre as duas formas de vida e de trabalho. É o que a FAZENDA DO ROSÁRIO, predominantemente rural, pretende promover através de atividades educacionais que visem a esse equilíbrio necessário e o povo a dar maior atenção a esse equilíbrio necessário.

Vamos plantar neste mês de outubro, mês de plantio para a maioria das culturas agrícolas; precisamos de mão-de-obra, para mais, para fazer a sementeira, para fazer a colheita do leite, para fazer o leite e a fabricação do leite; precisamos de frutas, hortaliças, legumes, verduras, cereais, legumes e a soja. Sem nos esquecermos de fazer a plantação de árvores — grande riqueza.

CADERNOS DA FAZENDA DO ROSÁRIO

*Publicados pelo Instituto Superior de Educação
Rural de Minas Gerais*

NOTA INTRODUTÓRIA

Por Helena Antipoff

Os Cadernos da Fazenda do Rosário, publicados pelo Instituto Superior de Educação Rural, têm em mira divulgar as experiências que suas instituições realizam nos diversos campos do trabalho científico, social e pedagógico propriamente dito.

Os Cadernos pretendem refletir com fidelidade o real: o ambiente e a existência, as condições de vida e as atividades, o trabalho e o rendimento. Suas páginas falarão dos recursos naturais da região e mostrarão como os habitantes, moradores da localidade e o pessoal, ligado às instituições que aqui surgiram, têm-se aproveitado da dúvida natural, quer material, quer espiritualmente.

Os Cadernos publicarão as experiências dos diversos serviços, as pesquisas em curso, e utilizarão os estudos feitos em anos anteriores que, por vários motivos, ficaram guardados nos arquivos à espera de melhores oportunidades para sua divulgação.

Neste ano, quando a Fazenda do Rosário, acaba de viver 20 anos (1940/1960) e está entrando em sua maioridade, vale a pena e merece ser conhecida ela e suas atividades, todas dedicadas à educação em zonas rurais. Assim, conhecer-se-á seu passado e melhor poder-se-á planejar seu futuro, compreendendo seus objetivos, seus rumos e seus métodos de trabalho.

Toda publicação exige um certo grau de coragem e de humildade. Quem não gostaria de só publicar obras perfeitas, originais, bem-acabadas? Mas tais obras, raramente se encontram.

Deixar-nos-emos levar pelo "escrúpulo da imperfeição" continuando a conservar bem no fundo dos arquivos do Iser e da Escola Normal Rural o resultado desses trabalhos... "que poderia ser ainda melhorado?". Assim eternamente mudos, reservados e críticos, daremos a entender que valemos mais?

Que o primeiro Caderno encontre leitores interessados pelas cousas do Brasil, pela educação em Minas, pela sua terra e sua gente e sentir-nos-emos satisfeitos de revelar a nós mesmos, como aos outros, algo de verdadeiro e *sui generis* que é a Fazenda do Rosário.

NOTA INTRODUTÓRIA

Por Helena Antipoff

Os Cadernos da Fazenda do Rosário, publicados pelo Instituto Superior de Educação Rural, têm em mira divulgar as experiências que suas instituições mantêm nos diversos campos do trabalho educacional, social e pedagógico propriamente dito.

Os Cadernos pretendem refletir com fidelidade o meio ambiente e a existência, as condições de vida e as atividades, o trabalho e o rendimento. Suas páginas refletem os aspectos da realidade da região e mostram como os habitantes, moradores da comunidade e a escola, ligada às instituições que aqui existem, procuram aproveitar a diversidade natural, para materializar suas experiências.

Os Cadernos publicam as experiências de diversos tipos, as pesquisas em curso, e oferecem ao leitor, além das experiências que, por várias razões, dizem respeito aos trabalhos e à operação de instituições que têm em vista o desenvolvimento.

Neste ano, quando a Fazenda do Rosário, antes de viver o ano (1950/1951) e em contato com sua comunidade, vive a experiência de trabalhar em suas atividades, todas dedicadas à educação em sua região. Assim, conhecendo seu passado e melhor podendo planejar seu futuro, compreendendo seus objetivos, seus valores e seus métodos de trabalho.

É um privilégio poder um certo grau de coragem e de liberdade. Que os leitores de este Caderno possam perceber, através das experiências, que há uma realidade a ser conhecida.

PRO DOMO SUO

Por *Helena Antipoff*

Ao abrir o magnífico volume da Enciclopédia Brasileira dos Municípios consagrado ao Estado de Minas Gerais e seus municípios, cujos nomes têm por iniciais as primeiras letras do alfabeto — naturalmente movidos pelo interesse PRO DOMO SUO — fomos à letra B, procurar aquele ao qual éramos mais diretamente ligados: BETIM — Volume XXIV p.p. 187-190.

Tivemos ligeira reação: nada daquilo que no momento nos interessava. Verificamos a data da publicação — 1958... Bem, então vamos ver qual a razão dessa lacuna? Se fosse mais remoto, de trinta anos atrás bem se podia compreender pois naquele tempo a Fazenda do Rosário ainda não existia. Mas em 1990... Ficamos um tanto chocados de não encontrar sequer uma minúscula referência à Fazenda e suas instituições com sede no Município de Betim, no Distrito de Ibirité, ocupando uma área de quase 300 hectares, em seu conjunto, e todas elas prestando uma série de serviços ao Brasil.

Compradas as primeiras glebas em 30 de dezembro de 1939 pela Sociedade Pestalozzi para suas obras assistenciais, as terras pertencentes às antigas fazendas do “Sumidouro” e do “Pantana” passaram a ser denominadas “Fazenda do Rosário”, assim registrada no cartório de escritura de compra e venda... Em 2 de janeiro de 1940 deu-se o “dia da mudança”: seis rapazes, ex-alunos do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte e do Abrigo dos Menores, acompanhados das professoras D. Iolanda Barbosa e D. Cora Faria Duarte, vieram habitar a nova moradia. Nesse dia o Sr. João de Deus Costa fez questão de coar o primeiro cafezinho “para passar à posteridade com esta auspiciosa notícia”. Desde então houve muita coisa na Fazenda do Rosário. Muita água correu. Alimentou muitas obras e seu curso banhou não poucas e bem distantes terras.

Passaram pelo internato da Sociedade Pestalozzi 702 menores de ambos os sexos. Eram crianças desamparadas, sofrendo

de retardo mental, de distúrbios motores, nervosas, com defeitos de linguagem, surdo-mudas, desajustadas, na maioria mineiras, mas também não poucas vieram do Rio, de São Paulo etc... Felizmente uma boa percentagem dessas crianças excepcionais teve melhora sensível e hoje, muitas delas, devolvidas às famílias ou à sociedade, são membros úteis no lar como na comunidade.

Foram criadas na Fazenda do Rosário escolas, capelas, a Casa de Repouso, o Posto Rural de Puericultura, cursos de aperfeiçoamento e de treinamento do professorado rural, o Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo, cursos de orientadores e de supervisores do ensino rural etc...

Passaram assim pela Fazenda do Rosário, em estágios de 4 a 8 meses, cerca de 1.000 educadores e mais de 200 regentes de classe se diplomaram em curso de quatro anos de duração.

Em 1956, no Instituto Superior de Educação Rural — ISER foi ministrado um Curso de Psicologia Experimental para pós-graduados; foram realizados, na Fazenda do Rosário, seminários de estudo sobre a infância excepcional e sobre problemas de Educação Rural, congregando aqui centenas de ilustres brasileiros de quase todos os estados; vieram professores de renome, da França, Suíça, de Portugal, da Inglaterra. Em 1958 realizou-se na Fazenda do Rosário o III Estágio de Comunicações, audiovisuais em acordo com o Ponto IV, reunindo representantes de 14 repúblicas americanas.

As notícias sobre a Fazenda do Rosário, sua escola normal e seus cursos de professores rurais foram espalhadas pelo mundo através da generosa palavra do grande educador brasileiro, Dr. Lourenço Filho, cujo artigo foi publicado pela UNESCO em três idiomas estrangeiros: Espanhol, Francês e Inglês. E em Português, no Brasil, pelo Ministério da Educação e Cultura, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Vol. XX 52, outubro-dezembro de 1953).

Apesar de todo este movimento e constantes visitas (somente este ano, entre 1.º de janeiro e 6 de agosto) assinaram seu nome no livro de visitantes nada menos de 1.000 pessoas, visitas espontâneas ou a convite para encerramento de cursos, formações... para as já famosas Festas do Milho que se celebram anualmente em junho. A Fazenda do Rosário e suas instituições de ensino e de assistência social passaram ao autor do artigo da Enciclopédia Brasileira de Municípios, sobre nosso município de Betim, totalmente despercebidas...

Que conclusão tirar desta triste — para nós — constatação? Ninguém é profeta em seu País... Levando para o lado objetivo, lembraremos, que na data em que foi redigido o artigo *A Educação*

ver este item
A volume no Memorial?

de modo geral, quase não merecia atenção. Salvo exceção, nem os superintendentes de ensino, nem a própria sociedade nesses anos atrás manifestavam interesse pela educação dos excepcionais e educação rural. Ao lado de Energia e Transporte da que se proclamavam com letras maiúsculas, e a alimentação, com letras comuns, a educação, sobretudo rural, importava muito pouco.

No entanto, esta Gata Borralheira é justamente aquela que, ao lado de suas orgulhosas irmãs, tem que abrir caminho e aparecer em plena luz revestida de prestígio e de responsabilidade. O valor da educação reside no princípio de todo verdadeiro progresso: nenhum progresso servirá ao bem-estar do homem se ele não for preparado para sua missão de homem, no lar, na sociedade, no País e no universo.

É conhecido o ponto de vista do filósofo francês Henri Bergson, cujo centenário de nascimento o mundo culto celebrou em 1959: referindo-se ao progresso material e técnico, dizia: "Ao corpo desmedidamente crescido falta um suplemento de alma..."

Esta complementação e acréscimo d'alma humana é precisamente a tarefa da escola, cabendo aos educadores um papel dos mais importantes em nossa época de desajustamentos e tumultos.

TOTEM

Por Helena Antipoff

Desta Mãe-Terra filho nativo
reto, robusto, sempre a crescer.
Palmas flexíveis
chamando a gente
a vir e ficar.

Cachos frutuosos,
cocos gostosos
para a criança
comer e brincar,
no Rosário,
neste Rosário que a todos acolhe,
multiplicando as obras
e o bem espalhando.

Olhe agora a flecha no alto,
eternamente nova,
vertical,
que lança mensagem dos homens
aos austrais universos,
confiante no Pai Nosso
e de todos os mortos e vivos.

Fazenda do Rosário/1968

*Poema comemorativo dos 20 anos da fundação dos
cursos rurais da Fazenda do Rosário.*

UMA CARTA

Minhas excelentes amigas cariocas e amigos

É bem monótona a vida nossa por aqui. Hoje, por exemplo, tivemos apenas quatro pessoas para o lanche: Sr. Henrique — o nosso “senador” de 79 anos de idade, o Zezinho — enfermo e inválido, mas que continua no esforço de não se deixar vencer pela doença; eu — senhora velha de seus 77 anos e mais um jovem — o nosso João Jesuíno, que vem fazer seu exame vestibular para a Escola Técnica Federal — no curso técnico (colegial). Bem-humorado hoje, porque resolveu o problema das três bombas elétricas encostadas há muito tempo. O feito mais significativo dele ainda foi a solução do problema da minha bomba hidráulica, que comprei para o poço dos lotes que aqui adquiri, na Vila Rosário, defronte ao ISER. Um engenheiro quase (estudante da 4.^a série de engenharia) e um técnico agrícola experimentado acharam impossível a bomba funcionar com a profundidade de 12 e tantos metros. Ele achava que podia. Mexeu, mexeu e a água está saindo a jato rítmico, movido a manivela, inclusive pela criança de 7 anos de idade de João Victor, meu netinho. Coisas curiosas: quanto mais avançado o ensino e mais teórico o estudo, menos capacidade de resolver problemas práticos e de aplicação concreta...

Agora, meus bons amigos e amigas da Fazenda do Rosário — espero de vocês uma provazinha tangível dessa sua amizade, não para comigo apenas, mas para com a nossa bela Fazenda do Rosário. Talvez me ajudariam a levantar um *pequeno capital* para poder assinalar com mais uma obra (modesta, porém original ainda entre nós) de um conjunto de produção-aprendizagem-comercialização e de criatividade, livre e alegre — de gente grande, e comum, de adolescentes — normais e excepcionais, capazes de trabalho regular, dentro de uma organização (continuo a frase cortada) — para assinalar a passagem do 30.^o aniversário desta Fazenda, em janeiro de 1970.

O plano é o seguinte: constituir um grupo de pessoas: 50/100 ou mais e formar uma *Associação de Amigos da Fazenda do Rosário*, organizando-as nos moldes de uma associação civil.

Dotada de um pequeno patrimônio — que de antemão poderá ser adquirido — um lote de 444 m² — parece estar à venda, ao lado dos que adquiri no ano passado. O lote em questão é bem de frente ao ISER, e tem a vantagem de ser de esquina — para ali instalar a sede social da Associação. Uma construção bem rústica — uma leiteria para o começo do treino e o preparo das meninas-mocinhas com a cozinha de arte culinária e oficina de indústrias caseiras — quitutes, doces, pickles, conservas de frutas, legumes, etc.

São meninas da redondeza que crescem, como as nossas mais adiantadas pestalozzianas, sem ainda o preparo devido para a vida. Aqui, umas e outras, mais ou menos jeitosas e desenvolvidas mentalmente, serão treinadas para tais ou outros empregos, cujo mercado se assevera para o futuro breve, na vizinhança, pois a represa adjacente da Petrobrás já permite contar com diversos empregos para esses nossos ex-alunos de escolas primárias, secundárias — como o Colégio Técnico de Economia Doméstica Rural (essas para orientação e direção dos grupos de juvenzinhas).

Essa parte — culinária — com leiteria, “cafeteria” — serviria à corporação culinária — tanto no treinamento (TWI), como na prestação de imediatos serviços a quem visitar a Fazenda do Rosário e desejar ter uma ligeira refeição, sem depender nem dos estabelecimentos oficiais, nem da Sociedade Pestalozzi (a qual, por sua vez, pensa instalar outro tanto na entrada de sua propriedade, para visitantes ligados a excepcionais e distante de mais de 1 km daqui).

Bem — pensamos em mais dois serviços ou “corporações” — os de bambu e madeira e de fibras vegetais, palhas, capins, tecelagem rústica, como trabalhos com raízes, sementes e demais frutos da natureza — que a mão humana transforma em coisas de adorno ou de utilidade. Dois longos barracões — estreitos, com mesas ao longo do eixo longitudinal — para grupos de 10/12 aprendizes — ou outras instalações em torno de algumas máquinas indispensáveis para preparo de material pré-fabricado para os jovens juntarem e darem acabamento. Tudo isso orientado por mestres seguros e artistas de gosto apurado — tranqüilo, equilibrado, harmonioso entre forma, cor e uso.

Aos sábados, à tarde, e aos domingos, pela manhã, as oficinas ficarão à disposição dos associados adultos e seus filhos adolescentes (sem problemas, inclinados para o artesanato — e talvez atividades técnicas de eletricidade, mecânica e coisa semelhante — conserto de rádios, por exemplo, também). Os pais terão oportunidade de realizar uns *hobbies* que não podem ter

em suas casas-gaiolas ou “apartamentos” urbanos. Sob a orientação de um mestre monitor habilidoso, se necessário. As mães e mocinhas encontrarão na sessão de culinária e na oficina de móveis (aliás, aqui também os pais estariam interessados) e de ornatos e objetos de utilidade doméstica uma série de interessantes ocupações e de passatempo agradável — verdadeira higiene mental.

Todas essas ocupações serão feitas com horário marcado e pago, por hora de uso e de aprendizagem mais ou menos direta.

Vamos considerar essa manifestação de 1970 como o presente dos 30 anos da Fazenda do Rosário. Nessa ocasião, a nova iniciativa já tomará uma forma mais definida, terá um estatuto, um ligeiro regimento interno, elaborado pelos padrinhos da obra — e contará um patrimônio na importância de uns 5 ou 10 mil cruzeiros novos. Talvez mais, se Deus ajudar a atingir maior número de *Amigos da Fazenda do Rosário*. O prof. Covarrubias se inscreveu como um dos primeiros aderentes. Esses surgirão entre os ex-alunos dos diversos cursos, entre colaboradores, professores e os simpatizantes com a obra. Poder-se-á também pensar num empréstimo bancário — uma vez constituída a diretoria da Associação e o desejo de começar o trabalho produtivo sem muita demora. Para isso precisamos de muito esforço, boa vontade, competência em matéria de artesanato e demais atividades industrializáveis e comerciáveis.

Faremos também festas para angariar donativos e uma renda para a fase inicial, sobretudo.

No começo pensávamos em uma *cooperativa*, mas as exigências para seu funcionamento regular foram apontadas tão numerosas e tão complexas que resolvemos, inicialmente, pelo menos, não entrar nessa via essencialmente educativa, porém demasiadamente trabalhosa.

Não sei, minhas boas amigas, se alguma coisa ficou esclarecida nesse amontoamento de frases e idéias. Estou elaborando, juntamente com pessoas entendidas, um esboço do estatuto dessa Associação — presente dos 30 anos. Considero-a como uma promoção a mais e bastante valiosa, pois com toda a sua simplicidade pode ajudar-nos a nos reunirmos periódica ou esporadicamente, entre “amigos”, em sua própria sede, sem depender de ninguém. Podemos, com espírito criador e a experiência prévia que adquirimos, nos anos de trabalho com excepcionais e obras de beneficência (esta não será de beneficência unilateral — e sim visará ajudar o próximo e necessitado através do trabalho, mesmo pessoas com nervos esgotados e psique desmotanda —

sem apresentarem doença nem desequilíbrio propriamente ditos) — podemos imaginar bastante alegria, ainda, no convívio uns com os outros, num bom e apropriado trabalho e ocupações, sem nos esquecermos que os “geriátricos” (como os de minha idade e de século de nascimento) também poderiam encontrar algo para suas mãos e vista cansada, senão obliterada pela opacidade do cristalino ou coisa semelhante... *hélas!* (Enxergo cada dia menos).

Como gostaria de tê-los todos reunidos, comigo, num fim de semana aqui, na Fazenda do Rosário, onde, *in loco*, poderíamos discutir (com mais clareza e realidade) aquele meu sonho (artesanato — culinário e de “mútuos socorros”), num clima de tranqüilidade e de merecida alegria de conviver, durante horas, dias ou semanas, se precisar...

Peço a Yolanda Martins entregar-lhes esta carta em mãos ou pelo correio, se não os encontrar durante esses dias do carnaval. Ela faz anos em 15 de fevereiro e vai passar seu aniversário com a família e com amigos mais íntimos. Espero que poderá encontrar com algumas de vocês e transmitir, de viva voz, alguns dos planos que alimento com tanto “apetite”.

Continuo a penitenciar-me por ter feito essa absurda confusão de datas na ocasião do aniversário da caríssima Helena Dias Carneiro, nossa AMIGA (com maúsculas).

Espero que todos estejam bem e gozem de repouso, à beira-mar ou em lugares aprazíveis e afastados da “fornalha carioca” e do carnaval. Fevereiro ou “fervereiro” — como costumamos chamar, deve ser e ter sido tremendamente quente, pois mesmo aqui, nas alturas, os dias ensolarados sem uma nuvem, sem sombra, nos fazem suar o dia todo. Somente as noites continuam frescas e repousantes para o corpo como para a cabeça. Peço-lhes uma palavrinha de resposta ou de reação a esta carta cheia de “loucuras”.

Carta escrita por HA, Fazenda do Rosário, ISER (ainda) 14-2-69.

BILHETE ENVIADO AO PSQUIATRA HÉLIO ALKMIM

Belo Horizonte, 16-06-69

Meu excelente amigo e caríssimo Dr. Hélio,

Somente depois soube que a magnífica *corbeille* foi seu presente para mim. Como chegaram ao mesmo tempo o Sr. e o Dr. Carneiro de Resende, pensei que foi em lembrança de seu grande amigo e benfeitor — Dr. Sandoval Soares de Azevedo — que ele veio oferecer aquelas lindas flores. Mas o cartãozinho levava a sua mensagem, e sua sensibilidade para nossas “empresas” e algumas “fantasias”. Que elas prosperem e se realizem. Creio que precisamos mais de amigos como o Sr. e o mundo nosso, ainda pequeno, poderia ter maior ressonância.

Fiquei deveras envergonhada com a nossa exposição artesanal, depois dos tempos áureos, quando éramos da liderança na área artesanal com Augusto Rodrigues, Day, Jean Bercy, Jether, Fausto Teixeira, Aires da Mata Machado. Agora não contamos com a promessa de outros e melhores dias. Creio que a Associação das Amigas da Fazenda do Rosário nos dará asas e impulsos para reiniciar seriamente, com artistas junto à Fazenda do Rosário, a fase melhor do artesanato legítimo, aliado e orientado pelas artes...

Aqui vai a carta prometida do Jether. Veja se há possibilidade de trazê-lo em julho aqui e ter um proveitoso curso artesanal de seis semanas — segunda quinzena de julho e 4 de agosto. Poderemos desde já anunciar o curso — fazê-lo pago por pessoas que desejarem estudar aqui, em regime de semi-internato, além do pessoal que ficaria em *full-time*. Arlinda faria com ele a entalhação (?) em cadeira — cuja técnica Jether está procurando dominar para conjugar a madeira com o bambu e cerâmica. Seria uma beleza poder realizar estes primeiros ofícios pela Sociedade de Amigas da Fazenda do Rosário.

Cordialmente e sempre grata

Helena Antipoff

**BILHETE ENVIADO POR HELENA ANTIPOFF À
ARTISTA ARLINDA CORREA LIMA**

Fazenda do Rosário, 14-07-70

(Dia da França. Penso em Paris nesta data)

Querida Arlinda

Vi nos jornais que a Sra. aniversariava em *open-door*. Pretendia ir pessoalmente dar meu afetuoso abraço, mas amigos vieram passar dois dias apenas conosco, e assim ficamos por aqui mesmo, sem poder sair para BH. Muitos anos de boa e frutuosa vida para a Sra., êxito na arte e bons resultados na educação de seus alunos, para os quais a "Escolinha" deve significar muito na formação de sua mentalidade, de sua personalidade. Creio que alguns sofrem efeitos e influências mais profundas ainda, necessárias ao ajustamento vital.

Como vamos de vida? Como vai a Cota e sua família? Quando virá até aqui nos fazer companhia? Vivo em estado de tensão bem grande, pois que o ISER está passando para FEER — Fundação. O que preocupa é o grupo de curadores e do diretor que teremos para dirigir o destino da nova entidade.

Sua afetosamente

Helena Antipoff

PS — Le roi est mort, vive le roi!

Educação Rural — Década 1970

ACORDA*

Helena Antipoff

Um contato direto com a natureza, a capacidade de utilizar a matéria-prima de seu ambiente, ferramentas e um mestre competente, eis o que está sendo oferecido pela ACORDA aos jovens de sua comunidade e aos que necessitam de uma qualificação para aumentar seu ganho pelo trabalho.

No galpão provisoriamente ocupado pela ACORDA, mestre e aprendizes trabalham lado a lado, produzindo artefatos de valor apreciável.

Em menos de cinco semanas, meia centena de jovens e adultos das mais variadas camadas sociais fazem bancos, entalham na madeira cenas religiosas, folclóricas, populares. Compõem móveis de bambu, cadeiras, mesinhas, tamboretas, conjuntos...

Um grupo modela o barro preto e queima peças no forno rústico que ele mesmo construiu. A cerâmica, a mais silenciosa das atividades, responde ao temperamento paciente do artesão que projeta em formas seu desejo de equilíbrio.

Os entalhadores barulhentos, em ritmos individuais, descarregam a energia contida e a agressividade em figuras ou cenas, por vezes, de fina sensibilidade.

A produção dos aprendizes do mestre Jether Peixoto de Oliveira impressiona todos os que visitam as *Oficinas Conjugadas da Acorda*, na Fazenda do Rosário, em Ibitité, Minas Gerais.

Creio que essa espantosa produção se funda na tendência do homem, tão natural no jovem, sobretudo, de fazer uso de suas mãos, de produzir coisas, valores reais, de usar sua inteligência prática, sensório-motora,

São oportunos e úteis esses treinamentos artesanais: despertam vocações, estimulam profissões mais qualificadas e ajudam a terapia ocupacional. Valorizam o próprio *Homo Faber*, adormecido no academismo estéril, na imobilidade ou na simples rotina braçal.

É bom, também, com o artesanato, voltar à Minas de tradições frutuosas, já quase esquecidas, com seu famoso entalhe de madeira, por exemplo, bem mineiro.

E há mais um argumento a favor do artesanato: o fator *lucro*. Tangível, quase imediato, é apurado através da venda do artefato ao consumidor, diretamente. Serve duplamente ao artesão: dum lado, há a gratificação com o dinheiro; do outro, há a valorização de seu produto, aceito ou não no mercado local.

Quanto aos dois momentos — produção e venda — precisa-se economizar o tempo e aumentar a renda do trabalhador. Poderá fazê-lo sozinho?

Quem sabe o caminho certo será a organização de uma *Cooperativa Artesanal*?

(*) Grupo artesanal por iniciativa de HA, com a ajuda e colaboração de amigos.

ENCONTRO COMEMORATIVO DOS XV ANOS DO ISER — INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO RURAL 1955-1970

Os primeiros cursos para professores rurais, em Minas Gerais, tiveram início em 1948, em sítios da Fazenda do Rosário, de propriedade da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.

Nos Seminários de Educação Rural de 1951 a 1952, na Fazenda do Rosário, grupos de educadores foram convidados a planejar um Instituto de Educação Rural com as finalidades de:

- . funcionar como centro social da comunidade rural;
- . realizar pesquisas sociais;
- . formar líderes rurais e auxiliares de comunidade e especialistas em educação de base;
- . especializar dirigentes e educadores para obras de menores normais e excepcionais em zonas rurais;
- . formar professores para as escolas normais rurais, cursos normais;
- . realizar cursos complementares, agrícolas, industriais, economia doméstica e outros, cursos de treinamento bem como de supervisores e orientadores do ensino rural;
- . orientar os administradores municipais no conhecimento e solução dos problemas rurais;
- . elaborar projetos-pilotos destinados à organização de comunidades rurais, centros sociais e centros de treinamentos;
- . elaborar planos para a criação ou funcionamento de instituições que se destinam a trabalhar pelo bem-estar rural, bem como programas e métodos de trabalhos para ginásios e colégios normais rurais e centros de treinamento;

- . trabalhar pela execução de serviços que visem a assistência integral ao homem do campo, incluindo os aspectos cultural, sanitário, econômico, social e espiritual;
- . divulgar, por todos os meios, especialmente através de publicações regulares e avulsas, conhecimentos úteis à vida rural, bem como resultados de trabalhos e pesquisas realizadas.

ORGANIZAÇÕES — O ISER seria administrado por um Conselho Deliberativo, um órgão executivo e um Conselho Consultivo, na forma a ser fixada pelos estatutos definitivos. Na falta desses, o ISER seria administrado por uma diretoria provisória.

O projeto foi elaborado pelas seguintes pessoas:

AMARAL FONTOURA, relator e representante do Estado do Rio de Janeiro.

HELENA ANTIPOFF, representante do Estado de Minas Gerais.

LOURENÇO FILHO, M. Bergstroem, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura da UNESCO.

O Instituto Superior de Educação Rural — ISER se destina ao aperfeiçoamento do magistério rural. Há doze anos vem desenvolvendo autêntica filosofia de educação rural, baseada em profunda vivência no ambiente que lhe é próprio, na pesquisa e no amor às crianças.

Promove cursos, seminários, mutirões, jornadas pedagógicas, estágios orientados. Realiza, assim como o alecrim-do-campo, benfazeja ação. Mas dele difere por ter sido semeado com o sacrifício e abnegação de inúmeros educadores, destacando-se a figura da veneranda mestra Helena Antipoff.

As granjinhas — Uma de suas conquistas pedagógicas de maior alcance tem sido a Unidade de Estudos das Granjinhas, que representa original contribuição ao ensino pelo que tem de objetivo, prático e real. Prova-o sua difusão, feita pela UNESCO, por toda a América Latina. Seu inspirador foi o inesquecível professor Henrique Marques Lisboa.

O *Posto de Meteorologia* funciona em convênio com o Serviço Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura. Tem por finalidade colher dados climáticos da região, que servirão principalmente para a orientação da agricultura.

Dentro de um ou dois anos já teremos um período considerado suficiente para obter as chamadas "constantes" climáticas.

Área: 73.130 m

Cursos de um ano letivo — de férias — de emergência.

Regime — internato.

Diretor — Prof. Antônio Luiz S. Fernandes Neto.

A FESTA DO MILHO E DA COLHEITA é realizada na Fazenda do Rosário, como uma das expressões características deste centro educacional rural.

Visa a cooperação entre todas as suas instituições e serviços e orienta-os no sentido da valorização do meio rural e dos recursos da comunidade. Na Festa do Milho, o artesanato, como matéria-prima da região, representa atividade altamente educativa aos escolares do conjunto rosariano.

Dá ênfase à iniciativa, às atividades criativas, realizações práticas nas áreas de produção econômica, de tradição folclórica e da arte renovadora. Revela aptidões individuais e talentos. Treina a liderança dentro do meio estudantil. Cuida da promoção do homem do campo.

Instituto Superior de Educação Rural — ISER

Endereço: Fazenda do Rosário — Ibitaré — MG

Localização: 20° 01' Lat. Sul

44° 03' Long. W

Distância de Belo Horizonte: 24 km da antiga estrada para Oliveira.

À CASA DO ZEZINHO E O PORQUÊ DO SEU NOME

Helena Antipoff

Até o fim de 1973, será acrescida à comunidade da Fazenda do Rosário uma instituição — a tão esperada CASA DO ZEZINHO!

Foi construída no terreno da ACORDA (Associação Comunitária do Rosário), sob os auspícios de vários órgãos: Prefeitura Municipal de Ibirité, sendo prefeito Euler Caetano da Silva, a CADEME (Campanha Nacional para o Deficiente Mental), tendo como presidente D. Sarah Couto César, a ACORDA, tendo como presidente frei Lourenço Tollemar, OFM e verba do Ministério da Educação e Cultura.

A OFICINA receberá inicialmente, em regime de externato, adolescentes e jovens da redondeza interessados na aprendizagem artesanal e de várias técnicas de trabalho que ali serão organizadas.

ZEZINHO, com cinco anos de idade, órfão de pai e mãe, menino pálido e fraquinho, foi internado na Fazenda do Rosário, sob o amparo da Sociedade Pestalozzi, cuja diretora era D. Iolanda Barbosa, grande educadora.

Aos dezessete anos, Zezinho, egresso, foi acolhido pelo ISER (Instituto Superior de Educação Rural), na oficina de sapataria, que ali funcionava sob a direção do jovem mestre José Andrade, talentoso e reabilitado após a amputação de um membro inferior.

Excelente aprendiz, Zezinho conquistou sem dificuldade o ofício de sapateiro e já, com economias de seu trabalho, comprou um lote, cercou-o, carregou em carrinho de mão e, em centenas de idas e voltas da pedreira ao lote, um montão de pedras para a construção de sua casa.

Não chegou a construí-la. A anemia incurável de que sofria desde o nascer o levou para sempre, em 29 de março de 1969.

A ACORDA conseguiu comprar o lote e a CASA DO ZEZINHO será em breve uma realidade.

Sua vida de herói será contada no próximo número do MENSAGEIRO RURAL.

(Do MENSAGEIRO RURAL, periódico publicado pela Fundação Estadual de Educação Rural Helena Antipoff, Ano I, dezembro 1972 — Ibirité — MG).

TRECHOS DE CARTAS REDIGIDAS POR HELENA ANTIPOFF

TEMA: VIDA RURAL

Num País onde falta ainda a compreensão suficiente do valor e da necessidade de auto-suficiência, vocês dão um belo exemplo de que um punhado de moças bem-orientadas tecnicamente pode produzir o suficiente para fornecer frutas e alimentar a merenda cotidiana com tão necessária quota de açúcar, sais e vitaminas.

“Olhava para o trabalho das moças (na horta, no campo) e admirava como se tratasse de um *ballet*, de uma coisa mais linda do mundo!”

Há muito que estudar no sentido de levantar escalas de trabalho agrícola, de seriar as dificuldades, de sintetizá-las em bons conjuntos de experimentação natural — de modo a termos métodos próprios de bastante eficiência no diagnóstico e no controle da aprendizagem e de modificações na conduta.

Considero o mestre rural o elemento mais nobre do magistério primário e de grande capacidade de trabalho, apesar de sua pouca cultura e traquejo social.

Sempre julguei ser o bambu a planta por excelência a ser explorada no Brasil para preservar a exterminação das florestas e de madeira de lei.

Todo jovem brasileiro deve ter o contato direto com a terra, com o céu azul de Minas, com a planta, as árvores, para subir nelas e descansar nos seus galhos, ver o verde dos prados e matas nas épocas das chuvas, sobretudo.

— Somente a educação — sistema organizado de influência sobre as novas gerações — num clima de respeito e de amor, poderá transfigurar a existência do homem rural e mudar sua vida, onde campeia hoje a miséria.

Somente por intermédio da escola poderá o homem livrar-se dos males que ferem o seu corpo; somente com seu auxílio emancipar-se-á do tremendo sentimento de inferioridade que amarra sua vontade, atrofia sua ambição de ser alguém, de produzir mais e de ver seus filhos subirem na escala de valores morais, sonhando com um futuro realmente melhor.

Não há ainda tanta consciência suficiente de valor e da necessidade de auto-educação, como há em certos países da Europa, onde os agricultores têm condições técnicas para produzir e suficiente para fornecer frutas e alimentos a quantidade colhida com tão necessária para a saúde, como a vitaminas.

"Oliveira para o trabalho das moças (na parte do campo) admirava como se tivesse de um olhar, de que coisa mais linda do mundo!"

Um milão que estava no sentido de levantar escolas de trabalho agrícola de levar as dificuldades, de estabelecer em bons conjuntos de experimentação natural — de modo a fazer métodos próprios de bastante eficiência no diagnóstico e no controle da produtividade e de melhorias na conduta.

Considero o melhor rural o elemento mais nobre do trabalho físico humano e de grande capacidade de trabalho, apesar de sua pouca cultura e preparo social.

Quando alguém se dá conta a planta por excelência a ser explorada no Brasil para preservar a extirpação das florestas e de madeira de lei.

Toda jovem brasileira deve ter o contato direto com a terra, com o céu azul de Minas, com a planta, as árvores, para adquirir a disciplina dos seus gestos, ver o verde das plantas e matas nas épocas das colheitas, sobretudo.

TRECHOS DE CARTAS REDIGIDAS POR HELENA ANTIPOFF

TEMA: FAZENDA DO ROSÁRIO

... Para levar nossa Fazenda do Rosário a um nível de cultura e de organização que realmente sirva de padrão pedagógico, o ISER (Instituto Superior de Educação Rural) deve se constituir numa sementeira sadia e possante de educadores para influir sobre os destinos das novas gerações de Minas.

Assim renascem as energias e se tem vontade de ensaiar mais alguma coisa para consolidar aquilo que já tem sido vislumbrado antes. As instituições e os serviços da Fazenda do Rosário devem ser reunidos numa idéia única — a de transfiguração do homem do campo — O Jeca Tatu de Monteiro Lobato virando “forte, forte, forte, corado, jovial e empreendedor” — enfim, um brasileiro. E antes que os extremistas venham tratar de sua formação angular, temos que não cochilar, colocarmos seriamente a obra educativa, toda ela de dentro para fora — como a flor que desabrocha da semente, para culminar no fruto.

A nossa Fundação terá o privilégio de sair da realidade, em resposta a determinadas necessidades, em circunstâncias mais ou menos definidas e objetivamente controláveis. Desejaria deixar uma mensagem mais clara para aqueles que, continuando a obra, dessem um desenvolvimento condizente com os começos. Creio que assim o futuro se alicerçaria em bases mais naturais para crescer mais vigoroso...

Reiniciamos o semestre cheios de esperança de que alguma coisa possamos fazer de bom, renovando coisas antigas de boa qualidade, para deixar aos pósteros algum resultado de nossos estudos e pesquisas sócio-psicopedagógicas.

A maior riqueza é o patrimônio moral da Fazenda do Rosário.

Depende de nós tornarmos a FEER (Fundação Estadual de Educação Rural) digna de interesse e de utilidade para o País (extraído da carta dirigida a Arlete Vieira Machado Rocha, em 5-2-71).

A Fundação (FEER) deve manter-se bastante revolucionária e evitar a rotina escolar que cansa muitas vezes mais o mal que o bem.

Nos primeiros tempos a Fazenda não tinha capela. A cada domingo os meninos escolhiam um determinado lugar para rezar. Escolhiam sempre lugares diferentes, bonitos. Tinham uma espécie de panteísmo. O contato, a crença na natureza os faziam felizes. E não é essa a nossa função?

Tornar o homem feliz, para que ele, sendo feliz, dê felicidade.

Sempre procurei, com meus companheiros de trabalho, iniciar uma obra nova nessa nossa Fazenda do Rosário, onde vários organismos foram, ou melhor, deveriam formar um todo — um conjunto unificado de instituições, um Centro Educacional que pudesse acolher toda criança, todo jovem, toda pessoa que se dedica à Educação — para ali encontrar, segundo seus interesses, aptidões, segundo sua vocação e autêntico desejo de se realizar de modo mais amplo e harmonioso, ambiente encorajador e estimulante.

Antes de ir-me embora e desaparecer no túmulo da Capelinha do Canal, que eu possa ainda ajudar, para tornar esta Fazenda do Rosário um local em que o esforço para o bem seja desenvolvido para:

- a) as crianças ali recolhidas e às quais é dado todo o afeto;
- b) a Escola Normal, onde os adolescentes devem encontrar melhor acolhimento e mais liberdade para poder agir com confiança;
- c) o instituto — para adultos. Quanta compreensão e respeito são necessários para desenvolver, em nosso coração e pensamento, a alegria no estudo, a busca e a vida em comum, tendo em vista uma sociedade melhor.

Tudo

ARTES E ARTESANATO

— Faço a respeito da educação artesanal do nosso bom povo mineiro as melhores previsões possíveis. Vamos com as oficinas, creio, lançar um bom exemplo de como se pode trabalhar no campo, tão perto da matéria-prima, como seja a argila, a madeira, bambu, sobretudo, para o qual tenho a mais promissora esperança, os cipós, as fibras vegetais, nosso capim e sisal, enfim, há tanta coisa boa a explorar em benefício da maior riqueza do Brasil e da melhor educação de seus filhos.

— Foi sempre o meu grande sonho ter o artesanato bem desenvolvido e bastante artístico, ao mesmo tempo, feito com material regional de fácil encontro. Podemos outra vez, como no tempo do Prof. Jean Bercy, dar-lhe brilho organizando, em épocas certas a Festa do Milho, em junho, e outras 2 — 3 no ano, mais: festas com exposições de trabalhos confeccionados e também com demonstrações de arte plástica e dramática — teatro, danças folclóricas, cantos populares, coro orfeônico etc.

— A Festa do Milho nasceu da necessidade de orientar as escolas rurais para métodos ativos, mais socializados e produtivos de ensino. A boa escola leva o aluno a trabalhar com suas próprias mãos, a sentir, a exprimir os desejos e a revelar aptidões. Ela ajuda a produzir valores sociais e econômicos e a preparar o homem do campo para uma vida menos dependente das contingências precárias do meio rural, que o fazem fugir para a cidade.

TRECHOS DE CARTAS REDIGIDAS POR HELENA ANTIPOFF

TEMA: ECOLOGIA

— Está chovendo muito por aqui; por isso os gramados e plantas estão cantando em “verde maior”.

— Sempre julguei ser o bambu a planta por excelência a ser explorada no Brasil para preservar a exterminação das florestas e da madeira de lei.

— Eu acredito na alma dos vegetais; você acredita?

— Pela manhã as meninas saem ao ar livre, irrigando as plantas, plantando, respirando.

(Críticas à vida em cidade grande, que nos afasta da ecologia)

A escola tem de irradiar em torno de si a civilização. Temos que agir pelo exemplo e melhorar a vida que nos rodeia. Em contato com as situações é que se vê como somente o estudo vale pouca coisa. Quanto mais se estuda, exclusivamente se estuda, mais se perde o contato com a realidade.

Que vale um arranha-céu? Qual o papel de um arranha-céu na felicidade humana? E os planos de habitação? Tudo é muito pequeno, não se respeita sequer o espaço de que a criança necessita para brincar. Onde está a felicidade? A criança certamente é uma grande vítima da cegueira humana.

Belo Horizonte não tem praças, nem tem parques, praticamente. A ganância, a ganância! Cidade cheia de favelas e sem parques. As árvores desaparecendo. Sempre tendo em vista as necessidades do trânsito. Parecendo até que o trânsito vai governar o mundo. Arrancam-se as árvores, para uma locomoção mais rápida. Para que tanta pressa? Parece que o homem vive para outra coisa e não para si próprio.

TRECHOS DE CARTAS REDIGIDAS POR HELENA ANTIPOFF

TEMA: BRASIL

— Com a esperança de que o Brasil, com todo o seu potencial humano de boa qualidade e a intensidade do solo, num clima prodigioso, sair-se-á vitorioso sobre as forças negativas que minam sua raça.

— Cinco meses de estada no Brasil já me fizeram amar esse belo País.

— Este homem do campo é um B-r-a-s-i-l-e-i-r-o — Preste atenção como a própria fonética já encerra algo de enérgico neste vocábulo!

— Estou com a fé inabalável e inabalada quanto ao futuro do Brasil e por isso creio na educação e admiro a professorinha rural, ignorante, mas trabalhadora e que muitas vezes tem força moral necessária para bem encaminhar seus alunos. No entanto, esperamos que a professora verdadeira há de chegar e de ocupar as classes de todas as escolas rurais. A sociedade e a nação brasileira, da qual me orgulho fazer parte de fato e de jure.

— Brasília de sonho — de marcha — alvorada rubra de noite, deslumbramento de luzes artificiais, quase lunares — uma beleza de chorar.

— Empenho-me em servir de todo coração e até minhas últimas forças ao povo de Minas Gerais, contribuindo para a formação de educadores das novas gerações do grande Estado e ajudando o ajustamento da infância excepcional para o bem-estar do lar, da família e da comunidade.

BRASÍLIA de sonho — de marcha — alvorada rubra de noite, deslumbramento de luzes artificiais, quase lunares — uma beleza de chorar!

REVISÃO FINAL:
RESPONSABILIDADE DO AUTOR

IMPrensa OFICIAL
BELO HORIZONTE — 1992

